



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL  
DA CULTURA REGIONAL**

**JULIANA RODRIGUES DE LIMA LUCENA**

**DO LAR AO LARGO:  
NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NO CENÁRIO CULTURAL E  
POLÍTICO DO RECIFE (1955 -1964)**

Recife  
2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL  
DA CULTURA REGIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada por  
Juliana Rodrigues de Lima Lucena ao  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
como parte dos requisitos obrigatórios à  
obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Lúcia Falcão Barbosa

Recife  
2010

### Ficha catalográfica

L935d Lucena, Juliana Rodrigues de Lima  
Do lar ao largo: novas relações de gênero e poder no  
cenário cultural e político do Recife (1955-1964) / Juliana  
Rodrigues de Lima Lucena. – 2010.  
139 f. : il.

Orientadora: Lúcia Falcão Barbosa  
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura  
Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco.  
Departamento de Letras e Ciências Humanas, Recife, 2010.  
Referências.

1. Gênero 2. Mulheres 3. Intelectualidade feminina  
4. Recife I. Barbosa, Lúcia Falcão, orientadora II. Título

CDD 305.4

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL**

**DO LAR AO LARGO:  
NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NO CENÁRIO CULTURAL E  
POLÍTICO DO RECIFE (1955 -1964)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

JULIANA RODRIGUES DE LIMA LUCENA

APROVADA EM 01/03/2010

BANCA EXAMINADORA:



---

Profª Drª Lúcia Falcão Barbosa

Orientadora – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE



---

Profª Drª Maria Thereza Didier de Moraes

Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino - UFPE



---

Profª Drª Ana Cecília Acioli

Faculdade de Letras - UFAL

Para as mulheres de minha vida! Mainha, voinha e meus dois 'amorzinhos' Malu e Mari! Que sempre estão a me ensinar o que é ser mulher.

## AGRADECIMENTOS

Difícil tarefa essa a de elencar pessoas as quais agradecer devido as mais diversas formas de contribuição ao longo dessa jornada de construção do conhecimento. E a dificuldade não se deve a falta dessas pessoas, mas sim o excesso delas, sendo assim peço desculpas àquelas que por ventura venham a estar de fora dessa sucinta lista, mas certamente a contribuição não passou em vão.

Não posso deixar de ressaltar que um trabalho que aborda o feminino também terá esse gênero em destaque aqui nos agradecimentos, pois foi graças a mulheres incríveis que esse trabalho também pode chegar a sua execução. Mas os homens também fazem parte dessa lista e já inicio a mesma agradecendo as(os) minhas(eus) colegas da UFRPE: Bruno, Mário, Carlos, Paulo Julião, Paulo Henrique, Diego, Janaína, Raquel, Denise e Keila. Pessoas que fizeram o diferencial nesse percurso. Obrigada pelos debates, conversas extra-classe e o carinho que sempre me dedicaram.

Esses foram os colegas, pois as(os) verdadeiras(os) companheiras(os) devo muito mais do que agradecimentos, devo a minha amizade mais profunda e sincera. À Romulo José de Oliveira Junior (Rominhu), uma grande amigo/irmão que sempre esteve ao meu lado e me ajudou em absolutamente todas as horas felizes e difíceis.

- Migo, sabes que o amor que sinto por você é muito verdadeiro! Muito obrigada mesmo!

Também gostaria de dedicar um carinho mais do que especial a Bianca Nogueira, que sempre me transmitiu segurança e tranquilidade e que compartilhou comigo tantas angustias e alegrias.

- Biota, fui presenteada com uma amiga ímpar e gostaria de agradecer a sua eterna delicadeza e alto-astral. Adoro-te muito!

Dedico também meus mais sinceros “obrigadas” as professoras Mónica Loudes Franch Guitierrez e Maria Thereza Didier de Moraes, que enriqueceram o meu trabalho e vida acadêmica com as suas contribuições no meu exame de qualificação. Assim como as professoras Fabiana de Fática Bruce e Alcileide Cabral do Nascimento, que estavam na suplência de minha banca, mas que contribuíram para além dela, em suas disciplinas e ao me receberem sempre de braços abertos para conversas extra-classe.

Gostaria também de destacar a disponibilidade e a paciência da professora Ana Cecília Acioli em estar também contribuindo com meu trabalho.

- Muito obrigada pela atenção e carinho Cecilia. Sabes que tens meu respeito e profunda admiração.

À CAPES/Cnpq, cujo apoio essencial, com recursos materiais, foi de grande importância para a conclusão dessa etapa de aperfeiçoamento profissional.

Ao Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional - UFRPE, sob a coordenação do professor Welington Barbosa e da professora Ana Nascimento, à secretária Alessandra e ao estagiário Paulo, que muitas vezes foram de um companheirismo muito importante dando sempre resposta aos trâmites burocráticos do Mestrado.

Terminada a burocracia, gostaria de agradecer imensamente as pessoas realmente fundamentais desse árduo percurso. E antes de mais ninguém, a minha adorada mãe (Sônia) e minha “vozinha” (Nair) que me criaram, educaram e construíram muito do que sou hoje.

- Gratidão é o mínimo que devo a vocês. Amo-as demais!

Ainda dentro da família, gostaria também de dedicar e agradecer a alegria e a jovialidade das minhas “pequenas mulheres”; Maria Luiza e Marina!

- Amores, titia ama vocês!

E por fim, a meu querido pai (Armando) que sempre esteve disposto a me ajudar no que fosse necessário.

Para além da família de sangue, gostaria de agradecer a família que vida tem me oferecido: São amigos(as) e amores que encheram minha vida ainda mais de alegrias e significados.

Á meu grande amigo e companheiro de todas as horas, Carlos Duarte! Quem sempre esteve pronto a me ajudar com suas leituras e contribuições sempre muito bem-vindas. Além de toda a forma de ajuda oferecida tão gentilmente.

- A ajuda que você sempre me deu foi fundamental meu querido amigo! Te adoro muito e sou sua fã!

À Lúcia Falcão, aquela que sempre me serviu de mestra e inspiração no fazer história e produzir o conhecimento. Sempre atenciosa e cuidadosa, me ofereceu o melhor do seu vasto conhecimento e a ela devo muito do meu caminho enquanto historiadora.

Por fim, mas não menos importante (pelo contrário) gostaria de agradecer profundamente a uma pessoa que a vida me ofereceu nessa reta final de minha dissertação, mas que teve uma importância enorme em sua conclusão.

- Fernanda, sua paciência, carinho e companheirismo foram uma fonte de força para a concretização desse trabalho. Obrigada por estares na minha vida. Te adoro muito!

E meu muito obrigada a tod@s que, por esquecimento mesmo, não figuraram nessa lista mas que sem dúvida sabem que tiveram participação nessa jornada que tem mais uma importante etapa sendo vencida.

- Espero contar com tod@s nas próximas “aventuras”!

## RESUMO

O presente trabalho dissertativo tem como objetivo apresentar uma análise sobre o papel do “ser” mulher e a sua relação de poder com os homens na cidade do Recife dos anos de 1955 a 1964, onde as mulheres estariam transitando entre seus lares e os largos da cidade. A partir da atuação de indivíduos específicas em movimentos políticos e culturais, pretendemos buscar a compreensão das mulheres sobre si mesmas e da possível consciência de uma intelectualidade feminina. O cenário é a cidade do Recife onde as discussões sobre novas possibilidades de sociedade, a partir de projetos artísticos e culturais organizados por intelectuais, permeiam o ambiente público da cidade, onde são lançados movimentos como o MCP, o Gráfico Amador, os grupos teatrais TAP, TEP e TPN, um atuante movimento estudantil e partidos de esquerda fortes. É nesse ambiente que a contribuição de algumas mulheres, repletas de singularidades, serve como marco no rompimento de costumes conservadores e excludentes. Possibilitando, assim, uma releitura de seu papel enquanto cidadãs capazes de contribuir com sua sociedade e repensar suas relações enquanto esposas, mães, cidadãs e intelectuais participantes da vida pública em meio a uma atmosfera na qual as próprias relações de gênero e poder passaram a ser repensadas. O espaço do privado - reduto eminentemente feminino - é revisto diante das vivências modernas e modernizantes, enquanto que o espaço público é constantemente problematizado, o que torna ainda mais complexas as definições de papéis sociais, tanto de homens, como de mulheres.

**Palavras - chave:** Gênero, Mulheres, Recife, Intelectualidade Feminina

## RESUMEN

Este trabajo disertativo tiene por objetivo presentar un análisis sobre el papel del “SER” mujer y su relación de poder con los hombres en la ciudad de Recife en los años 1955 a 1964, donde las mujeres estarían transitando entre sus hogares y las alamedas de la ciudad. A partir de la actuación de mujeres específicas en movimientos políticos y culturales, pretendemos buscar la comprensión de las mujeres sobre si mismas y la posible conciencia de una intelectualidad femenina. El lugar elegido es la ciudad de Recife donde las discusiones sobre nuevas posibilidades de la sociedad, a partir de proyectos artísticos y culturales organizados por intelectuales, llenan el ambiente público de la ciudad, donde son producidos movimientos como el MCP, el *Gráfico Amador*, los grupos teatrales TAP, TEP y TPN, un actuante movimiento de Estudiantes y partidos de izquierda fuertes. Es en ese ambiente que la contribución de algunas mujeres, llenas de singularidades, sirve como marco en la ruptura de las costumbres conservadoras y excluyentes. Siendo posible una relectura de su papel como ciudadanas capaces de contribuir con su sociedad y repensar sus relaciones mientras sean esposas, madres, ciudadanas e intelectuales participantes de la vida pública en medio a una atmósfera en la cual las propias relaciones de género y poder pasaron a ser repensadas. El espacio del privado – reducto eminentemente femenino – es revisto delante de las vivencias modernas y modernistas, mientras que el espacio público es siempre problematizado, de modo que viene a ser aún más complejas las definiciones de los papeles sociales, tanto de los hombres, como los de las mujeres.

**Palabras-clave:** Género, Mujeres, Recife, Intelectualidad Femenina.

## **BIBLIOTECAS E ACERVOS DE PESQUISA**

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Biblioteca Estadual Castello Branco

Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE

Biblioteca do Centro de Arte e Comunicação da UFPE

Fundação Joaquim Nabuco

## **ENTREVISTADAS**

Bernadette Pedrosa

Maud Perruci

Geninha da Rosa Borges

Silke Weber

Tereza Costa Rêgo

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**APEJE** – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

**DP** – Diário de Pernambuco

**FUNDAJ** – Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

**FDR** – Faculdade de Direito de Pernambuco

**PE** – Pernambuco

**PC** – Partido Comunista

**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil

**UFPE** - Universidade Federal de Pernambuco

**UFRPE** – Universidade Federal Rural de Pernambuco

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01. Suplemento Feminino do Diário de Pernambuco
- Figura 02. Suplemento Feminino do Diário de Pernambuco
- Figura 03. Suplemento Feminino do Diário de Pernambuco
- Figura 04. Mocambos do início do século XX
- Figura 05. Biblioteca Pública de Afogados em 1955
- Figura 06. Cinema Royal, situado na Rua Nova (década de 1950)
- Figura 07. Cinema Boa Vista
- Figura 08. Recorte do Suplemento Feminino
- Figura 09. Recorte do Suplemento Feminino
- Figura 10. Praia de Boa Viagem na década de 1950
- Figura 11. Matéria do Suplemento Feminino
- Figura 12. Bernadette Pedrosa
- Figura 13. Bernadette Pedrosa em participação em mesa redonda FDR
- Figura 14. Maud Perruci
- Figura 15. Maud e seus filhos
- Figura 16. Silke Weber
- Figura 17 Geninha e Diná em premiação do TAP
- Figura 18 Geninha da Rosa Borges em “Yerma”
- Figura 19 Tereza Costa Rêgo – Década de 1960

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	08
<b>RESUMEN</b>	09
<b>BIBLIOTECAS E ACERVOS DE PESQUISA</b>	10
<b>ENTREVISTADAS</b>	10
<b>LISTA DE ABREVIACÕES</b>	10
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b>	11
<b>APRESENTAÇÃO</b>	13
<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>1 – DO LAR AO LARGO: AS MULHERES FRENTE A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA</b>	29
1.1 Homens e mulheres entre o público e o privado: uma problematização da “vocalção” feminina	31
1.2 Intelectuais de saias?	37
1.3 Novas relações de gênero e poder: problematizações teóricas	44
1.4 Gênero e cidadania no Recife: o questionamento do lugar “histórico” das mulheres.	52
<b>2 – UMA NOVA ESTÉTICA DA CIDADE: 1950 a 1964</b>	56
2.1 Movimentos políticos e culturais em Pernambuco no cenário nacional	58
2.1.1 Faculdade Direito do Recife	66
2.1.2 Partido Comunista	70
2.1.3 Movimento de Cultura Popular	72
2.1.4 Movimento teatral em Pernambuco	77
2.2 Modernidades e modernizações no Recife da década de 1950	83
2.3 A modernidade e a constituição de espaços para as mulheres	88
<b>3- “NÃO SE NASCE MULHER, TORNA-SE MULHER”: (RE)PENSANDO OS PAPÉIS FEMININOS E AS RELAÇÕES DE PODER ATRAVÉS DO OLHAR DE MULHERES</b>	97
3.1 Bernadette Pedrosa	101
3.2 Maud Perruci	107
3.3 Silke Weber	112
3.4 Geninha da Rosa Borges	118
3.5 Tereza Costa Rêgo	125
<b>“CHÁ COM AS MENINAS OU CONSIDERAÇÕES EM CONSTRUÇÃO</b>	131
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	136

## APRESENTAÇÃO

O Recife das décadas de 1950 e início da década de 1960 possui um cenário político e cultural marcado por uma forte efervescência de idéias e possibilidades de mudanças de estruturas sociais que compunham a vida pública da cidade, onde os agentes gestores e produtores dessa mudança atendem pelo nome de intelectuais. Contudo, a ratificação do gênero masculino é constantemente enaltecida, enquanto que pouco se sabe e/ou se produz a respeito de mulheres gestoras e produtoras também intelectualizadas. Sendo assim, identificá-las e defini-las como intelectuais torna-se uma árdua tarefa, uma vez que a própria definição do termo “intelectual” perpassa por nuances de uma pluralidade de sentidos e significados.

Essa delicada definição de mulheres enquanto produtoras e agentes do conhecimento reflete a sociedade da época, que carrega séculos de relações de poder patriarcais e delega, direta ou subjetivamente, locais e funções para os diferentes sexos.

Nesse sentido, esse trabalho dissertativo analisará as novas relações de poder entre homens e mulheres no Recife, onde projetos de cidadania e de sociedade alternativos ao que vigoravam desde o início do século XX estavam sendo pensados e discutidos. Era um momento de introdução das classes sociais que estavam marginalizadas da vida pública da cidade - e em especial das mulheres.

Contudo, também abordaremos as intrincadas relações entre homens e mulheres nos espaços privados, nos lares e no seio de suas famílias. Um espaço onde também são travadas relações sociais e políticas, ou seja, de poder. Sendo assim, pode-se dizer que a cidade e a família passam por um processo de “complexificação” dos espaços públicos e privados.

Dentro dessa perspectiva, procuraremos perceber de que maneira esse cenário político e cultural do Recife favorecia o surgimento de movimentos que visavam “atingir” as classes marginalizadas da vida pública/política e cultural da cidade, bem como buscar uma compreensão dos limites e das várias possibilidades de ser uma “mulher pública” nesse período e se as nossas protagonistas percebiam essa delicada relação/colocação social da mulher. Para tanto, serão destacadas as suas vivências pessoais e profissionais, onde analisaremos as implicações das suas experiências – mais destacadamente durante o período estudado – nas suas vivências futuras. Nas suas

percepções do ser mulher, do ser (ou não) intelectual e da construção de uma consciência de um sujeito político.

Dessa forma, visamos entender e situar essa análise dentro das atuais discussões de gênero que defendem que uma História das Mulheres não deve mais estar presa ao chamado “universo feminino” e à natureza das atividades que historicamente estão ligadas unicamente às mulheres, mas procurar percebê-las saindo desse dito universo e aventurando-se nos espaços tradicionalmente reservados aos homens.

Uma análise das mulheres saindo de seus espaços reservados/privados e íntimos para atuarem nos espaços tidos como masculinos, ou seja, públicos permitirá a análise de uma possível mudança nas relações de poder que têm definido os papéis entre os sexos. Através da atuação das protagonistas escolhidas para essa pesquisa, será possível levantar questões a respeito de uma percepção dessas mulheres acerca da mudança de papéis sociais entre homens e mulheres em meio a conceitos e costumes modernos e modernizantes, mais especificamente entre as personagens que comporão essa pesquisa, ou seja, homens e mulheres que fizeram parte dos movimentos políticos e culturais do Recife atuando como intelectuais e artistas na produção do conhecimento e na “arte” de reinventar as relações sociais.

Buscando atingir tais objetivos, esse trabalho dissertativo está composto de introdução, três capítulos e as considerações finais (ou seriam em construção?) dos objetivos alcançados até o término dessa pesquisa.

Na introdução é tecido o cenário onde intelectuais do Recife percebem a necessidade de mobilizarem-se em prol de transformações nas estruturas da sociedade com o intuito de diminuir o “fosso” social que marginaliza grande parte da população da cidade, que sofre com altos índices de analfabetismo e com o que os próprios pensadores da época acreditavam ser “uma ignorância cultural”. Aqui também cabe o início da nossa discussão teórica e metodológica que fará parte constantemente do texto como um todo.

No primeiro capítulo, partimos das principais discussões teóricas que construíram essa análise, destacando a importância de escrever-se a história das mulheres, intelectuais “por ofício” ou não, e a sua presença marcante nos movimentos do Recife no período, situando essa análise dentro de conceitos atualmente defendidos na historiografia ocidental. Para entender o porquê de os intelectuais – que representam a sociedade civil – se organizarem para tentar sanar alguns dos problemas que cabiam

ao Estado, tomamos por base uma breve análise do conceito de “intelectual”, não esquecendo de situá-lo em seu momento histórico.

Seguimos analisando as relações de poder que regem o convívio entre homens e mulheres e a compreensão dos espaços públicos e privados, conceitos tão delicados e permeados de instabilidades teóricas que definem os lugares que cada sexo “deve” ocupar dentro do Recife no período abordado.

Pensamos que aqui também cabe um mergulho na literatura da época e de como alguns importantes intelectuais abordaram essa então mulher moderna. Dessa maneira, desejamos contextualizar as nossas polêmicas teóricas com a materialidade das obras produzidas no período estudado.

No segundo capítulo, expomos e analisamos como a modernidade, projeto social presente nos discursos políticos e nas transformações do cenáculo urbano desde o início do século XX, vem contribuir para uma releitura dos papéis sociais, interferindo não só na estética da cidade, mas também nos costumes e valores sociais, trazendo as inovações modernizantes que servem quase que exclusivamente às necessidades da classe média, acentuado ainda mais a desigualdade social crescente no Brasil e, mais especificamente, no Recife.

O segundo capítulo também é dedicado a uma breve análise do contexto político em que o Brasil se encontrava e mais especificamente Pernambuco, que, em contrapartida, seguia um caminho diferenciado, com alianças políticas e mobilizações sociais no campo e na cidade. Onde movimentos como as Ligas Camponesas e a Frente do Recife tornavam palpável a atmosfera de efervescência da cidade favorecendo um ambiente propício para o surgimento de movimentos de cunho político e/ou cultural na cidade, que passa a ser vista como um foco de novas idéias e novas possibilidades de sociedade.

O terceiro capítulo é inteiramente feminino! É nele que elas desfilarão com o merecido destaque as suas vivências, práticas e contribuições para os movimentos intelectuais e culturais no Recife. Verificando, através desse percurso, a possibilidade de revisão de seus papéis sociais e do que era ser mulher em um singular momento da História do Recife.

Para encerrarmos, temos a elaboração de novas questões a partir da análise da contribuição dessas mulheres, para a compreensão das novas relações sociais, de gênero e de poder. Buscando assim, através de um breve, específico e pequeno panorama,

perceber como se davam as relações entre homens e mulheres em seus lugares historicamente reservados e a desconstrução dessa história.

Sendo assim, a análise dessas mulheres e suas produções enquanto artistas e intelectuais possibilitara-nos entender de como os limites entre público e privado estavam cada vez mais se confundindo e que os papéis sociais não poderiam mais ser analisados independentemente do cenário que cercava as novas relações de poder que se configuravam no Recife de fins da década de 1950 e início da década de 1960. Nossas percepções e análises serão esmiuçadas na parte final deste trabalho dissertativo, dentro das discussões e resultados alcançados, onde procuraremos lançar mão de novas questões acerca da participação das mulheres, nos possibilitando escrever a história acerca da participação feminina nesses movimentos políticos e culturais – enquanto lugares públicos - em período tão singular da história do Recife e da própria história das mulheres.

## INTRODUÇÃO

E quando avançamos um passo mais e dividimos a idéia de mulheres nas suas múltiplas e por vezes contrastantes partes, não estamos a fragmentar a história, mas sim a criar a possibilidade de uma base explicativa mais ampla <sup>1</sup>. (HARRIS-KESSLER, 2006: 113)

Ao analisarmos as relações de poder a partir das relações de gênero num espaço e tempo delimitados, a cidade do Recife, entre os anos de 1955 e 1964, estamos levantando questões plurais acerca da história das mulheres. Não se trata apenas de reivindicar o lugar das mulheres na História, mas analisar a sua contribuição e as suas múltiplas relações sociais e culturais em uma sociedade na qual o paradigma masculino serve como referencial de conduta. Mais ainda no caso do Brasil desse momento histórico, uma sociedade ainda patriarcalista.

Esse patriarcalismo é ainda mais arraigado no Nordeste brasileiro e, mesmo que esta região e seu *modus faciendi encontre-se* em decadência mediante a modernização estética, social e econômica que marca o país na primeira metade do século XX, seu legado ainda perdura nas relações de poder entre os gêneros e continua a influenciar a configuração dos espaços públicos e privados.

É esse o ambiente que marca o Recife da década de 1950 e início da década de 1960 que apresentava um cenário político e cultural onde as discussões de projetos de sociedade e cidadania faziam parte do ambiente público da cidade. Nesse momento, o Recife e mais especificamente o grupo social que escolhemos como foco de nossa pesquisa despontava no cenáculo da vanguarda intelectual do país como um pólo cultural, em meio à afirmação e ratificação da modernidade enquanto conceito definidor e modelador das relações sociais, seja das formas artísticas e nos traços arquitetônicos, seja na constante busca pelo progresso e desenvolvimento, ou ainda pela renovação e modificação dos costumes e dos valores sociais.

Essa análise acerca das possíveis mudanças nas relações de poder entre homens e mulheres só torna-se possível a partir do momento em que novas idéias e modelos de sociedade e cidadania estão circulando nos discursos, saberes e fazeres desse grupo

---

<sup>1</sup> HARRIS-KESSLER, Alice. Que é história de Gênero hoje? IN **Que é a História Hoje**. Cord. David Cannadine. Lisboa, Gradiva, 2006.

social. Essa análise se dá em meio a toda uma atmosfera de ebulição cultural e a uma consciência política que se estabelece e que se busca, transformando o cotidiano da cidade, remodelando os valores e costumes sociais, muitas vezes gerando rupturas e possíveis binarismos que têm a força de sua própria instabilidade e servem para desenhar o cotidiano da cidade do Recife, onde o moderno e o tradicional coexistem, onde homens e mulheres se relacionam, se buscam e se encontram. Onde o “outro” é trazido à tona, haja vista esse momento no qual os intelectuais procuram elencar o “povo” como sua missão. Essas relações, repletas de “jogos de poderes”, provocam questionamentos na ordem que estabelece os papéis e os espaços que cada indivíduo deve ocupar e/ou transitar na cidade e na sociedade.

Paralelamente a tudo isso, temos o cenário urbano que continuou o seu processo de remodelação, tornando ainda mais complexas as percepções e relações interpessoais, uma vez que normas existiam e cobravam posturas e atitudes dos cidadãos e onde aqueles mais “engajados” procuravam agir de forma a mudar determinadas injustiças sociais, na tentativa de sanar algumas mazelas que marcavam as feições do Recife, que queria ser moderno em todos os sentidos, principalmente em se tratando de democracia e direitos.

Para essa tarefa – também tida como “missão” - os intelectuais do Recife partiram para a ação. Nomes como Paulo Freire, Hermilo Borba Filho, Germano Coelho, Francisco Julião, entre outros tantos, se faziam ouvir envolvidos por uma atmosfera de pura ebulição de idéias, produzindo, criando e divulgando a força da cidade para o restante do país. É nesse clima que surgem iniciativas como o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Teatro de Estudantes de Pernambuco (TEP), o Gráfico Amador que, somadas a um movimento estudantil forte e a partidos de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro, formaram o terreno propício para possibilitar mudanças concretas na sociedade do Recife.

Essa criação de processos e movimentos artísticos e intelectuais visava atingir a uma parcela tida como marginalizada da população, desejando de alguma forma propiciar-lhe o direito a cidadania, o contato com a vida política e, acima de tudo, que adquirissem essa consciência de indivíduos sociais, com direitos e deveres. Pessoas críticas e capazes de agir e tomar decisões. Dessa maneira, o discurso da modernização que permeava o espaço público da cidade precisava alcançar a dimensão da cidadania, buscando um papel de denunciador e reivindicador de uma sociedade mais justa.

No entanto, a historiografia brasileira nos indica que essa intelectualidade é marcada por muitos nomes masculinos e raros femininos, ou pelo menos se subentende que pouco se estudou sobre mulheres intelectuais, artistas e ativistas que tenham feito parte desse momento da História da cidade do Recife

Tal ausência está diretamente ligada à sociedade e mentalidade que perdurava na época, um patriarcalismo *à brasileira*<sup>2</sup> que ainda enxergava a mulher como o sexo frágil, a dona do lar, cidadã de segunda classe<sup>3</sup>. Esse patriarcalismo impregnava as relações sociais não só de gênero, mas também de classe e etnia e tornava ainda mais complexa a percepção das distinções entre os espaços públicos e privados, pois trazia o ranço do clientelismo e do paternalismo que estão intimamente ligados a essa sociedade patriarcal e que definia as atitudes e valores de homens e mulheres de meados do século XX. Mesmo em meio às novidades modernas. O “cuidado” e a relação hegemônica de poder entre os sexos reafirmava os locais de homens e mulheres e essa visão era ratificada em revistas e jornais de grande circulação na cidade do Recife da época:



Figura 01 – Suplemento Feminino do Diário de Pernambuco, 1955<sup>4</sup>

<sup>2</sup> A sociedade patriarcalista brasileira, e mais especificamente nordestina, sofre profundas influências de relações paternalistas e familistas, que misturam os ambientes público e privado, o que torna ainda mais árdua a tarefa de se perceber suas fronteiras.

<sup>3</sup> O termo “cidadã de segunda classe” indica a colocação social da mulher, ou seja, relegada a segundo plano, com pouco ou quase nenhum direito. Devendo ser resguardada às quatro paredes do lar.

<sup>4</sup> Fonte: APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

A imagem acima mostra a coluna “O Seu (destacado para ratificar “as interessadas”) Mundo”, nela constavam dicas sobre as mais atuais novidades em decoração para o lar<sup>5</sup>, ou seja, o espaço e reino feminino. E a imprensa enquanto um “substantivo feminino”<sup>6</sup> serviu de instrumento regulador, muitas vezes disfarçado com certo manto de “ingenuidade”:

À primeira vista, receitas de culinária, conselhos de beleza, contos de amor e outros assuntos comuns às revistas, seções e suplementos femininos do mundo inteiro são neutros. Porém, se sairmos da superfície, veremos que a imprensa feminina é mais “ideologizada” que a imprensa dedicada ao público em geral. Sob a aparência de neutralidade, a imprensa feminina veicula conteúdos muito fortes.<sup>7</sup>

Nossas incursões pela imprensa local (suplementos femininos) do período abordado ratifica essa percepção, onde pouco ou nada se informava em termos de notícias jornalísticas e o foco voltava-se mais para uma linha de diversão, algumas vezes opinativa e com um jornalismo mais com caráter de serviços. Outra questão que nos chamou a atenção e que corrobora com essa percepção é a periodicidade que encontramos desses suplementos. Geralmente semanais, mas não necessariamente respeitando um dia certo de publicação o que os afasta ainda mais dos fatos reais, do momento.



Figura 02 – Suplemento Feminino do Diário de Pernambuco, 1955<sup>8</sup>

<sup>5</sup> Diário de Pernambuco: Suplemento Feminino, 19/01/1955. Fonte: APEJE.

<sup>6</sup> BUITONI, Dulcília Helena Schoeder. **Mulher de Papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. Edições Loyola, São Paulo, 1981.

<sup>7</sup> Idem, p. 01

<sup>8</sup> Fonte: APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Mulheres escrevendo para mulheres o que deveriam ser “assuntos de mulheres”. No artigo acima, temos um exemplo claro do que predominava nas páginas dessa imprensa, onde o que se entendia por estratégia das mulheres era o melhor servir (literalmente) do seu marido. Nossas entrevistadas confirmaram o teor desse material e ratificaram qual era o papel dessa mídia. O de “regular” o comportamento, as atitudes femininas, sobretudo das mulheres de classe média, e que tão bem deveriam representar a nossa sociedade recifense moderna e civilizada.

Sendo assim, as próprias mulheres muitas vezes tornavam-se agentes perpetuadoras da visão de sujeição à essa condição imposta por uma sociedade que ainda trazia fortes traços da aristocracia patriarcalista provinda do “passado açucareiro” da região. E que era marcada pela diferenciação social/política e cultural entre homens e mulheres assim como entre pobres (eleitos à categoria “povo”) e os mais abastados.

Perceber essas novas relações de/entre os gêneros e de como foi constituída essa “sujeição permissiva” das mulheres tem sido um importante foco dos estudos de gênero. Neste trabalho, pretendemos contribuir com algumas questões para a persistente discussão acerca das relações/colocações sociais dos indivíduos, respeitando as especificidades do Recife da metade do século XX, a partir da abordagem das protagonistas escolhidas para essa pesquisa, da análise de suas vivências no transito do “lar ao largo” e das novas relações de poder que se configuram nesse cenário efervescente da cidade do Recife.

Mas o que é fazer história de gênero hoje? A teórica Alice Kessler-Harris tenta responder a essa pergunta em seu artigo homônimo: “Precisamos começar a encarar essas disputas não como um processo de identificação de questões a serem resolvidas, mas como oportunidades para propor melhores problemas do que aqueles dos quais partimos”<sup>9</sup>. A autora explica qual deve ser a tarefa da história de gênero, que primeiramente deve iniciar-se a partir da recuperação dos fatos e dos dados, mas que esse passo representa apenas uma etapa da investigação histórica contínua, ou seja, a qual não termina, uma vez que novas questões estão sendo constantemente possibilitadas e alimentadas.

A etapa seguinte é garantir que esses fatos recuperados adquiram um significado, para que tenham a capacidade de “preencher as lacunas nas obras daqueles

---

<sup>9</sup> HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos feministas**. CIC/ECO/UFRJ, v. 1, nº 1, p.8-31, 1993 p. 12.

que parecem mais distantes da história das mulheres.”<sup>10</sup> Entender a história de gênero contribuiu e ainda contribui para moldar a concepção de poder e de como o gênero teria afetado a compreensão histórica da formação da subjetividade e da identidade, assim como na formação das classes, do estado e da própria concepção de construção da nação.

O período escolhido para essa pesquisa representa um recorte temporal mediante a fervilhante atmosfera da cidade do Recife e tem o seu marco inicial (1955) determinado pela publicação da primeira obra de Osman Lins “O Visitante” cuja a protagonista do romance é uma mulher, Celina, professora dedicada e solteirona inveterada que bem ilustra o conflito pessoal da mulher que se percebe questionando o seu papel social e a sua relação com o outro masculino. A ficção poderá encontrar a realidade ao analisarmos a trajetória de vida de uma de nossas protagonistas, a Professora Bernadette Pedrosa, que possui algumas características similares à personagem do romance. Sendo assim, buscamos na literatura da época entender os modelos de mulheres e possíveis conflitos a partir de questionamentos (nossos) a respeito da “vocação” da mulher.

A literatura também estará presente nas epígrafes, com as contribuições poéticas de Maria do Carmo Barreto Campelo de Mello, poetisa pernambucana que poderia estar figurando entre nossas protagonistas, mas que aqui será abordada em tom de homenagem e sensibilidade. Ela escreveu, antes, durante e após o período estudado nesse trabalho, sugerindo o que era ser mulher para ela. Suas poesias são exemplos de “manifestos” dos constantes conflitos pessoais e sociais vividos por mulheres em meados do século XX na cidade do Recife.

Já o marco final para essa pesquisa é exatamente um momento de rupturas na História nacional e mundial, uma vez que no âmbito político e social o Brasil é marcado pelo Golpe Militar de Abril de 1964 que veio “ceifar” muitas das iniciativas que tão vividamente traziam de volta o sopro da esperança em relação à possibilidade de constituição de novas sociedades mais igualitárias e justas. E no âmbito mundial começava a avultar-se a chamada Revolução Sexual que viria a proporcionar verdadeiras transformações nas práticas e costumes sociais de homens e mulheres.

---

<sup>10</sup> HARRIS-KESSLER, Alice. Que é história de Gênero hoje? IN **Que é a História Hoje**. Cord. David Cannadine. Lisboa, Gradiva, 2006.

Partindo, assim, de algumas ousadas damas da sociedade do Recife é que almejamos compreender as instabilidades e fragilidades da constituição social até então vigente. Bem como pretendemos questionar se essas mulheres tinham uma consciência (ou não) das rupturas e permanências nas relações de poder e gênero no período abordado. Uma vez que cada uma, a seu modo, procurou contribuir e atuar em suas próprias vidas e destinos, adaptando as convenções, as tradições e lutando por uma sociedade mais justa, onde a educação seria para o povo, pintando suas fantasias e amores, encenando ficção e realidade, buscando dar a sua contribuição para a mudança de perspectiva da sociedade da qual faziam parte e pela qual tinham o direito de lutar, mesmo sabendo do preconceito, indo de encontro a costumes tradicionalmente estabelecidos.

Sendo assim, destacaremos algumas dessas mulheres que participaram ativamente de movimentos políticos, sociais e culturais no Recife, ressaltando também o que foram esses movimentos e a sua contribuição para o momento histórico da cidade do Recife. São elas:

- a) Silke Weber – Movimento de Cultura Popular – que através da educação, aliada à cultura, buscou pensar um projeto alternativo de sociedade que possibilitasse a extensão da cidadania àqueles dela marginalizados;
- b) Geninha da Rosa Borges – Teatro de Amadores de Pernambuco – revisaram os “papéis” da mulher na vida pública e para o público, quando o papel de atriz era tido como “baixo e vil”;
- c) Tereza Costa Rêgo – Partido Comunista Pernambucano e Artes Plásticas – em sua arte expressa a possibilidade de quebra do imaginário dos valores sociais e da estética conservadora;
- d) Bernadette Pedrosa e Maud Perruci – Faculdade de Direito do Recife – são as pioneiras da docência da FDR e representam o papel da intelectual feminina.

É a partir das experiências e vivências dessas mulheres, que representavam indivíduos eminentemente privados e que partiram para marcar presença na esfera pública da cidade, promovendo uma releitura de seu papel na sociedade e das próprias relações de poder, que poderemos analisar e perceber possíveis rupturas nas já arraigadas relações de gênero e na percepção da constituição de uma categoria de intelectuais femininas.

Não podemos ignorar que no mundo em geral, desde o final do século XIX e mais acentuadamente nas primeiras décadas do século XX, as mulheres já figuravam nos cenários urbanos. Contudo, seus nomes ou seus feitos pouco se destacavam e as que figuram nas páginas da historiografia representam um anonimato múltiplo, pois em sua grande parte precisaram, mais acentuadamente, lançar-se à vida pública muitas vezes em busca de sustento para suas famílias, em especial nos anos das duas grandes guerras, quando o mercado de trabalho, carente dos homens que foram ao front, absorveu um grande número de mulheres que, de maneira desigual, já haviam penetrado no mundo do trabalho desde a própria Revolução Industrial. Essa desigualdade, fortemente acentuada a partir da entrada das mulheres na vida pública, provocou mudanças nas relações de poder que regem o convívio entre os sexos.

Para essa compreensão faz-se necessário entender um pouco sobre a construção de conceitos como o de “público” e “privado” e o conceito de “cidadania” e como grupos não governamentais puderam, de alguma forma, contribuir para uma possível inserção social de grupos historicamente marginalizados das decisões políticas e da vida pública na cidade do Recife, em um período tão singular e de esperanças, como foram aqueles que antecederam ao golpe militar de 1964.

Dentro dessa análise, procuraremos situar as mulheres que fizeram parte desse momento histórico da cidade do Recife. Mulheres estas que provinham da classe média intelectualizada e que, ainda assim, continuavam marginalizadas da vida pública da cidade enquanto poder/política pública.

Esse também era o momento em que a cidade do Recife passava por um processo modernizador, que se estendia desde o início do século XX, adquirindo um perfil “civilizado”, aos moldes capitalistas. É essa mesma modernização, traduzida por fortes e velozes mudanças, que também contribui para uma releitura do papel e do “ser” mulher moderna.

A imprensa, por sua vez, servia de veículo para divulgar tal processo modernizante e propagar as idéias e valores que adentravam os lares recifenses, gerando perplexidades, estranhamentos e adaptações. Contudo, era da vontade das elites que, com a remodelação dos cenários urbanos, os valores sociais também acompanhassem – sob controle – os moldes civilizados. E essa civilidade tinha início no primeiro espaço de socialização do indivíduo, ou seja, a família. Sendo assim, o papel da mulher,

mantenedora do lar e mãe exemplar é enaltecido diariamente nas páginas dos jornais, nas conversas das senhoras, e na dura regulação social.

O que é colocado em xeque é a vocação feminina que impunha limites muitas vezes severos às mulheres que também se encontravam em uma situação de sujeição e marginalidade social, pois foram criadas para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, sendo essa a sua “vocação”, é dentro desse espaço que a mulher é considerada benéfica para a sociedade inteira. Portanto, nas sociedades ditas republicanas, a diferenciação entre os sexos traduz-se por uma divisão racional de papéis, onde a mulher está relacionada aos sentimentos, à paixão, e o homem estaria ligado à razão. Esse também é caso da democracia ocidental moderna.

Essa nova conjuntura mundial aumentava a instabilidade nas definições dos lugares próprios de homens e mulheres, uma vez que, provado o gosto pela vida pública e pelo trabalho fora do lar, a volta à reclusão da vida doméstica passou a ser problematizada e questionada pelas mulheres que, assim como os homens, estavam circulando nas cidades, e eram presentes no cotidiano do Recife; entretanto, também ali, regras as perseguiram, de como se portarem em público.

É certo que a modernidade veio a contribuir para as mudanças nas relações de convívio entre homens e mulheres, tanto dentro de suas casas, protegidas pela “cortina da privacidade”, quanto nas ruas; contudo, o século XX assistiu a um processo inusitado diante das inovações modernizantes onde, ao contrário do que se poderia imaginar, os espaços públicos adquiriram outra função perdendo o seu caráter de lugar das relações sociais e de trocas:

O espaço público é hoje mais um lugar de circulação do que de troca. Instáveis, os grupos neles se dissolvem rapidamente. O gozo da privacidade, graças a melhores condições de habitação – mais da metade dos trabalhadores são hoje proprietários de sua casa –, reforçou-se. A distância entre o trabalho e a residência, o desenvolvimento dos lazeres e o poder da televisão favoreceram o recolhimento na intimidade<sup>11</sup>. (PERROT, 1998: 35)

Essa “instabilidade” ressaltada por Michelle Perrot, que vem sendo acentuada desde o final do século XIX e que se mostra muito presente nas décadas de 1950 e 1960 nas cidades modernas, bem define a fragilidade e a delicada análise das relações de

---

<sup>11</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

poder entre os sexos, que se mostra como um reflexo da atmosfera renovadora e repleta de possibilidades que se apresentava no Recife do período aqui abordado. Sendo assim, pretendemos compreender como era essa mulher dos enaltecidos “Anos Dourados”, às portas de uma revolução sexual.

Para melhor compreender essa atmosfera “rebuliça” do período, devemos vislumbrar como se encontrava o cenário político da cidade onde as (re)visões dos papéis sociais tornavam-se palpáveis. Esse cenário é marcado pelo populismo e uma política de massas, a fim de controlar o povo politicamente, dentre outros meios, ditando as regras da educação.

Esse período correspondeu a uma fase de florescimento da cultura brasileira e a politização das massas tornou-se um terreno fértil sobre o qual frutificaram iniciativas de cultura popular como nunca havia ocorrido em épocas anteriores<sup>12</sup>.

Para a elaboração e montagem do trabalho, lançamos mão da possibilidade de trabalhar com várias fontes, uma vez que o fazer historiográfico está em constante evolução e mediante as novas possibilidades oriundas da ascensão da Nova História Cultural. Essas fontes podem ser classificadas como oficiais; memórias e biografias de intelectuais que viveram e fizeram a cena pernambucana no período estudado; acervos públicos e privados dos movimentos aqui abordados e fontes orais através das entrevistas com aquelas que fizeram parte desses movimentos ou que tiveram contato com as personagens aqui estudadas. Como essa pesquisa se debruça sobre vários movimentos e algumas de suas integrantes, partimos para trabalhar com acervos privados, que permitem um amplo acesso para o desenvolvimento da pesquisa de acordo com os “detalhes” de cada personagem.

No caso do Movimento de Cultura Popular (MCP), trabalhamos com as produções do próprio movimento que podem ajudar na compreensão da sua proposta e metodologia de trabalho, assim como as produções de intelectuais integrantes do MCP – tal como Germano Coelho e Abelardo da Hora, bem como analisamos os documentos dispostos no Memorial do MCP, produzido pela Fundação de Cultura da cidade do Recife.

---

<sup>12</sup> GORENDER, J. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

Em relação aos movimentos teatrais, recorreremos às publicações sobre os mesmos, bem como aos acervos particulares de artistas e do próprio Teatro de Amadores de Pernambuco, onde constam cópias das peças, entrevistas, pôsteres e imagens da história do teatro pernambucano. Paralelo a essa documentação, também utilizamos textos já produzidos sobre os movimentos teatrais e a história do teatro em Pernambuco e no Brasil.

Para abordar a situação do Partido Comunista em Pernambuco são bastante úteis os textos de Flávio Brayner<sup>13</sup>, de Luciana Jacoud<sup>14</sup>, e as memórias de Paulo Cavalcante que abordam a situação política pernambucana nas décadas de 1950 e 1960 do século passado. Quanto à Faculdade de Direito do Recife, nos valem do acervo da parte antiga da biblioteca da instituição onde constam históricos dos professores e suas produções acadêmicas, além da produção, já histórica, de Nilo Pereira<sup>15</sup>.

Paralelamente à pesquisa nas fontes já aqui citadas, recorreremos aos periódicos disponíveis no APEJE e na FUNDAJ: Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio em edições referentes ao período abordado, a fim de analisarmos a repercussão das produções e eventos realizados pelos movimentos políticos e culturais escolhidos para essa pesquisa e para melhor compreendermos o cotidiano do Recife. Dentro desses jornais dedicamos maior atenção às colunas direcionadas ao público feminino como é caso do Suplemento Feminino do Diário de Pernambuco, que traz importantes contribuições para se analisar a mentalidade do período e que trazem matérias escritas por mulheres e para mulheres, trocas de correspondências, dúvidas matrimoniais e indícios dos questionamentos acerca da relação com o sexo oposto.

Somadas a todas essas pesquisas, nos debruçamos sobre fontes orais que nos ajudam a entender e a compor a história de tais movimentos e de seus integrantes, principalmente com as personagens femininas selecionadas para esse trabalho. Destacamos as seguintes entrevistas:

- a) Com alguns dos membros do MCP: Germano Coelho e Silke Weber, que contribuirão tanto para a nossa discussão de projetos alternativos de cidadania quanto para problematização do papel e da participação feminina no movimento.

---

<sup>13</sup> BRAYNER, Flávio H. B. **Partido Comunista em Pernambuco**. Recife, FUNDAJ/Massangana, 1989.

<sup>14</sup> JACOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco**. FUNDAJ Ed. Massangana, Recife, 1990.

<sup>15</sup> PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife (1927 a 1977): ensaio biográfico**. Vol. 1 Ed. Universitária, Recife, 1977.

- b) Com a atriz Geninha da Rosa Borges
- c) Com a artista plástica Tereza Costa Rêgo que, acreditamos, contribuirá extremamente com a elucidação dos papéis sociais da mulher no período abordado;
- d) Com as Professoras Maud Perruci e Bernardette Pedrosa que atuaram em um espaço que por muito tempo foi quase que exclusivamente masculino, a Faculdade de Direito do Recife.

Portanto, a partir das pesquisas das fontes textuais e orais, procuramos tecer nossa narrativa histórica a fim de tentar compreender as novas relações de poder que estavam se constituindo em meio a um Recife onde as “novidades” da modernidade provocaram mudanças nas relações entre o masculino e o feminino, bem como entre as diferentes classes sociais.

Compreendendo e situando o nosso período e as nossas protagonistas dentro das atuais discussões sobre as relações de gênero, estando elas inseridas em um momento singular da História político/cultural da cidade do Recife, é que pretendemos lançar mão de novas e mais instigantes questões a respeito do ser mulher e do ser homem modernos. Do papel do intelectual e, em especial, da intelectual e entender de que maneira essas novas percepções estão invariavelmente ligadas ao lugar e ao momento histórico abordados e de como se deram as (re)visões e as (re)colocações da mulher de um “ontem” próximo. Aquelas que antecederam diretamente essa perturbada, inquieta e emancipada mulher atual.

## 1 – DO LAR AO LARGO: AS MULHERES FRENTE À SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

As mulheres passaram a ser vistas e analisadas a partir da categoria de gênero, tomando-se como porto de partida as práticas culturais e de interpretações que são construídas e discursadas com objetivos claros. É dessa maneira que as definições de gênero – e sua complexidade enquanto campo da História – são fruto de uma nova episteme das ciências sociais, como afirma Rachel Sohiet:

As contribuições recíprocas decorrentes da explosão do feminismo e das transformações na historiografia, a partir da década de 1960, foram fundamentais na emergência da História das Mulheres. Nesse sentido, ressaltam-se as contribuições da História Social e da História das Mentalidades, articuladas ao crescimento da antropologia, decisivas nesse processo, em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História<sup>16</sup>. (SOHIET, 1997:)

Constata-se, então, que a História das Mulheres dentro da análise da categoria de gênero é um estudo intrinsecamente político e que, sendo assim, “não há jeito de se evitar a política – as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento e dos processos que o produzem; por essa razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político”<sup>17</sup>. Mas uma política não limitada à partidarismos ou à edificação de um “sujeito mulher”, mas às suas práticas e relações sociais dentro e fora dos espaços da política, ou seja, dos espaços públicos.

Joan Scott, em seu artigo “História das Mulheres”, enfatiza a necessidade de se estudar esse campo da História em um âmbito político e mostra a importância de se firmar outro caminho de conhecimento para o estudo de gênero, pautado em novos conceitos. Os estudos nas áreas da Antropologia, História Social, História das Mentalidades e da História Cultural alavancaram as mulheres à condição de objeto e sujeitos da História o que, de certa maneira, vai de encontro ao movimento da historiografia dominante, herdeira do iluminismo, que trabalha com a lógica da

---

<sup>16</sup> SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. IN: MATOS, Maria Izilda. **Gênero em Debate**: trajetórias e perspectivas da historiografia contemporânea. São Paulo, PUC, 1997.

<sup>17</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. IN: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: v.20, n°2, jul-dez 1995, p. 95.

participação diferenciada dos dois sexos.<sup>18</sup> E de uma exclusão ou não indicação da vida pública para as mulheres.

Essa exclusão das mulheres da vida pública deve-se aos discursos masculinos dominantes, pois foram os homens (juristas, médicos, pais, legisladores, religiosos) que, ao longo do tempo, representaram socialmente as mulheres. A História de Gênero, ao pensar e questionar o poder, ao expor conexões entre privado e público, ao examinar os sujeitos e suas inserções e práticas nas relações de poder, foi de grande importância para outras áreas do conhecimento.

Os estudos culturais, que perceberam a necessidade de se compreender a linguagem para se entender o mundo e sua construção cultural, puderam, juntamente com a Filosofia, a Educação e a Sociologia, fazer uso dos estudos de gênero e esse envolvimento teórico dentre várias áreas do conhecimento humano pôde produzir outro tipo de intelectual, uma vez que a reflexão exige mais que apropriação dos saberes, mas supõe o compromisso com seu tema e seu objeto. Essa desconstrução implica em questionamentos de estruturas, hierarquias, e dá aos movimentos sociais espaço para disputa de conhecimento epistemológico.

É também percebido que a “História das mulheres” deixou de ser reservada somente a elas, mas também a História da família, da mídia, da criança e está diretamente ligada à história dos homens e das relações de poder, mediante uma sociedade patriarcalista que dita as regras de convivência, definindo papéis sociais.

---

<sup>18</sup> Cf. em SCOTT, Joan. História das Mulheres. IN Peter Burke (org.), **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pág. 95.

## 1.1 Homens e Mulheres entre o Público e o Privado: uma problematização da “vocação” feminina

### A Gaiola

E era a gaiola e era a vida era a gaiola  
e era o muro a cerca e o preconceito  
e era o filho a família e a aliança  
e era a grade a fila e era o conceito  
e era o relógio o horário o apontamento  
e era o estatuto a lei e o mandamento  
e tabuleta dizendo é proibido.

E era a vida era o mundo e era a gaiola  
e era a casa o nome a vestimenta  
e era o imposto o aluguel a ferramenta  
e era o orgulho e o coração fechado  
e o sentimento trancado a cadeado.

E era o amor e o desamor e o medo de magoar  
e eram os laços e o sinal de não passar.  
E era a vida era a vida o mundo e a gaiola  
e era a vida e a vida era a gaiola.

Maria do Carmo B.C de Mello

A extraordinária poesia “A Gaiola” de Maria do Carmo Barreto Campello de Melo (1924 a 2008), que foi delirantemente recitada por Geninha da Rosa Borges em sua entrevista, pode muito bem ilustrar os anseios, os lugares e os conflitos femininos. E serve para nos ilustrar a delicada condição da mulher de meados do século XX. Esta que, por vezes, deveria ser constantemente regulada (engaiolada) devido à sua condição natural: “(...) e era o orgulho e o coração fechado, e o sentimento trancado a cadeado.” Podemos compreender que essa “prisão”, ilustrada no poema, publicado pela primeira vez em 1968, pode representar o universo do privado para as mulheres, as grades podem ser objetivamente os muros de seus lares como também, subjetivamente, os limites dos espaços a elas recomendados.

É partindo do questionamento desses muros/limites que devemos compreender como se dava a percepção e a constituição das esferas privadas e públicas no Recife das décadas de 1950 e início de 1960.

Historicamente, é sabido que os limites entre as esferas pública e privada são instáveis e mutáveis, contrapondo as liberdades subjetivas dos indivíduos às determinações normativas de justiça e da legislação reguladora que prima pelo convívio

em comunidade<sup>19</sup>. Sendo assim, delimitar tais fronteiras torna-se um desafio teórico constante, uma vez que essa mesma delimitação se evidencia quando o foco recai sobre as relações entre os gêneros e a delicada inserção das mulheres nos espaços públicos, uma vez que a própria determinação desse espaço é por vezes problemática.

Contudo, as obras de alguns estudiosos como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo indicam haver uma singularidade na constituição do espaço público no Brasil, havendo uma verdadeira fragilidade em sua composição e plena definição. Isso pode explicar-se a partir da constituição histórica da sociedade brasileira, que fora baseada por séculos em relações servis e patriarcais, onde as nuances da privacidade e os interesses do privado eram constantemente sobrepostos aos públicos,

[...] isto é, enquanto *ethos* encravado na mais remota história do país, nas suas determinações culturais mais profundas, ora definindo as feições mais pujantes do caráter brasileiro e uma sociabilidade amenizadora das diferenças, ora condenando o que é ou deveria ser público ao personalismo, ao subdesenvolvimento e à asfixia diante da hipertrofia da vida privada, à amoralidade dos costumes, ao patrimonialismo, à incivilidade, ao familismo, à insolidariedade, à indistinção entre público e privado<sup>20</sup>. (LAVALLE, 2004: 21)

Ou seja, era o individualismo do privado invadindo os redutos públicos, tornando ainda mais delicada a percepção das fronteiras que separam as duas esferas. E, de forma mais expressiva, a partir da década de 1930, as mulheres passaram a transitar nos espaços públicos, de socialização masculina, onde nem sempre eram bem vindas. Pois, segundo os homens, a sua presença descaracterizaria aquele ambiente, aonde as únicas mulheres bem vindas eram aquelas que serviam apenas para saciar suas necessidades físicas, ou seja, as mulheres “impuras”.

A História de Gênero, ao pensar e questionar o poder, ao expor conexões entre privado e público, ao examinar os sujeitos e suas inserções e práticas nas relações de poder, foi de grande importância para outras áreas do conhecimento. Contudo, faz-se necessário perceber uma nova forma de construção histórica, mais livre e independente

---

<sup>19</sup> Jonh Rawlls em seu livro Uma Teoria da Justiça nos apresenta um dilema na constituição dos direitos dos cidadãos e exemplifica a partir da instabilidade da terminação das esferas pública e privada, dando ênfase na primeira ressaltando o seu caráter político. Cf. em HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do Outro**: estudos de teoria política. São Paulo, Edições Loyola, 2002, págs. 86 a 90.

<sup>20</sup> LAVALLE, Adrian Gurza. **Vida Pública e Identidade Nacional**: leituras brasileiras. São Paulo: Editora Globo, 2004. p. 21

de dominações acadêmicas e culturais, onde a identificação dos sujeitos não segue regras pré-estabelecidas ou determinismos culturais e/ou naturais.

Dessa maneira, a transição de abordagens e posturas das intelectuais feministas mais atuais vem abrir novas possibilidades de visibilidades de sujeitos que ultrapassam os limites deterministas de apenas dois sexos. E dentro dessa perspectiva de pluralidades é que se percebe a complexidade das relações de gêneros e suas mais atuais nuances. Sendo assim, é mais uma vez destacada a importância dos estudos da História de Gênero dentro da análise cultural, pois ela combina as relações sócio/culturais entre os sexos com outros campos explicativos a fim de buscar uma compreensão mais completa que é ricamente alimentada pela experiência subjetiva que transforma a ideologia em ação, assim como as suas conseqüências nas comunidades, nações e impérios.

Esse tipo de História necessita de fatos sobre as mulheres enquanto mulheres e sobre os homens enquanto homens, não mais isolados, fixos em seus lugares históricos, mas se relacionando, se influenciando e produzindo a “História dos Gêneros” à medida que considera que as categorias sócio/culturais são fruto de seu tempo.

Homens públicos são virtuosos e transitam em seu “habitat natural”, por assim dizer, em contrapartida às mulheres que, quando passam a circular nos espaços epistemologicamente públicos, passam a ter a sua virtude questionada, uma vez que esses espaços públicos enquanto campos do exercício da política – em um sentido mais amplo e complexo – não lhes serve por uma suposta falta de “vocação” e/ou aptidão, argumentos estes que encontram suas justificativas em alegações deterministas e biologicistas.

A própria anatomia fora utilizada para relegar as mulheres a uma condição de “inferioridade” biológica diante dos homens, o que demonstra a construção de um discurso baseado nas observações médicas que, dessa maneira, procuraram estabelecer os lugares sociais de gênero. Natureza e meio cultural determinando os espaços das mulheres e impondo certos limites em seu transitar. Essa tem sido uma das principais questões que tem permeado os estudos acerca das mulheres e o que demonstra o quão delicada é a questão de sua colocação social.

Dentro dessa percepção dos discursos biológicos, o corpo passou a representar um importante “instrumento” de análise da relação entre natureza e cultura. Mais especificamente, o corpo feminino tem se tornado o meio para a ratificação de discursos

dominantes; e o “artifício” que melhor demonstra essa utilização é a reprodução, onde o principal papel feminino é a maternidade, através da qual a mulher vem secularmente sentindo o enorme peso do destino.

Às mulheres tem-se tentado, há quatro ou cinco séculos, no Ocidente, atribuir um modelo, uma forma singular centrada em seu corpo, em sua capacidade reprodutora. Louvada enquanto apanágio das mulheres, a capacidade de procriação tem, por outro lado, o peso de um destino, de uma fatalidade<sup>21</sup>. (SWAN, 2007: 203)

“E era o filho, a família e a aliança...”, novamente a gaiola, uma prisão? Aliada a vocação natural e sócio-biológica da maternidade existia a vocação feminina para o magistério. Função na qual elas poderiam continuar contribuindo para a educação e erudição dos futuros cidadãos. Seria a “eterna professorinha”, tão vividamente representada por Celina, personagem central da obra “O Visitante” de Osman Lins, que tinha a solidão por companhia e que se sentia útil em seu papel de educadora. Lamentava-se pela ausência de seus próprios filhos, suprindo-a com a atenção dada e recebida para com seus pequenos alunos:

À luz da lâmpada, perfilavam-se ante ela as carteiras desertas. Negras, feias, com desenhos a canivete. Inumanas; e tão vivas. [...] Não emitia conceitos; limitou-se a reverenciar uma entidade impalpável, que ela sentia impor-se com tranqüilo vigor, como a existência de um deus. Em seguida, subiu ao estrado, sentou-se e, apanhando a régua, bateu sobre a mesa. O rumor destruiu o encanto; a presença esvaiu-se. Ela se sentiu desamparada e desejou ardentemente a aurora, que traria de volta, os passos na calçada, os cumprimentos matinais e todo o alvoroço que alegrava as manhãs<sup>22</sup>. (LINS, 1955: 16-17)

Celina, professora, religiosa, com seus quarenta e pesados anos e que vivia em um Recife da década de 1950, servia de exemplo do que poderia ser pensado como o “fracasso da mulher”. Solteira e sem filhos, mas que entrou em contato (e conflito) com o sexo oposto, ao passar a receber em sua casa o cansado e desesperançoso professor Artur. Sua rotina passa a ser perturbada e novamente vem o peso da sociedade ditando regras.

---

<sup>21</sup> SWAIN, Tânia. Meu Corpo é um Útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. STEVENS, Cristina. org. **Maternidade e Feminismo**. Diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. P. 201 – 246. P. 203.

<sup>22</sup> LINS, Osman. **O visitante**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1955.

Aqui também cabe uma analogia entre a ficção e a realidade, pois duas de nossas protagonistas exerceram, mais acentuadamente, a função de professoras, e a que melhor define e exemplifica esse papel é a professora Bernadette Pedrosa, que traçou sua trajetória profissional voltada para as salas de aula e para a formação do conhecimento. Primeiro na escola Normal, para posteriormente chegar a lecionar no símbolo da sociabilização da intelectualidade masculina, a Faculdade de Direito do Recife.

Questionada sobre uma possível ausência/falta da maternidade ela nos relatou um fato muito simbólico em sua vida, quando fora convidada para dar aulas em um tipo de curso para seleção de vestibular. Após o excelente resultado dos seus alunos, um de seus colegas lhe perguntou como ela estava se sentindo e ela, em sua postura comedida lhe respondeu: “como se sente uma mãe que acabou de dar a luz a 66 filhos!”.<sup>23</sup>

Percebemos aqui, mais uma vez ratificada, de forma consciente ou não, a importância dada a vocação de mãe das mulheres; quando a maternidade não era possível, essa deveria ser canalizada para o magistério. Tais palavras da Professora Bernadete nos trouxeram mais inquietações, pois em nossas “conversas/entrevistas” suas falas acerca da maternidade demonstravam que talvez houvesse uma ausência dessa consciência procurada por nós. Além de também nos indicar uma possível representação intensamente acerca das atuações femininas construída no imaginário das próprias mulheres.

Outra de nossas entrevistadas/protagonistas, a também Professora Maud Perruci, nos mencionou que a maternidade não era algo problematizado nos idos das décadas de 1950 e 1960. O que nos leva a analisar que a problematização estava numa possível ausência daquela. Mais uma vez destacando a “falência” social da mulher que não gerava filhos e não cumpria com o seu papel.

A artista Tereza Costa Rêgo também nos relatou que a sociedade das décadas de 1950 e 1960 só aceitava com bons olhos a mulher que trabalhasse fora de casa como professora, sendo comum e indicada essa formação para todas as moças.

Dessa maneira, ficam ratificados e bem delimitados a vocação e o lugar onde homens e mulheres deveriam figurar na sociedade recifense que ainda trazia fortes ranços machistas e patriarcalistas que incidiam ainda mais intensamente nas mulheres de classe média, às quais não era recomendado muito estudo, só o suficiente para serem

---

<sup>23</sup> Depoimento colhido numa entrevista com a professora Bernadette Pedrosa. Recife, 09/05/2009

excelentes esposas e educarem seus filhos de forma correta. Sendo assim, como imaginar, aceitar e admirar mulheres que ousaram produzir conhecimento? Como aceitar que mulheres poderiam se igualar aos homens e tornarem-se intelectuais?

## 1.2 Intelectuais de Saias?

### Elaboração do Ser

Quem me virá ao encontro  
Nesta hora nascedoura de opções?  
Quando o ser que sou, se sente SER  
E se descobre ativo e lúdico  
Instável e fraco! Um ser surgindo  
Colorindo-se de tons definitórios?

Quem me virá ao encontro  
Agora que sou EU? Eu me escolho, eu me sabendo  
Com a lucidez dos anjos  
Eu me questionando entre o temor de ser e de não ser?  
Eu, me lançando no projeto de Ser me elaborando?

De que surdos gritos me componho?  
De que íntimos contornos me estruturo?  
Eu, que pretérita, habito no futuro?  
E assim recuo,  
E ambígua permaneço...  
Nas vésperas de mim não me inauguro...

Maria do Carmo B.C de Mello

Estudar as mulheres enquanto objeto histórico só foi possível graças à constituição de um indivíduo mulher que tivesse voz e visibilidade política. Um “ser” mulher para representar inúmeros “seres” mulheres. Essa percepção do caráter político que deveria ser assumido pelas mulheres em suas reivindicações teve seu ápice com o lançamento do livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, onde a célebre frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”<sup>24</sup> foi assumida e levantada pela teoria feminista para se estudar e reivindicar o lugar das mulheres na História enquanto seres sociais e como construção cultural fruto de seu tempo.

Nesse sentido de construção social, a “*intelligentsia*” feminista reafirma a teoria de Löwy, de que os(as) intelectuais são muito mais do que uma classe, compreendem uma verdadeira categoria social, capaz de moldar e manipular idéias e que são definidos(as) por seu papel ideológico<sup>25</sup>. Sendo assim, as feministas das décadas de

---

<sup>24</sup> BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1960, p 09.

<sup>25</sup> LÖWY, Michel. **Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários**: a evolução política de Lucacs (1909 – 1929). São Paulo: Ed. LECH Livraria, 1979.

1960 e 1970 tornaram-se produtoras diretas da ideologia onde as mulheres deveriam erigir a sua identidade, buscar a criação de seu “sujeito” e, assim, ditar novas regras sócio-culturais de convivência com homens e com outras mulheres.

O texto de Beauvoir nos indica esse caminho quando buscou rupturas entre o natural e o cultural no que tange “ao estar no mundo” para as mulheres e vai além, ao indicar o que é ser mulher em meio a uma sociedade machista e, no caso do Brasil, patriarcalista. Assim, não se trata apenas de dar lugar às mulheres na narrativa histórica, mediante todas as conquistas do movimento feminista, desde o século XIX, e frente à tomada de espaços importantes pelas mulheres no âmbito social. É algo maior do que isso. Uma percepção das mudanças e transformações vividas, sofridas e promovidas por mulheres.

As conquistas dos estudos e lutas feministas nas universidades e em vários outros lugares de discussão social geraram impactos nos discursos e nas relações de poder de uma sociedade androcêntrica. No entendimento de gênero e seus sujeitos, à medida que era constituído e questionado nas relações de poder diante de um contexto de adversidade entre homem e mulher, partindo de perspectivas onde o primeiro sexo seria o dominante e o segundo seria o dominado na lógica binária de presença/ausência, teoria/prática, ciência/ideologia, público/privado, razão/sentimento, proporcionaram às feministas a posição de sujeitos do conhecimento, novas formas e métodos de produção científica tornaram-se possíveis.

Dessa maneira, as feministas também atentaram para o fato de que ser mulher e ser homem é uma construção cultural, não se nasce homem e mulher, mesmo o biológico tendo sua importância, percebe-se que, antes de tudo, o gênero é uma construção e as relações de poder transformam homens e mulheres em sujeitos, e esses sujeitos são construídos discursivamente. Contudo, apesar de “lutarem” contra o determinismo biologicista, várias de suas teorias reincidiam para a definição natural dos corpos.

Tais posturas indicam que a produção intelectual das feministas representava o real sentido do engajamento ideológico que bem define a intelectualidade da época, que se “vestia com o manto” da responsabilidade em provocar e questionar possíveis mudanças sociais, afastando a possibilidade de uma neutralidade, mesmo que dentro do próprio movimento existisse uma pluralidade de idéias e posicionamentos políticos. E a parcialidade das intelectuais ficava evidente com a flutuação entre as posições mais

liberais e as mais radicais. Contudo, são inegáveis as conquistas e mudanças de mentalidade que o movimento promoveu na sociedade ocidental moderna, e como afirma Domenico Losurdo, “o êxito de uma luta político-social depende também da postura assumida por tal categoria”<sup>26</sup>. Dessa maneira, a postura política adquirida pelo movimento feminista na busca pela constituição do sujeito mulher, permitiu que conquistas fossem alcançadas e mudanças promovidas.

Uma metáfora que exprime e define bem essa percepção de construção sócio-cultural atrelada à biologia dos gêneros é a que entende o corpo como um porta-casaco da identidade que é visto como um tipo de cabide de pé, no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos à personalidade e comportamento. Tal modelo permitia às feministas teorizar sobre o relacionamento entre biologia e personalidade aproveitando certas vantagens do determinismo biológico ao mesmo tempo em que desprezava certas desvantagens<sup>27</sup>.

Contudo, nossa percepção é a de que os sujeitos de gênero e de sexualidade são produzidos e reproduzidos de forma contínua ao longo da história, e mulheres e homens produzem-se de diversas maneiras, em uma constante de possibilidades, sociabilidades e instabilidades. Tornando-se ainda mais complexos, pois, além de serem sujeitos de gênero ainda são sujeitos de raça, religião, nacionalidade, classe, etnia e geração, ou seja, reduzi-los a um conjunto biológico é simplificar sua natureza. Sendo assim, durante as primeiras décadas das lutas feministas, esse conflito relacional entre biologia e cultura definiu os rumos das reivindicações de suas intelectuais mais fervorosas.

Dessa maneira, não apenas a biologia, mas a cultura também se torna o destino<sup>28</sup>. Pois, dando continuidade ao sexo biológico, o gênero passa a seguir caminhos já “pré-estabelecidos” socialmente. Exemplo disso são os modos, posturas e atitudes que são “esperadas” de uma mulher e de um homem.

Homem honrado, mulher honrada passam a ser comportamentos e virtudes estabelecidos e até mesmo exigidos na época. Modos de agir, de ser, de se vestir e de se portar são estampados na mídia, e nos meios de cultura. E todo e qualquer

---

<sup>26</sup> LOSURDO, Domenico. Os Intelectuais e o Conflito: Responsabilidade e Consciência histórica. IN: **Intelectuais e Política: A moralidade do Compromisso**. BASTOS E Rêgo (org). Olho D água, São Paulo, 1999.

<sup>27</sup> NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Revista Estudos Feministas. CIC/ECO/UFRJ, v. 8, nº 2, p.8-31, 2000.

comportamento que fuja a esse padrão (norma) é passível de questionamentos e de apontamentos:

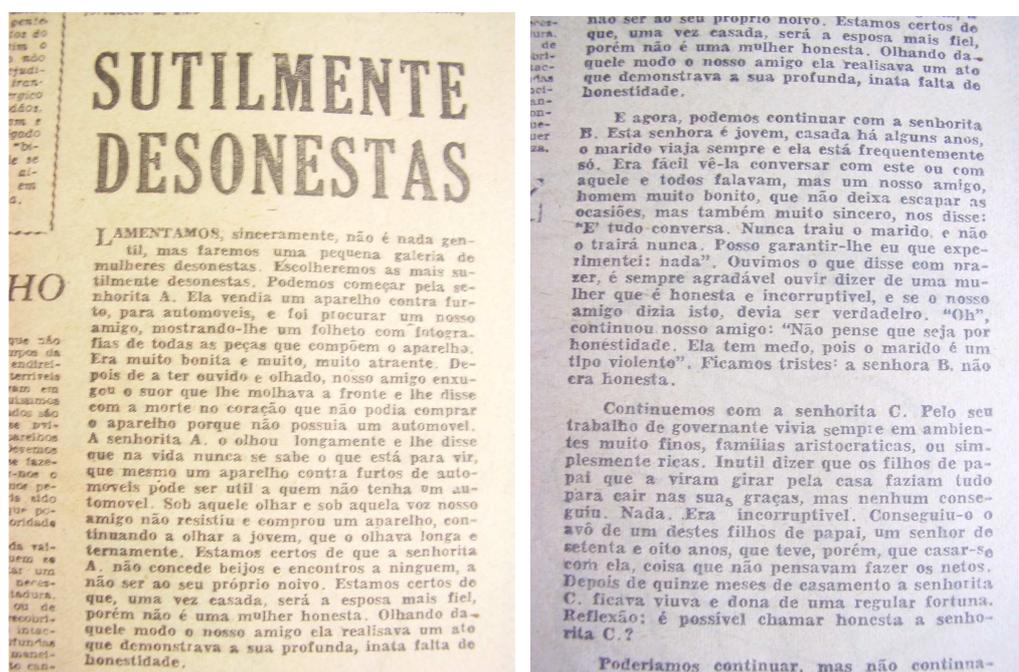


Figura 03 – Suplemento Feminino do Diário de Pernambuco, 1956<sup>29</sup>

Nesse artigo, são elencados três tipos de mulheres com comportamentos “reprováveis”. Toma-se o cuidado com as identificações e utilizam-se letras para diferenciá-las. A primeira, chamada de “senhorita A”, é vendedora de um aparelho contra furtos de carros e oferece-o a um homem que finda em dizer-lhe, bastante embaraçado, que não possuía automóvel. Contudo, a nossa senhorita A utiliza-se de seu charme para garantir ao seu cliente que “na vida, nunca se sabe o que esta para vir e que mesmo um aparelho contra furtos de automóveis pode ser útil para quem não tem um automóvel”. Encantado pela “lábria” da moça, o “nosso amigo” (como é chamado no artigo) não resiste e compra o equipamento. Contudo, vale salientar que a matéria atenta para a desonestidade da moça, embora aponte que tal mal pode ter cura, pois alega que “estamos certos de que, uma vez casada, será a esposa mais fiel (...)”. O casamento e o homem seriam a sua “cura”.

Ainda na mesma matéria, temos a “senhorita B”, casada com um homem que precisava viajar muito e a deixava constantemente sozinha. Era vista conversando com uns e outros, mas um desses bons homens disse que era só conversa, que ela não se

<sup>29</sup> Fonte: APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

entregava a nenhum deles. A autora da matéria, em um tom de conversa, diz estar aliviada ao constatar a honestidade da moça. Contudo o “bom homem” continua: “Não pense que é por honestidade. Ela tem medo, pois o marido é um tipo violento”. A nossa narradora lamenta a desonestidade da senhorita **B**. Medo da agressividade do seu marido. O lamento não é pela ameaça vivida pela jovem esposa e sim por ela possivelmente não ser “virtuosa” e ameaçar desrespeitar os laços do casamento.

Para encerrar, temos ainda o caso da “senhorita **C**”, uma governanta que vive a transitar por entre famílias abastadas da cidade e que tem belos atributos físicos e sempre tem um jovem atrás de cair em suas graças, mas ela não sucumbe a nenhum deles e só se “entrega” a um avô com quem se casa, coisa que – segundo a autora – os jovens não fariam. Com alguns anos o idoso marido morre, deixando a senhorita **C** com uma substancial herança. Então, nossa intrépida “jornalista” lança-nos a seguinte questão: “Reflexão: é possível chamar de honesta a senhorita **C**?”

Com esses três exemplos “negativos” o artigo procura demonstrar as sutilezas dos esperados parâmetros de comportamento femininos e conclui:

Desejávamos apenas fazer-lhes notar como a verdadeira desonestidade seja coisa mais sutil do que se pensa. Pode ser um gesto, um gesto, um modo de olhar, uma certa maneira de agir e eis que uma mulher, da qual a gente não pode dizer absolutamente nada, revela-se o que é, fundamentalmente desonesta, mesmo se suas ações forem irrepreensíveis.”<sup>30</sup>

Discutindo e problematizando essas questões, a partir do pressuposto da atual discussão feminista, é que procuramos abordar a análise da constituição e/ou da consciência dos papéis femininos e de uma existência (ou não) da consciência do papel da intelectual feminina na sociedade do Recife de meados do século XX, onde a práxis social sofria constantes influências externas que traziam instabilidade e fluidez aos papéis sexuais. Dentro dessa abordagem, onde sexo e gênero são intercambiáveis, inferimos que buscar a compreensão da possibilidade de existir um “ser” ou que se possa “tornar-se” mulher pode trazer novas perspectivas para uma melhor compreensão de homens e mulheres do “pré-revolução sexual” dentro de uma sociedade com valores tradicionais que estavam sendo constantemente desafiados pelos ares modernos.

---

<sup>30</sup> Suplemento Feminino do Diário de Pernambuco, 19/01/1956

Essa sociedade não via com bons olhos as mulheres que se aventuravam na vida pública, nem tão pouco aquelas que atuassem em “funções” tidas como masculinas ou “masculinizadoras”. Sendo assim, não poderíamos pensar em uma categoria “mulheres intelectuais”. Não se falava nesses termos, embora abordemos aqui mulheres artistas e intelectuais, mesmo essa “intelectualidade” não sendo reconhecida na época.

Nenhuma de nossas entrevistadas mencionou se reconhecerem, naquele momento, como intelectuais, embora tenham claros os seus papéis de pioneirismos, reivindicações e de produção do conhecimento. Portanto, cabe a nós o desafio de buscar compreender o seu papel de mulheres, repletas de singularidades, rodeadas de regulamentações e tomadas de paixões, ideologias e amor pelo que faziam e eram.

### 1.3 Novas Relações de Gênero e Poder: problematizações teóricas

#### Minha Libertação

A hora é de decisões  
E estas perplexas;  
A hora é de certezas  
e dúvidas  
A hora é dos sábios  
e sabes apenas a tua verdade particular

Sabes, por exemplo, que és teu próprio medo  
e que, fragmentária  
te recompões indiferentemente...

Mais que isso:  
segredas um íntimo idioma  
que, quanto mais falas, nada dizes.

Num mundo lógico e objetivo  
te sentes, de repente, uma “terça-feira”  
e se te pedem uma “referência de grandeza”  
respondes coisas como “verde”  
e reconsideras teus cabelos vegetais.

Um dia, vendo uma janela azul  
foste janela e, principalmente, azul.  
Por tudo isso,  
quebro tuas algemas de um contexto  
(como se arranca a moldura de um quadro)  
e te declaro; - LIBERTA!

Maria do Carmo B.C de Mello

Complexa, repleta de contradições e afirmações, a história das mulheres, a partir das relações de poder dentro das discussões de gênero tiveram mais visibilidade com a consolidação da História Cultural<sup>31</sup>, contudo, é com as várias possibilidades de abordagens e representações dessa nova perspectiva dos estudos históricos, que a história das mulheres pôde ser contada e percebida em suas nuances, mostrando que, enquanto seres históricos, tiveram ativa e significativa participação, em grandes e pequenos eventos, nas lutas das grandes revoluções, na busca por seus direitos ou na sua vida privada e cotidiana em constantes “confrontos” entre a sua realidade pessoal e a estabelecida socialmente.

---

<sup>31</sup> Cf. em BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo. UNESP. 1992. Neste capítulo o autor apresenta uma discussão a respeito das mudanças nas formas de escrita da História e analisa a importância da História Cultural.

Para essa constante análise relacional, social e subjetiva dos estudos de gênero, a História Cultural veio a contribuir fundamentalmente com a possibilidade de uma interdisciplinaridade que rompia com as “fronteiras tradicionais” das abordagens históricas clássicas. Em uma análise culturalista do conceito de gênero essa troca interdisciplinar se mostra essencial ao requerer um passeio pelas várias áreas do conhecimento, permitindo uma quebra com o rigor de normas e parâmetros científicos. Dessa maneira, são imprescindíveis as contribuições da sociologia – e a utilização dos símbolos de Bourdieu e de sua “teoria da prática” – da antropologia através do que Burke chama de “antropologia histórica ou história antropológica”<sup>32</sup>, da literatura, da lingüística e da psicanálise com a ascensão do subjetivo e do efêmero.

Essa interdisciplinaridade juntou-se aos estudos do chamado pós-colonialismo e da possibilidade de se analisar os fatos a partir da ótica da dominação x dominado. No nosso caso essa relação refere-se à mulher e a seu corpo, ambos sendo colonizados, oprimidos, regulados e muitas vezes silenciados por discursos masculinos. Não podemos esquecer que esse fenômeno ocorre inclusive dentro das relações sociais de poder entre homens e mulheres da mesma forma que entre mulheres e mulheres. E um dos pesquisadores que mais contribuíram para esse estudo foi Edward Said, que vem chamar atenção para a grande importância dada às constantes análises binárias feita pela História Ocidental Contemporânea. Binarismo este que esteve fortemente arraigado nas análises de gênero, em uma constante contraposição de poderes e colocações sócio-culturais.

Eram as lutas pelas independências políticas ao longo do século XX que influenciaram o campo subjetivo e serviram para as teorias feministas que se mostravam preocupadas em desmascarar os preconceitos masculinos, assim como enfatizar a contribuição feminina para a cultura, que por muito tempo esteve praticamente invisível na grande narrativa tradicional:

A abordagem de gênero produziu novos questionamentos para os estudos das mulheres o que só vem contribuindo para desnaturalizar preconceitos. [...] O gênero se constituiu num campo de concepções relacionais, fazendo emergir problematizações de outros sujeitos<sup>33</sup>. (PERREIRA, 2004: 174)

---

<sup>32</sup> BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

<sup>33</sup> PERREIRA, Verbena Laranjeira. Gênero: Dilemas de um Conceito IN **Gênero e Cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004.

Por muito tempo, a História de Gênero limitava-se somente aos estudos das mulheres por vezes sob uma abordagem dicotômica e binária de homem x mulher, natural x cultural, razão x paixão. Ao longo desse caminho, várias foram as dificuldades teóricas para as(os) estudiosas(os) de gênero que, baseadas nessa constante separação, pareciam anular a condição de uma corporeidade na construção do conceito de gênero tornando-o efêmero e cada vez mais sujeito a críticas e problematizações negativas, e um dos pontos delicados da teoria de relações de gênero diz respeito a questão da diferença sexual, enaltecendo-a de forma limitadora e que, por muitas vezes, sobrepôs o indivíduo, seus desejos e intenções.

Em uma sociedade na qual é protagonizada a diferença enquanto uma constatação criada e que define os papéis sociais - isso porque a partir dos anos 1960 o debate de temáticas como identidade, gênero, raça e sexualidade foi intensificado de maneira vertiginosa - os movimentos sociais nas ruas pouco a pouco rumaram à academia a fim de questionar o discurso e as relações de poder que até então preponderavam nas ciências<sup>34</sup>.

A academia é o lugar onde os “novos” intelectuais têm que ter um posicionamento e um compromisso com a política e com os debates contemporâneos, a partir de uma postura ética produtora de um conhecimento crítico. Essa atitude permite que paradigmas sejam (re)construídos e/ou quebrados e que novas perspectivas brotem e coloquem em xeque um relativismo repleto de objetividade.<sup>35</sup> É nesse sentido que as análises de gênero vêm trazer a subjetividade para as discussões sociais, é o que Certeau chama de “espaço de movimentação”<sup>36</sup> e que pode ser compreendido e percebido através do deslocamento dos objetivos abordados (no caso) da História de Gênero.

Entender a história de gênero contribuiu e ainda contribui para moldar a concepção de poder e de como o gênero teria afetado a compreensão histórica da formação da subjetividade e da identidade, assim como na formação das classes, do estado, nas políticas públicas e da própria concepção de construção da nação.

No tocante às relações de gênero, mais acentuadamente nas primeiras décadas do século XX, a sexualidade aparece como status indicativo para a compreensão das construções das identidades de homens e mulheres. A sexualidade, enquanto elemento

---

<sup>34</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

<sup>35</sup> Cf. em SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: As conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>36</sup> DE CERTEAU, Michel. **A Cultural no Plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

fundamental para se erigir relações de poder que são estabelecidas a partir de discursos hierarquizantes, bem como o(a) historiador(a), não deve mais ater-se na busca de “verdades” e “mentiras” e, sim, tentar entender os motivos que levaram esses discursos a produzirem um sentido e que esse apresenta possibilidades de representações.<sup>37</sup> É a história passando a ser vista como uma construção, como resultado de interpretações, de representações, que têm como fundo relações de poder.

Contudo, faz-se necessário perceber uma nova forma de construção histórica, mais livre e independente de dominações acadêmicas e culturais, onde a identificação dos sujeitos não segue regras pré-estabelecidas ou determinismos culturais.

No que concerne à sexualidade, percebia-se nos discursos da maioria dos estudiosos(as) – e ainda percebe-se – a sexualidade vista e resumida enquanto ato sexual, algo inato, natural partindo de um determinismo biológico. Os sujeitos da sexualidade são/estão inseridos em um contexto de sexo reificado e bem definidos, muitas vezes baseados em discursos científicos (médicos e biológicos) em que as pessoas são estigmatizadas, identificadas pelo sexo que fazem e ao qual “pertencem”, não se levando em consideração aspectos psicológicos, identitários e culturais, apenas práticas e costumes que configuravam aquilo que se entendia por sexualidade humana. Nesse sentido, a diversidade é praticamente ignorada, enquanto a diferença é enaltecida.

Contudo, apesar da hegemonia do poder vigente, os movimentos sociais nos anos 1960, e particularmente no que tange a sexualidade, os movimentos feministas e de Gays e Lésbicas, juntamente com o surgimento da pílula anticoncepcional, novas tecnologias reprodutivas e o amplo debate e a campanha de prevenção à AIDS a partir dos anos 1980, tiveram um grande impacto sobre o discurso dominante, propiciando um debate divergente daquilo que se propunha resumidamente enquanto sexualidade.

Gênero e sexualidade estavam nos discursos, não mais silenciados ou sussurrados; embora sexualidade fosse “natureza”, não podia ser a ela reduzida. Uma vez que a própria natureza é uma construção sócio-histórica e se constitui por meio da linguagem, de símbolos, de representações e também se reconstrói historicamente. Assim como o gênero, que passa por um processo construtor e livre das correntes do destino, contudo ainda sofre um processo de seleção de atitudes e posturas. Dessa maneira, a sexualidade também é produzida cultural e socialmente.

---

<sup>37</sup>Cf. em OAKESHOTT, Michael. **Sobre a História e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003

Os prazeres, desejos, rituais e fantasias não estão dados no contexto, esse se vai estendendo de forma dinâmica com os seus sujeitos e relações, havendo uma combinação de sentidos, representações e atribuições. E, uma vez que a cultura é uma atividade repleta de significações e simbolismos, todas as “culturas” são constituídas por temas, ou seja, representações ou leituras da linguagem e das práticas comuns de determinados grupos sociais. E, no caso dos estudos de gênero, essas práticas estão referidas às relações de poder exercidas e sofridas através de discursos normativos sobre a sexualidade dos indivíduos.

Porém, procuramos ter o cuidado em situar e contextualizar o período ao qual determinadas mulheres estão inseridas, assim como as suas realidades sócio-econômicas. Trabalhamos com mulheres de classe média, intelectualizadas e com certas atribuições sociais que as distingue entre tantas outras. Mas essas características são de extrema importância para a análise e compreensão da sua percepção do que é ser mulher no Recife em meados do século XX.

A História enquanto ciência dependeu das representações dos homens que por muito tempo foram os únicos historiadores a investigar o passado e logo a história dos homens tornou-se universal. Um bom exemplo disso é a forma “androcêntrica” como se tem chamado o indivíduo humano de “homem” o qual abrangia as mulheres que muitas vezes estavam marginalizadas dessa construção. Segundo Ana Colling “foi necessária muita criatividade para inventar a mulher como um sujeito autônomo”<sup>38</sup>.

Para “recuperar” a presença da mulher na história tornou-se necessária a construção de um novo olhar, de uma nova metáfora, que desconfiava das categorias dadas como universais. Um novo olhar que não deixa de destacar as singularidades, as pluralidades e as diferenças. Essa crítica ao universalismo - que por muito tempo foi o anseio das lutas feministas – tem sido a tônica atual das percepções de gênero e das análises pós-feministas que visam abordar não a história da mulher, mas das mulheres em suas mais variadas especificidades. Porém, Peter Burke alerta para o cuidado que se deve ter com o pluralismo exacerbado, sob o risco de uma banalização dispersa do objetivo, o que poderia levar a uma história superficial:

---

<sup>38</sup> COLLING, Ana. A Construção Histórica do Feminino e do Masculino. IN **Gênero e Cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre EDPUCRS, 2004, p 13.

Existe, na mesma sociedade, por exemplo, uma cultura feminina autônoma, distinta da cultura dos homens? Responder ‘não’ é negar as diferenças palpáveis, mas responder ‘sim’ talvez seja exagerá-las. Pode ser mais esclarecedor pensar em termos de culturas ou ‘subculturas’ femininas mais ou menos autônomas ou demarcadas<sup>39</sup>. (BURKE, 2005: 11)

Essa constante “ameaça” de superficialidade que permeia os estudos de gênero que insistiam em abordar apenas as mulheres como seu objeto tem especial atenção em nosso trabalho, uma vez que trabalhamos com indivíduos(as) específicos e bem determinados. Queremos, assim, deixar claro que procuramos não assumir uma atitude generalizante, mas sim instigar a discussão com novas possibilidades de observação, pois o risco da generalização acaba por deixar de lado as relações sócio-culturais com o meio e com os homens que eram apenas representados como “oposição” e não extensão ou complemento das relações. Dessa maneira, essa mesma oposição esteve fortemente arraigada nas colocações sociais entre os sexos, que sempre relegou a mulher aos espaços “seguros” do lar e da família, enquanto o espaço recomendando aos homens seria o público. Contudo, tal divisão de papéis sociais, que historicamente reserva à mulher o espaço do privado e ao homem o do público, passa a ser passível de questionamentos mediante as transformações que chegam com a modernidade e a própria revolução sexual que já começa a adquirir seus contornos na década de 1950 e mais fortemente no início dos anos 1960.

Nesse sentido, cabe buscar a compreensão do que são os espaços públicos e privados, a fim de tentar entender as relações de poder entre os gêneros. A definição de “Público” cabem dois sentidos que parcialmente se recobrem: 1) o da “esfera pública” por oposição à esfera privada. A esfera pública designa o conjunto, jurídico ou consuetudinário, dos direitos e dos deveres que delineiam uma cidadania; 2) mas também os laços que tecem e que fazem a opinião pública, ou seja o que faz a mentalidade coletiva<sup>40</sup>.

Michelle Perrot nos mostra um “espaço público” que se equivale amplamente à cidade, como um espaço sexuado em que homens e mulheres se encontram, se evitam ou se procuram. E as relações sociais diferem quanto às classes sociais e à raça. No nosso caso, abordamos um seguimento restrito de mulheres de classe média e classe

---

<sup>39</sup> BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

<sup>40</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

média-alta, sobre as quais recaíam fortemente as imposições sociais, pois teriam de ser os “exemplos/modelos” de comportamento e virtudes femininas. Uma vez que as mulheres de classes menos abastadas já circulavam e interagiam com “menos limitações” ou regulações que as nossas protagonistas.

O espaço público apresenta-se modelado pela palavra e pela sua circulação, o que reforça ainda mais o caráter discursivo de sua construção. E, no reino da palavra, a escrita é uma das primeiras conquistas femininas. Conquista que, ironicamente, teve mais resistência. Contudo, até mesmo nesse lugar “secreto” da escrita, as mulheres enfrentaram a marginalização, tendo de assumir pseudônimos masculinos uma vez que, para a maioria das mulheres, acostumadas ao silêncio, tomar a palavra ainda era uma tarefa difícil.

Perrot indica os chamados “três bastiões de resistência” à entrada da mulher no mundo público e do poder: 1) o militar; 2) o religioso; 3) e o político. Relembrando as três ordens medievais, atualmente representam santuários que praticamente fogem ao mundo feminino e são os núcleos de poder, são centros de decisões públicas e, ao mesmo tempo, são símbolos da diferença entre os sexos.

Esses “símbolos” produzem um efeito de sentido que buscam uma legitimação do poder dominante, que construiu seu discurso através do que Pierre Bourdieu chama de Poder Simbólico e através da violência simbólica. Nesse sentido, pode-se admitir que essa violência se exerce sobre as mulheres prioritariamente, então não se pode imaginar que somente sendo-se do sexo feminino é que se tem uma visão da história das mulheres, porque a visão feminina é “colonizada, dominada, que não se vê a si própria”<sup>41</sup>. Por esse motivo é que a História das Mulheres precisa determinar um objeto maior e esse deve ser o estudo dos discursos e das práticas que garantam que as mulheres consintam nas representações que ainda as dominam em relação as diferenças entre os sexos.<sup>42</sup>

Entendendo essa “permissão” dada pelas mulheres à sua “submissão” pelos homens é que se pode compreender a História dos Gêneros como uma relação que

---

<sup>41</sup> COLLING, Ana. A Construção Histórica do Feminino e do Masculino. IN **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre EDPUCRS, 2004, p 17.

<sup>42</sup> Pierre Boudier alerta para o cuidado com a definição dos conceitos, para que esses não sejam “engessados” e que o historiador possa transpô-los para construir o seu objeto dentro de uma metodologia que perpassa pela pesquisa de uma determinada construção social que compreende o presente do historiador e a própria história. BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico**. 10ª ED. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

produz saberes e que é uma categoria de análise que permite reescrever a história, levando em consideração o conjunto das relações humanas. Essa seria uma história que interroga o conjunto da sociedade:

São as sociedades, as civilizações que conferem significado à diferença. Portanto, não há verdade na diferença entre os sexos, mas um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la. [...] As relações entre homens e mulheres, que implicam desigualdades políticas, econômicas e sociais, e que configuram papéis diferenciados segundo o sexo, estão intimamente ligadas ao princípio de hierarquia<sup>43</sup>. (COLLING, 2004: 18)

É nessa dualidade disfarçada de diferença, que se pode entender o lugar das mulheres, numa relação dinâmica, amorosa ou indiferente, desejante ou até mesmo conflituosa. E ironicamente o espaço que ao mesmo tempo as regula e as tornam visíveis. Daí o interesse dado ao que Michelle Perrot chama de “poética dos lugares”.

Mas que lugares/espços são esses, se o lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático? Ao menos no mundo ocidental, o qual, desde a Grécia antiga, pensa mais energicamente a cidadania e constrói a política como o coração da decisão e do poder.

---

<sup>43</sup> COLLING, Ana. A Construção Histórica do Feminino e do Masculino. IN **Gênero e Cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre EDPUCRS, 2004.

#### 1.4 Gênero e cidadania no Recife: o questionamento do lugar “histórico” das mulheres.

##### Identificação

Põem meu rosto num cartão  
(deram-me até um número)  
Falam da cor da minha pele, da cor dos meus olhos  
Medem a minha altura  
E o logotipo do polegar ilustra a página

Ah! Há um espaço para colocar o nome da *cidade* onde nasci  
Mas nada dizem do flamboyant da minha rua,  
- da casa branca...  
- de uma rosa trançada na janela...

-onde os meus sonhos (são) catalogados?  
- onde (está) o sol amarelo que me aquece?  
- onde o rio, que atravessando me atravessa?

No papel eles assinam, apenas,  
as pequenas coisas de que me teço...

Mas nada dizem do essencial de mim...  
da urdidura de dor que compõe...

E, fora do cartão...  
- imensurável...  
- indefinida...

Eu permaneço, eu permaneço

Maria do Carmo B.C de Mello

Os gregos conceberam a idéia de cidadania como um atributo de homens livres, que seriam aqueles indivíduos que estariam aptos para as atividades políticas, ficando as mulheres, os escravos e os servos relegados à margem dos assuntos e da vida pública. Temia-se que as mulheres entrassem na vida pública, pois eram tidas como mais selvagens, instintivas e mais sensíveis do que racionais; dessa maneira, elas representavam uma ameaça ao mundo racional masculino. Indicando a existência de uma relação simbólica com uma idéia de desordem.

Michel de Certeau distingui a idéia de “espaço e de “lugar” determinando “campos” entre eles. Ele vê o “lugar” como uma ordem (seja ela qual for), segundo a qual se distribuem elementos que ditam as relações de coexistência entre os indivíduos e as coisas. Dessa maneira, está excluída a possibilidade de duas coisas ocuparem o

mesmo lugar, situando cada indivíduo, cada coisa em seu lugar “próprio” e distinto. Esse lugar teria o poder de definir tal pessoa ou coisa.

Sendo assim, ainda segundo Certeau: “um lugar é, portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.”<sup>44</sup> Já o “espaço”, seria o efeito produzido pelas operações que o orientam, lhe dão circunstâncias, que o temporalizam e o levam a funcionar de forma a estabelecer relações em suas esferas. Então, o espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, seria o exercício praticado, efetuado, demarcado discursivamente. Então, relacionando essas determinações mediante as nossas relações de poder, podemos dizer que o espaço estaria para a esfera do público e o lugar (sempre fluído) estaria para a esfera do privado. Sempre de difícil definição e delimitação.

Contudo, não cabe mais a separação isolada entre o público e o privado enquanto domínios especificadores do gênero e como determinante da importância e do status social, uma vez que, sem mudanças na vida pessoal e doméstica, não se pode haver mudanças na vida política, pois os problemas da vida privada cotidiana das mulheres são também problemas políticos.

Nessa construção dos papéis sociais de homens e mulheres é perceptível uma dualização entre razão/emoção e força/passividade. O poder e a política estão relacionados à força e a razão, atributos relacionados com o masculino. Era a constituição de uma cidadania, enquanto direitos e deveres, e que confirma o lócus das mulheres à margem desse processo, pois a feminilidade, que está diretamente ligada ao irracional e ao passional, não “combina” com o poder e a política.

Entretanto, o estudo de gênero (enquanto indivíduos isolados de cada sexo) não cabe dentro de uma abordagem que pretende estudar as relações de poder dentro da construção da cidadania e de modelos alternativos de cidadania e colocação social:

Se as mulheres haverão de participar plenamente, como iguais, na vida social, os homens haverão de compartilhar por igual na educação dos filhos/as e outras tarefas domésticas. Enquanto as mulheres forem identificadas com este trabalho 'privado', seu status público sempre será debilitado. Esta conclusão nega – como se pode deduzir – ao fato biológico de que são as mulheres, e não os homens, as que parem as criaturas; o que é negado é o suposto patriarcal em virtude do qual o fato natural pressupõe que unicamente as mulheres podem criá-las [...] isto pressupõe algumas mudanças radicais na esfera pública, na

---

<sup>44</sup> DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994, p 201.

organização da produção, e no que entendemos por 'trabalho' e na prática da cidadania<sup>45</sup>. (PERROT, 1998: 51)

Dessa maneira, a História de Gênero não pode abordar os sexos em separado ou de forma homogênea em sua essência onde “homem e mulher continuam sendo unidades, identidades, essências”<sup>46</sup>, mesmo que historicamente e culturalmente produzidos. Ou seja, a construção da identidade feminina e da masculina é fruto da sociedade nas quais elas foram criadas.

Durval Muniz, em seu texto “Nordestino: uma invenção do falo”, aparenta seguir na contramão do discurso da História de Gênero ao afirmar que não só as mulheres estariam excluídas das narrativas históricas, mas também o estariam os homens enquanto categoria e vai além ao afirmar que isso se deve ao fato da preponderância do feminino dentro das discussões de gênero. Contudo, uma outra análise da abordagem de Durval, mostra que o importante não está em elevar categorias (leia-se sexos) a um lugar de sobreposição de uma hierarquia social, mas em fazer uma crítica a essa tão persistente divisão binária e heterossexual que acaba por não perceber o “ser homem e o ser mulher como multiplicidades, inclusive sujeitas a transversalidades, ambiguidades e indiferenciações”.

Faz-se necessária uma análise da história das mulheres que passam a transitar e agir em espaços que historicamente lhes são negados ou não recomendados e de como, a partir dessas novas “incursões”, criam-se rupturas com a ordem que é secularmente estabelecida e faz repensar as rígidas limitações das relações de poder.

Sendo assim é mais uma vez destacada a importância dos estudos da História de Gênero dentro da análise cultural, pois ela combina as relações sócio/culturais entre os sexos, com outros campos explicativos a fim de buscar uma compreensão mais completa que é ricamente alimentada pela experiência subjetiva que transforma as idéias em ações, assim como as suas conseqüências nas comunidades, nações e impérios.

Esse tipo de História necessita de fatos sobre as mulheres enquanto mulheres e sobre os homens enquanto homens, não mais isolados, fixos em seus lugares históricos,

---

<sup>45</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

<sup>46</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920 – 1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

mas se relacionando, se influenciando e produzindo a “História dos Gêneros” enquanto categorias sócio/culturais e que são fruto de seu tempo.

E o histórico de nossa pesquisa delimita valores e mentalidades específicas, bem como situa as mulheres aqui descritas, em um espaço bem determinado e repleto de singularidades. Era o Recife, entre os anos de 1955 a 1964, uma cidade “invadida” pelo anseio consumista e modernizador, que vivia um momento especial em sua história política e cultural. Palco de movimentos e iniciativas que, a exemplo das lutas e conquistas feministas, buscavam a inserção do outro marginalizado, onde o papel dos intelectuais era de fundamental importância e onde homens e mulheres experimentavam novas formas de sociabilização e convívio.

## 2 – UMA NOVA ESTÉTICA DA CIDADE: 1950 a 1964

(...) a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.<sup>47</sup> (CALVINO, 2003:9)

A poética narrativa de Calvino nos inspira a mergulharmos na compreensão e na descrição da nossa cidade do Recife, que serve de palco, com seus cenários em constante transformação às vivências de nossas protagonistas. Mas também ela (ressaltando o feminino), “a cidade”, apresenta-se para nós com parte integrante e fundamental da nossa análise dissertativa.

As transformações as quais nos referimos mudam as feições da cidade e promovem certos conflitos de valores e tendências, onde os traços “rudes” e tradicionais começam a dar lugar e a conviver – nem sempre harmonicamente – com a vertiginosa e “feminina” modernidade. É uma nova estética da cidade, se definindo a seus (as) habitantes. Nossa cidade, o Recife não foge a essa auto-definição de si, enquadrando-se em uma tendência que definia as cidades modernas de meados do século XX.

A primeira metade desse século foi marcada no Brasil pela constante busca da modernidade enquanto conceito definidor e modelador, através de obras que almejavam o embelezamento estético tanto quanto os novos modelos de costumes e valores. E, nesse sentido, as cidades tornaram-se o “palco perfeito” para que essas remodelações ganhassem corpo e legitimassem a modernidade enquanto sua delicada relação com a tradição. A constante busca pelo progresso e o desenvolvimento, ou ainda pela renovação e modificação dos costumes e dos valores sociais.

Os ares modernos traziam cada vez mais espaços de discussão e de diversão fora dos lares, porém percebia-se também nesses espaços certa ausência feminina, e em maior destaque das mulheres de classe média e alta. Essa ausência está diretamente ligada à sociedade da época, que ainda enxergava a mulher como o sexo frágil, a dona do lar, cidadã de segunda classe. Uma de nossas entrevistadas, a artista plástica Tereza Costa Rêgo nos disse que a mulher desse período nada mais era do que um “enfeite”, um adereço, ou em suas próprias palavras, “uma bonequinha para enfeitar o piano”<sup>48</sup> Contudo, essa visão muitas vezes provinha das próprias mulheres que se sujeitavam a

---

<sup>47</sup> CALVINO, Italo. **Cidades Invisíveis**. Biblioteca Folha. 2003.

<sup>48</sup> Depoimento colhido numa entrevista com a artista plástica Tereza Costa Rêgo. Olinda, 06/2009

essa condição imposta por uma sociedade que ainda trazia fortes traços da aristocracia patriarcalista provinda do passado açucareiro da região.

Era um Recife de velozes transformações, porta de entrada da cultura mundial, palco de grandes espetáculos e companhias teatrais e de música. Onde o teatro e o cinema traziam o que de mais contemporâneo existia no mundo ocidental moderno. Essas transformações e atrações influenciaram diretamente no cotidiano da cidade, proporcionando o contato com a cultura e aumentando as possibilidades de espaços de discussão pública. Esse mesmo Recife exalava ares de um vanguardismo artístico-cultural que se aliava ao cenário político da época, completando o “palco” ideal para movimentos políticos e culturais que buscavam oferecer melhores condições de educação e cultura para a população marginalizada.

## 2.1 Movimentos Políticos e Culturais em Pernambuco no Cenário Nacional

Em um período no qual o país aspirava acompanhar a onda de desenvolvimento e de progresso capitalista que imperava no mundo, a política desenvolvimentista adotada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1960) incentivou os investimentos no setor industrial e provocou um crescimento acelerado da indústria brasileira. Entre os anos de 1955 a 1961, o crescimento industrial no Brasil alcançou 80%; a indústria de aço, 100%, a mecânica, 125%, as do setor elétrico e de comunicações, 380%; a de equipamentos de transporte, 600%. Entre 1950 a 1960, quase trinta e duas mil indústrias foram instaladas no país (eram 78.434 em 1950 e 110.339 em 1960)<sup>49</sup>.

Dessa maneira, o desenvolvimento tornou-se a nova bandeira de importantes setores da “burguesia” brasileira, que não estavam apenas preocupados com a penetração do capital estrangeiro na economia, isso por que esta já estava em processo de crescimento. A nova política econômica tinha, no entanto, a oposição de forças nacionalistas e de esquerda e dividia os setores intelectuais e técnicos ligados ao governo e fora dele. O que, por vezes, suscitou a formação de movimentos políticos e culturais a partir da sociedade civil que se organizava.

No ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), uma das instituições formuladoras da ideologia nacionalista do governo, um grupo de intelectuais “rompia” com as perspectivas assumidas pela direção da instituição, aderindo à nova formulação do desenvolvimento, propondo uma outra forma de nacionalismo. A maioria continuava defendendo um desenvolvimento sob a liderança da "burguesia nacionalista", não percebendo que esta, em sua maioria, aderira à nova formulação, associando-se ao capital estrangeiro.

Nesse período, a ideologia desenvolvimentista teve uma grande influência na história política do país. Tal filosofia não se mostrou apenas como poderoso instrumento dos interesses industriais modernos contra os agrários tradicionais, mas influenciou durante muito tempo grande parte das análises sobre a sociedade brasileira, em um período em que as novas configurações regionais do país estavam se estabelecendo e sendo “inventadas” ainda repletas de dicotomias que marcaram historicamente as relações políticas e sociais do Brasil.

---

<sup>49</sup> IBGE (1990). **Estatísticas Históricas do Brasil**. IBGE, Rio de Janeiro. Disponível em [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/) Acesso em 17/07/2008

O ciclo de crescimento do governo de Juscelino se processou de uma forma que marcaria profundamente a economia brasileira, já agravada pela forte dependência externa e pelas acentuadas desigualdades econômicas e sociais que marcavam as relações sociais dentro do país. Baseados em padrões tecnológicos do capitalismo europeu e norte-americano, os novos ramos industriais (automobilísticos, eletrodomésticos, têxteis sintéticos etc.) absorviam limitadamente a mão-de-obra disponível e acentuavam o caráter internacionalista e de concentração de lucros da economia brasileira. Seus benefícios estendiam-se à burguesia e às camadas médias de alta e média renda, as que mais se valeram e tiveram acesso às novas maravilhas da indústria moderna.

Era a modernidade também atingindo as práticas comerciais dos brasileiros e o capitalismo passou a ditar as regras de consumo e sociabilidade de homens e mulheres que recebiam cada vez mais a influência da moda e da estética norte-americanas e européias. Dessa maneira, o progresso também poderia ecoar nos trajes e hábitos dos cidadãos modernos.

Visando atingir o almejado progresso, o governo JK criou um plano de metas que deveria promover um desenvolvimento tal capaz de fazer com que o país crescesse “50 anos em 5”. Mas esse crescimento direcionava toda a sua “política de ação” para o desenvolvimento urbano, beneficiando as classes médias e elitizadas dos centros urbanos industrializados. Com isso, JK negava o passado agrícola do país e defendia a vocação tecnológica brasileira. O que refletia os preceitos progressistas.<sup>50</sup>

Com o intuito de atender às exigências de um novo mercado de trabalho industrializado, o governo de Juscelino incentivou a educação tecnológica com a criação de várias escolas técnicas pelo país, onde o aprendizado seria pontual e específico. Contudo, ainda nesse cenário, a educação tecnológica não era recomendada para as mulheres, que ainda deveriam seguir as carreiras historicamente recomendadas para elas.

Por fim, foi criada Brasília, considerada a meta síntese do período. Onde suas linhas retas deveriam indicar a “retidão” dos seus ocupantes, assim como o arrojado e

---

<sup>50</sup> RODRIGUES, Marly. **A Década de 50**. Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil, Ática, 1986.

moderno seria a tradução mais explícita do progresso brasileiro.<sup>51</sup> A cidade foi construída num tempo recorde e estima-se que as despesas com a construção tenham sido da ordem de 250 a 300 bilhões de cruzeiros, em preços de 1961, ou seja, Brasília mobilizou 2,3% do PNS (Plano Nacional de Saúde)<sup>52</sup>.

Contudo, toda essa corrida desenvolvimentista gerou inflação e crise. E essa situação, apesar das tentativas de combate por parte dos governos que se seguiram a JK e da elaboração de novos planos de metas, como o Plano Quinquenal de Jânio Quadros e o Plano Trienal de João Goulart, seguiu num crescente, agravando-se a partir do início dos anos 1960, o que culminou com um período de intensas crises econômicas que acarretaram o declínio do populismo.

Entretanto, enquanto a década de 1950 é marcada pelo apogeu do populismo e do nacional desenvolvimentismo, a década de 1960 vem romper com essa política marcando o retorno aos anos de crise no Brasil. Era a crise da democracia populista e do seu desenvolvimento que haviam assegurado ao país, na década anterior, um singular período de liberdade e de desenvolvimento.

O que ficou conhecido como “a crise do populismo” partiu de duas dimensões específicas e que atingiram diretamente o desenvolvimento do país. Foram as dimensões econômicas e sociais. No plano econômico, o populismo é afetado pelo que se poderia designar de esgotamento do modelo criado por JK de desenvolvimento. Através do plano de metas e de medidas complementares, Kubitschek havia mobilizado todos os recursos disponíveis, no país e no exterior, gerando uma inevitável alta da inflação.

Era um grandioso empreendimento e que necessitava de uma continuidade e complementação. Contudo, faltou nos anos que se seguiram a Kubitschek, as necessárias condições para essa continuidade no processo de crescimento e desenvolvimento nacional. O mercado interno brasileiro, em virtude da imensa marginalidade social, foi reduzido a um terço da população. Esta, totalizando cerca de 60 milhões, não tinha capacidade de demanda a partir da qual se pudesse manter a expansão industrial. E o país, naquele tempo, não tinha acesso aos mercados externos, salvo para seus tradicionais suprimentos de produtos primários.

---

<sup>51</sup> Cf. em FALCÃO, Lúcia Barbosa. **O Castelo de Alecrim**: Intelectuais do Recife em 21 de abril de 1960. Recife. Tese (Doutorado em História) UFPE/CFCH, 2005.

<sup>52</sup>Disponível em [http://www.casadehistoria.com.br/ind\\_31B.htm](http://www.casadehistoria.com.br/ind_31B.htm) acesso em 11/2008

A alternativa que restava ao Estado era, com recursos públicos, antecipar-se as necessidades internas e manter o ritmo da industrialização, contribuindo para a futura expansão da demanda. Mas o Estado brasileiro não tinha uma “força” financeira que pudesse suportar a pressão e as exigências que tal plano de desenvolvimento exigia. Sendo assim, os diversos governos, no período populista, não tinham conseguido obter, de Congressos conservadores, a reforma fiscal exigida pelo país e demandada por esse processo. O inevitável resultado desse impasse foi a estagnação que afeta a economia a partir de 1961.

O Nordeste brasileiro também foi palco dessa inquieta atmosfera política que marcava o país nas décadas de 1950 e início de 1960. E Pernambuco funcionava como um epicentro, um termômetro das agitações regionais, onde foi mais acentuadamente percebido o reflexo do momento histórico nacional, quando ainda nos anos 1950 surgiram importantes iniciativas políticas, que brotaram graças ao clima de agitação desenvolvimentista da época, como é o caso do Congresso de Salvação do Nordeste, em 1954. Este daria origem ao GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) e depois à SUDENE, em 1958, pelas mãos do economista Celso Furtado. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi um importante instrumento para o planejamento regional. Destinada a combater as desigualdades sociais, através de incentivos fiscais para a industrialização e do apoio à introdução de processos regionais do uso e cultivo da terra, bem como pela liberação de lotes para a reforma agrária:

Pernambuco é, na verdade, o epicentro de uma região onde se evidenciam concretamente as contradições do modo através do qual o desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista aproxima fases históricas diferenciadas, amalgamando, por conseguinte, níveis de relações e manifestações sociais que extrapolam a dicotomia entre atraso e desenvolvimento da estrutura econômica ou entre a debilidade da economia e o nível de participação e reivindicação das classes populares<sup>53</sup>. (SOARES, 1982: 22)

Contudo, as mobilizações políticas e sociais não ocorriam apenas nas cidades. O campo também mostrou capacidade de organização e reivindicação. Foi lá que ocorreu outro evento notável: a organização do movimento camponês e dos trabalhadores agrícolas, dando origem à formação das ligas camponesas e sindicatos rurais.

---

<sup>53</sup> SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982,

Porém, o mais importante foi a coalização que se formou em reação ao longo domínio do PSD (Partido Social Democrata) em Pernambuco, para gerar o movimento chamado “Frente do Recife”, que obteve suas primeiras vitórias como oposição nas eleições para Prefeitura da capital do Estado, em 1955.

Um importante evento que serviu para a afirmação da Frente foi o Congresso de Salvação do Nordeste, pois propiciou uma aproximação do Partido Comunista com a ala nacionalista do PTB. A corrente nacionalista desse partido, juntamente com os comunistas e socialistas, formaram o que se pode chamar de núcleo ideológico da “Frente”, dando-lhe a necessária consistência eleitoral. O primeiro grande resultado dessa articulação política foi a vitória do engenheiro e professor Pelópidas Silveira para a Prefeitura do Recife, em janeiro de 1955. Dessa maneira, estava lançada a semente para a derrota eleitoral e política da maquina “pessedista”<sup>54</sup>, criada por Agamenon, no Estado.

Sendo assim, os resultados das eleições de 1958 para o Governo Estadual, deram forma a uma grande coalizão política, constituída pela UDN, PCB, PSB, e PTB, reunindo industriais, sindicalistas, comunistas e socialistas, num acordo desenvolvimentista para o estado de Pernambuco. A chapa composta pelo industrial e usineiro Cid Sampaio e Pelópidas Silveira derrotou o candidato ‘pessedista’ e também usineiro João Cleofas de Oliveira, numa das mais célebres campanhas políticas de Pernambuco. A partir de então, iniciava-se um novo período na organização política no Estado, que vai chegar até ao golpe militar de 1964.<sup>55</sup>

A derrota eleitoral do PSD, em 1958, para legenda das Oposições Unidas<sup>56</sup> deu início à desagregação do quadro partidário em Pernambuco e a uma progressiva desinstitucionalização da política no Estado. Pois, com o fim do longo domínio da máquina pessedista sobre a política estadual, nenhum partido deteria mais, sozinho, a hegemonia do sistema partidário. Sendo assim, passaram a ocorrer constantes modificações no jogo político no Estado, produzindo alianças conjunturais onde os aliados de ontem seriam os adversários de hoje, e assim por diante.

---

<sup>54</sup> Denominação referente ao PSD.

<sup>55</sup> ZAIDAN, Michel. Tradição Oligárquica e Mudança **IN Revista Eletrônica Tempo Histórico** - Ano I Número I - Jun-Dez/2005

<sup>56</sup> As Oposições Unidas representavam uma ampla articulação de forças que visava enfrentar a máquina política do PSD, que permanecia quase que “intocada” no Estado, desde os tempos do Estado Novo. Representou uma aliança em torno da candidatura do usineiro udenista Cid Sampaio, que se apresentou como a sua expressão em Pernambuco, à base de um programa desenvolvimentista.

Todavia, as alianças entre usineiros industriais, trabalhadores, camponeses, classes médias urbanas e a esquerda (Frente do Recife) estava fadada a ter uma breve existência no contexto da instabilidade política nacional e das próprias contradições do nacional desenvolvimentismo.

Nesse sentido, a crise da aliança da Frente se inicia com o alinhamento de Cid Sampaio à candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República, em 1961, recompondo-se com a direção nacional da UDN. E aprofunda-se com a repressão exercida pelo Governo do Estado ao movimento camponês e com o esvaziamento paulatino da SUDENE enquanto órgão de planejamento e intervenção regional. Pressionado, ora pelas “classes conservadoras” ora pelos aliados da esquerda e pelos movimentos populares – que cobravam coerência do governador em relação aos compromissos de campanha –, Cid rompe, finalmente, com seus aliados em 1962, reaproximando-se do PSD e das velhas oligarquias do Estado.

O rompimento da Frente do Recife deu início a um processo de “radicalização” política na vida do Estado. Tal radicalização foi produzida pelas ambiguidades e hesitações da própria república populista desse período. É nesse ambiente que as forças progressistas vão se agrupar no estado para eleger Miguel Arraes de Alencar governador de Pernambuco, em 1963, ao lado do político pessedista Paulo Guerra. E a coligação política que levou Miguel Arraes ao poder assinala o fim de um ciclo, não o seu início<sup>57</sup>. Essa coligação só foi possível em função da desagregação do sistema partidário estadual e da perda de unidade das bases pessedistas e pela progressiva desinstitucionalização da política.

A trajetória do ‘Governo popular’ começou a ser criada com a eleição de Pelópidas Silveira para prefeitura do Recife, em 1955. E foi reforçada pela vitória de Arraes para o Governo Municipal; em 1958, o ex-governador – dando continuidade à gestão de Pelópidas, fez uma gestão que inovou a política municipal em vários pontos: educação, abastecimento, segurança pública, desenvolvimento regional/agrário, direitos trabalhistas no campo etc.

Contudo, foi no Governo do Estado, em 1963, que Miguel Arraes mudou as prioridades da administração estadual dando primazia ao povo nos marcos da legalidade constitucional que vigorava no período. E é nesse período de uma instigante instabilidade política que se podem destacar dois importantes aspectos de sua gestão: a

---

<sup>57</sup> Idem.

extensão da Legislação Social Trabalhista ao campo e o Movimento de Cultura Popular (MCP).

Em um contexto de radicalização política, de efervescência dos movimentos sociais e culturais e de profundas instabilidades nas instituições políticas, a experiência do “Governo popular” não poderia durar por muito tempo, especialmente diante de uma intensa mobilização ideológica das classes médias urbanas, que conviviam com o constante temor do fantasma comunista. A derrota do PSD foi também a derrota das instituições da república populista. E a campanha da Frente do Recife, em 1958, e depois, em 1963, só poderia ter sobrevivido no quadro de uma nova institucionalidade democrática que de fato contemplasse a participação dos trabalhadores rurais e dos camponeses no intrincado jogo das alianças políticas. Apesar disso, infelizmente, o que se viu foi o embrião de um regime autoritário.

Apesar de tantas reviravoltas políticas em que se encontrava o estado de Pernambuco, em tão curto espaço de tempo (em termos históricos), o período de duração da Frente do Recife marcou um momento extremamente favorável ao surgimento de movimentos de cunho social, político e/ou cultural. Estes, muitas vezes, nasciam da iniciativa privada, ou seja, de uma sociedade civil organizada que, em torno de interesses comuns, agia em prol dos marginalizados da política e da vida pública da cidade do Recife. Exatamente dentro da perspectiva de Gramsci<sup>58</sup> onde as massas organizadas devem representar a soma das vontades individuais.

Contudo, o período que compreende as décadas de 1950 e 1960 no Recife representa uma

problematização de um momento histórico em que movimentos culturais e/ou políticos tentam resolver a equação incerta da república moderna: defender o bem comum numa sociedade cuja prioridade é a realização de interesses privados<sup>59</sup>.

Apesar do pessimismo e da desesperança que já se anunciavam, algumas iniciativas surgiram, tomaram corpo e promoveram, mesmo que em curta duração, uma releitura da realidade.

---

<sup>58</sup> GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1980.

<sup>59</sup> FALCÃO, Lúcia Barbosa. **O Castelo de Alecrim**: Intelectuais do Recife em 21 de abril de 1960. Recife. Tese (Doutorado em História) UFPE/CFCH, 2005, p19.

Cultura, política e educação em pauta nas discussões dos intelectuais do Recife! Essa era a tônica que marcava os cenários de discussão pública do Recife em meados do século XX formando um cenário político singular da política pernambucana. Este momento marcava uma época de intensa movimentação na vida brasileira, pois importantes movimentos sociais surgiam e ganharam força para promover transformações na sociedade brasileira e, mais especificamente, na pernambucana.

No Nordeste, principalmente nos estados de Pernambuco e da Paraíba, a juventude e os intelectuais assumiam posições em favor de reformas estruturais inclusivas - seja da cultura ou das classes populares, através de uma intensa atividade de militância política e cultural. Dessa maneira, a questão da “participação”, tanto da parte de artistas como de intelectuais, pode ser considerada importante para as mudanças que se efetivaram. Tentava-se, através da participação e da inclusão social, um trabalho comum, tendo de um lado a massa da população brasileira englobada na categoria “povo”, de outro, o meio intelectual e artístico<sup>60</sup>.

Surgiu, assim, uma visão alternativa de sociedade onde a cultura e a política estariam atreladas em busca de uma melhor condição de vida daqueles marginalizados socialmente. É nesse cenário de lutas constantes por inclusões sócias que a participação feminina servirá também para um (re)visão das relações de poder que por tanto tempo permearam a sociedade brasileira e mais especificamente a recifense.

Nesse sentido, a escolha dos “lugares” de pesquisa ocorreu em paralelo com as próprias pesquisadas que ajudam a tecer a nossa análise, pois são locais onde o fazer político/público pode nos ajudar a entender a relação entre o espaço privado, onde historicamente as mulheres estiveram reclusas. Mas a nossa perspectiva não nega a importância de também ressaltar a história que acontecia dentro das quatro paredes do lar e dos laços do matrimônio. Uma vez que algumas de nossas entrevistadas viveram entre o público e o privado, entre a vida em família e a vida no mercado de trabalho e outras optaram por só se dedicar às suas profissões.

---

<sup>60</sup> AMARAL, A.A. **Arte para quê?:** a preocupação social na arte brasileira 1930 –1970. São Paulo: Nobel, 1984.

### 2.1.1. A Faculdade de Direito do Recife

Disse que, nesta casa consagrada ao culto do direito, viera fazer a minha oração. E assim é, realmente. Tudo quanto vos disse não foi mais do que um modo de unir o meu espírito ao espírito da Faculdade de Direito do Recife, dos grandes mestres que criaram esta grande força moral construtora da cultura nacional que elaboraram tantas belezas do pensamento jurídico para iluminar a vida do povo brasileiro, e que felizmente, vêm a sua empresa continuada dignamente pelos que no momento presente os substituem<sup>61</sup>. (PREIRA, 1977: 33)

Aqui cabe uma breve discussão e explanação histórica acerca dos locais e/ou movimentos que serviram e servirão de “pano de fundo” para as nossas protagonistas. Escolhemos a Faculdade de Direito de Pernambuco por essa casa representar o lócus da intelectualidade pernambucana, por conseguinte, da sociabilidade masculina. E, como pretendemos analisar a existência de uma intelectualidade feminina, nada melhor que analisar algumas das mulheres que inicialmente fizeram parte daquele ambiente. Tanto enquanto docentes como discentes.

O amor e a devoção contidos nas palavras de Clóvis Bevilacqua, um dos célebres “filhos” da FDR, ilustra a importância dessa casa para a história do ensino superior e para a produção do conhecimento, onde muitos dos mais célebres intelectuais pernambucanos e nordestinos tiveram a sua formação. Exemplo disso é a importância dada por outro grande filho dessa casa, Gilberto Freyre, que diz “não haver exagero em considerar-se a Faculdade de Direito do Recife a raiz, o gérmen, a base da atual Universidade Federal de Pernambuco.”<sup>62</sup>

Todavia, dentro desse universo de socialização dos homens, destacamos o pioneirismo de duas célebres professoras dessa casa. São elas: Bernadete Pedrosa, precursora em todos os sentidos e, posteriormente, Maud Perrusi. Analisaremos mais detalhadamente os percursos dessas duas mulheres no capítulo seguinte, onde procuraremos compreender o que significava ser mulher nas décadas de 1950 e início de 1960, atrelado a representatividade de uma possível consciência de tabus sendo quebrados e qual era o papel da intelectual feminina.

---

<sup>61</sup> BEVILAGUA, In PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife (1927 a 1977):** ensaio biográfico. Vol. 1 Ed. Universitária, Recife, 1977.

<sup>62</sup> FREYRE, In PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife (1927 a 1977):** ensaio biográfico. Vol. 1 Ed. Universitária, Recife, 1977.

Essa instituição fora o lugar onde a formação dos seus bacharéis preocupava-se mais com a humanística do que com a técnica pura e simples; sendo assim, a FDR pode ser considerada como uma escola não só de formação de juristas, de magistrados, de advogados, de políticos, de administradores, mas também como fonte de intelectuais, de pensadores, de *scholars*, que aliam o direito a uma expressão literária, a uma cultura sociológica:

A Faculdade é germinal. Que se irradiou por todo o Nordeste. E que esteve e está presente nas Universidades Regionais que se criaram. Formou os bacharéis saídos dos Recife... que ergueram, sobre os alicerces do humanismo jurídico, as Faculdades de Direito: dos Estados vizinhos. Para ela vinham as gerações ansiosas de saber, futuros magistrados, advogados, juristas, jornalistas, diplomatas, estadistas, parlamentares, ministros de Estado, conselheiros do Império, escritores, poetas, tribunos, políticos "63. (PEREIRA, 1977: 352)

Tal idolatria que é vividamente ressaltada por intelectuais que por ali passaram, também é compartilhada por nossas entrevistadas “filhas” dessa casa. A professora Bernadete Pedrosa nos conta que tinha o hábito de reverenciá-la sempre que chegava para suas atividades. Contemplando-a e enchendo-se de orgulho ao lembrar-se de sua história naquela instituição. Maud Perruci que, no período por nós estudado, integrava o quadro do alunado da FDR nos relatou o orgulho vivido por todos(as) aqueles(as) que integravam esse espaço. Ficou claro nas palavras de Maud o tom de devoção dado aquela casa, pois todos ali a “consideravam um lugar sagrado”.<sup>64</sup>

A instituição teve seu início com a criação dos cursos jurídicos em 11 de agosto de 1827, cinco anos após a Independência Nacional e pouco depois de outorgada a constituição de 1824, suscitando a promoção do ensino de ciências jurídicas e sociais, necessidades tidas como básicas para a elaboração de uma ordem legal que proveria do próprio conhecimento e da prática dessas ciências. Aos moldes do campo do Direito da Universidade de Coimbra, de onde vieram os primeiros doutores de leis da casa que ainda tinha seu endereço no Mosteiro de São Bento em Olinda, essa instituição deveria estar de acordo com o velho Direito português e a sua rígida disciplina pedagógica.

Uma conjuntura intelectual transitória antecedeu a constituição da FDR, segundo Nilo Pereira e Bevilaqua, pois era o momento em que a Independência brasileira

---

<sup>63</sup> PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife (1927 a 1977):** ensaio biográfico. Vol. 1 Ed. Universitária, Recife, 1977.

<sup>64</sup> Entrevista cedida por Maud Perruci

começava a se consolidar e estavam sendo vencidos traços da colonização portuguesa. Luiz Delgado, afirma que:

A iniciativa de tal fundação (FDR), em meio às angustias e aos problemas da consolidação da independência nacional, indica a consciência, que tínhamos da importância do Direito na existência de um povo. Indica a esperança, que depositávamos na ação dos homens que se iriam formar nestas escolas<sup>65</sup>. (PEREIRA, 1977: 33-34)

O sentimento que fica evidenciado nessas palavras é o de dever, do compromisso para com o povo aos moldes da república. Ratificando a importância social dos juristas enquanto reguladores sociais, e Delgado ainda continua:

[...] mesmo assim, levariam esses bacharéis e doutores, para a vida social e o convívio comum, uma mentalidade impregnada das lições aprendidas nos códigos legais, uma mentalidade habilitada a perceber que a disciplina indispensável a toda a sociedade, ou se inspira no direito ou é somente brutalidade e arbítrio.<sup>66</sup> (PEREIRA, 1977: 33-34)

Dessa maneira fica evidenciado o papel que caberia aos homens de idéias oriundos dessa casa. O poder de determinar normas, regras e de controlar a vida em sociedade que só poderia ser harmônico seguindo os preceitos do direito democrático.

A transferência do curso para o Recife se deu em 1854. Essa mudança de cidade-sede também provocou a consequente mudança na denominação, embora se tenha mantido o nome de Faculdade de Direito do Recife, passou a constituir o Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco.

A mudança para o seu derradeiro endereço só se deu em 1912, na praça Dr. Adolfo Cirme, logo depois de concluídas as obras pelo Governo da República. A imponente edificação, construída por José de Almeida Pernambuco possui um projeto arquitetônico eclético, com predominância do estilo neoclássico. A preocupação com o rebuscamento e sofisticação de sua morada indica uma preocupação com valores culturais de vanguarda.

---

<sup>65</sup> DELGADO, in PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife (1927 a 1977):** ensaio biográfico. Vol. 1 Ed. Universitária, Recife, 1977.

<sup>66</sup> Idem.

A FDR, desde seus primórdios, preocupava-se com uma atuação e formação plural de seus bacharéis, predominando a Filosofia, Ciências e Letras. Dessa maneira, tornou-se um singular espaço de discussões e polêmicas que empolgavam a sociedade.

Essa instituição viveu tempos gloriosos sob a influência de Tobias Barreto – com a formação do grupo “Escola do Recife”<sup>67</sup>. A Escola do Recife foi um movimento intelectual poético, crítico, filosófico, sociológico, folclórico e jurídico, que aconteceu entre os anos de 1860 e 1880. Participaram desse movimento figuras como Clóvis Beviláqua, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, entre outros. A principal crítica dos integrantes desse movimento era a superficialidade que a Congregação (como Barreto chamava a Faculdade) tratava o Direito e assumia uma posição de inferioridade cultural. Essa polêmica indicava como era fértil o ambiente da FDR para as discussões intelectuais.

Com polêmicas como essa, fica claro que a vida intelectual da cidade se animou com esse novo sopro de inquietação cultural que a Faculdade representava. Pode-se dizer que a FDR funcionou como um termômetro sócio-cultural da cidade, pois ela também serviu de palco e cenário para as discussões dos principais movimentos e acontecimentos do mundo que ressoavam em Recife, como no caso da Revolução de 1930, ou no período entre guerras, bem como na construção de tendências de comportamento para a sociedade pernambucana, pois dela saíam os “intelectuais” do Recife. Contudo, a FDR por décadas representou um espaço eminentemente masculino, onde a proeminência de seus mestres e pupilos inspirava e promovia movimentos que discutiam a cultura e o momento histórico da cidade.

Nessa casa, foram vários os filhos e (por que não?) filhas ilustres que promoviam releituras de seus lugares sociais. Nossas duas entrevistadas não relataram situações claras de discriminação para com elas ou outras mulheres devido ao gênero, mas existiam sim comportamentos diferenciados esperados de ambos os sexos. A começar pelo vestir-se, pelo tom da voz utilizado e pelo “cavalheirismo” que fora ressaltado por Maud e Bernadete e que ambas lamentavam não mais existir no local.

Uma diferença que nos chamou a atenção e que fora ressaltada por Maud era em relação as moças que estudavam no curso diurno e no noturno da faculdade. Uma vez que as moças da noite geralmente eram aquelas que trabalhavam durante o dia, o que não fora o seu caso. Ela menciona, inclusive, diferenças na forma de se vestir e de agir

---

<sup>67</sup> Idem.

dessas mulheres. Não fora mencionado, mas podemos inferir que essa diferença indica uma mudança clara de comportamento das mulheres que ainda ao final da década de 1960 representavam a minoria do alunado. Analisamos, assim, a Faculdade de Direito do Recife, germinadora de ilustres intelectuais e iniciativas peculiares que visavam promover releituras e mudanças sociais, ressaltando o espírito intelectual da época.

### **2.1.2 O Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco**

A formação do PCB teve seu gérmen no Rio de Janeiro, mais especificamente em Niterói. Era final de março de 1922 e nove delegados que por sua vez representavam 73 militantes de cinco estados brasileiros e tantas outras cidades, reuniram-se para discutir e fundar o que viria a ser o primeiro e único partido da classe operária que já existiu no Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Esses delegados provinham da classe operária e trabalhadores autônomos que se identificavam com o perfil e a necessidade de mudar/revolucionar a sua situação social. Eram eles: Abílio de Naquete um barbeiro; Astrojildo Pereira, jornalista; Cristiano Cordeiro, contador; Hermogêno Silva, eletricitista; João Jorge da Costa Pimenta, gráfico; Joaquim Barbosa, alfaiate; José Elias da Silva, funcionário público; Luis Peres, operário vassoureiro e Manuel Cendón, alfaiate.<sup>68</sup>

Baseado nos preceitos comunistas, o PCB buscava consolidar uma consciência de classe revolucionária, onde os operários deveriam representar a massa que promoveria a sua própria transformação social e, por conseguinte, a nacional. Mas não podemos deixar de ressaltar que o PCB em Pernambuco adquiriu características próprias que indicavam uma preocupação com o *ethos* comunista de um perfil frentista, mas que não deixava de ser democrático.

Pode-se dizer que os militantes que fundaram o PCB representavam a vanguarda de um longo período de amadurecimento e da “conscientização” da idéia de uma classe operária. Consciência essa que foi historicamente criticada. Flávio Brayner, ao problematizar essa vanguarda revolucionária, diz que:

---

<sup>68</sup> BRAYNER, Flávio H. B. **Partido Comunista em Pernambuco**. Recife, FUNDAJ/Massangana, 1989.

(...) personificada em seus militantes e líderes e moldada na forma de ‘partido’, [ela] teria uma função muito importante a desempenhar: organizar e desenvolver a consciência de classe do proletariado, encaminhar lutas políticas, elaborar táticas a serem seguidas, avaliar a correlação de forças entre as classes e propor caminhos de luta revolucionária. O partido revolucionário, portanto, pressupõe a existência de uma classe revolucionária, cujo processo de libertação, porém, é de obra de sua própria autoria<sup>69</sup>. (BRAYNER, 1989: 24)

Contudo, apesar das críticas, o Partido Comunista esteve sempre atuante, mesmo na clandestinidade, representando o “fantasma” das elites dirigentes e donas do capital. Seus líderes eram os dirigentes das grandes greves operárias das duas primeiras décadas do século, foram pioneiros da organização sindical operária, estavam na linha de frente da luta ideológica que se desenvolvia no interior do anarquismo, ideologia e força dominante na época, constituindo a sua ala revolucionária.

O surgimento do PCB possibilitou que os preconceitos contra o anarquismo perdessem um pouco de sua força. O próprio movimento sindical, apoiado em sindicatos minoritários e de ofício, foi reorganizado de acordo com as diretrizes da III Internacional de construir grandes sindicatos de massa por ramo industrial.

O PCB teve grande participação em momentos cruciais da história política brasileira do século XX, em especial durante as décadas de 1920 e pelo desenrolar da “Revolução” de 30. A presença da organização de vanguarda da classe operária impediu que o nacionalismo burguês, naquele momento, o tenentismo, conquistasse uma efetiva direção sobre a classe operária.

A história do PCB também está atrelada a outro elemento fundamental: a presença de um importante movimento de extrema direita, fascista, o Integralismo. Esse terá sido, provavelmente, o maior movimento de extrema-direita criado fora dos países imperialistas nos anos 30, o que dá uma medida da importância do movimento revolucionário da classe operária.

Por si só, o próprio caráter revolucionário do PCB possibilitaria uma análise da revisão das relações de poder e esse foi um espaço onde várias mulheres atuaram efetivamente enquanto “companheiras” de luta, promovendo até uma possível releitura da expressão companheirismo, tão fortemente utilizada no matrimônio.

Mas escolhemos uma delas para analisar. Tereza Costa Rêgo, ou a “camarada Joana”. Que entrou no partido seguindo o seu companheiro (de luta e de amor) Diógenes Arruda. Entrelaçando sua vida privada com uma dura vida pública, que fora

---

<sup>69</sup> Idem.

relegada à clandestinidade assim como o seu amor, mal visto e aceito pela sociedade da época que recriminava qualquer mulher que ousasse “desfazer” os laços do casamento e seguir seu coração. Mas, a paixão “vermelha cor de sangue” de Tereza mistura-se com a história do próprio movimento. A qual poderemos analisar melhor quando conhecermos suas vivências, experiências e amores.

Porém, não podemos deixar de ressaltar a importância que o PCB teve na época de nossas análises, inclusive, aproximando-se de outros espaços tidos como “revolucionários”, como é o caso do Movimento de Cultura Popular, onde existia uma consonância entre a cultura de classe e a cultura de massa, ou popular, no caso do MCP, onde podemos analisar a possibilidade da existência de uma “cultura” de esquerda, o que aproximava ainda mais esse movimento do Partido Comunista.

### 2.1.3 O Movimento de Cultura Popular

Esse foi um período que correspondeu a uma fase de (re)florescimento da cultura brasileira e a politização das massas tornou-se um terreno fértil sobre o qual frutificaram iniciativas de cultura popular como nunca havia ocorrido em épocas anteriores<sup>70</sup>. É exatamente esse o momento em que foi fundado no Recife, em 13 de Maio de 1960, o Movimento de Cultura Popular (MCP).

Um impulso intelectual – aliado à necessidade extrema de educação para as massas – que culminou com o desenvolvimento de um dos mais importantes movimentos culturais da história brasileira. A principal repercussão almejada era no campo da educação, este era um dos pilares do MCP que tinha como objetivo básico a difusão das manifestações da arte popular regional assim como desenvolver um trabalho de alfabetização de crianças, jovens e adultos, buscando “elevar o nível cultural dos alfabetizados para melhorar sua capacidade “aquisitiva” de idéias sociais e políticas e ampliar a politização das massas, despertando-as para a luta social”.<sup>71</sup>

O trabalho era feito através de apresentações de espetáculos em praças públicas, organização de grupos artísticos, oficinas e cursos de arte, exposições, edições de livros e cartilhas, alfabetização em escolas instaladas em locais públicos etc., e era coordenado

---

<sup>70</sup> GORENDER, J. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

<sup>71</sup> Depoimento colhido numa entrevista com a professora Dra. Silke Weber. Departamento de Sociologia da UFPE, Recife, junho de 2009

por artistas e intelectuais como Abelardo da Hora, Germano Coelho, José Cláudio, Aloísio Falcão, Paulo Freire, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Francisco Brennand, Paulo Rosas, Anita Paes Barreto, Luiz Mendonça, Norma Porto Carneiro Coelho, entre outros que apoiavam o governo de Miguel Arraes na prefeitura do Recife (1960-1962), e, posteriormente, no governo do estado (1962-1964).

O movimento teve a sua sede no Sítio da Trindade, localizado na Estrada do Arraial, bairro de Casa Amarela, o mais populoso da cidade, na época<sup>72</sup>. Abelardo da Hora conta que a idéia do Movimento surgiu com um projeto criado por ele na década de 1950, quando fundou e foi presidente da Sociedade de Arte Moderna do Recife, onde implantou diversos cursos de iniciação às artes: "Na época consegui uma sala emprestada no Liceu de Artes e Ofícios e passei a ensinar aos jovens interessados em artes plásticas. Depois, convidei o maestro Geraldo Menuchi para ensinar música e o diretor Luiz Mendonça para ensinar teatro."<sup>73</sup>

A iniciativa passou a ser chamada de Universidade Popular de Arte e, em seguida, com a sua expansão e profissionalização dos alunos, passou a chamar-se de Ateliê Coletivo de Arte Moderna do Recife. Hora afirma, ainda, que o prefeito Arraes o teria chamado e oferecido suas intenções em apoiar um "*amplo movimento de Educação e Cultura*", que promovesse a educação não só de crianças, mas de jovens e adultos: "O prefeito Miguel Arraes afirmou que a Prefeitura apoiaria a idéia e que, a partir daquele momento, se chamaria Movimento de Cultura Popular." Nascia, assim, uma das mais importantes iniciativas político/culturais da época.

Esse Movimento recebeu várias influências de obras e autores, sobretudo franceses. Seu nome e, em grande parte, seu espírito<sup>74</sup>, ambos foram herdados do movimento francês "*Peuple et Culture*". Suas atividades iniciais se orientaram, fundamentalmente, no sentido de conscientizar as massas populares através da alfabetização e educação de base. Em meio a uma realidade, nos anos 60, em que o estado de Pernambuco apresentava um enorme índice de analfabetismo. Dessa maneira, eram necessários esforços urgentes, a fim de incorporar à sociedade os milhares de proletários e marginais do Recife, dotando-os de uma nova consciência política e cidadã:

---

<sup>72</sup> ROSAS, Paulo. O movimento de Cultura Popular – MCP. Rio de Janeiro. 1980. **IN MEMORIAL DO MCP**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade de. Coleção Recife, volume XLIX; Recife. 1986

<sup>73</sup> Idem

<sup>74</sup> COELHO, G. Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular. IN ROSAS, Paulo (org.). **Paulo Freire. Educação e transformação social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. .

“O Movimento de Cultura Popular nasceu da miséria do povo do Recife. De suas paisagens mutiladas. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama dos morros e alagados, onde crescem o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome. Suas raízes mergulham nas feridas da cidade degradada. Fincam-se nas terras áridas. Refletem o seu drama como ‘síntese dramatizada da estrutura social inteira’. Drama também de outras áreas subdesenvolvidas. Do Recife com 80.000 crianças de 7 a 14 anos de idade sem escola. Do Brasil, com 6 milhões. Do Recife com milhares e milhares de adultos analfabetos. Do Brasil com milhões. Do mundo em que vivemos, em pleno século XX, com mais de um bilhão de homens e mulheres e crianças incapazes sequer de ler, escrever e contar. O Movimento de Cultura Popular representa, assim, uma resposta. A resposta do prefeito Miguel Arraes, dos vereadores, dos intelectuais, dos estudantes e do povo do Recife ao desafio da miséria. Resposta que se dinamiza sob a forma de um Movimento que inicia, no Nordeste, uma experiência nova de Universidade Popular”<sup>75</sup> (GODOY: 1962,75)

De uma pluralidade ímpar de perspectivas originou-se o MCP: dos desejos de Abelardo da Hora em promover a cultura; das preocupações dos educadores católicos em amenizar o déficit educacional; da vontade e visão políticas do prefeito Miguel Arraes em colocar a questão educacional e cultural em primeiro lugar; de Geraldo Vanucci, regente do coral Bach, que trouxe a dança, o canto e a música para o movimento; do teatro trazido por Luís Mendonça, dentre muitas outras contribuições, principalmente da contribuição voluntária de estudantes, comunidades e associações. Era uma entidade privada e sem fins lucrativos que se mantinha através de convênios firmados, na prática, quase que exclusivamente com a prefeitura do Recife e o governo do Estado.

Tantas mentes brilhantes e engajadas, movidas a esperanças e perspectivas de mudanças e melhorias da sociedade em que viviam, abastecidos em seus ideais por um momento singular da política nacional. O movimento contou com o apoio também de intelectuais e de facções políticas de esquerda, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre outras. Tudo isso em um Recife que atraía os olhos do mundo, com uma chama de esperança de alcançar-se aqui um novo modelo de sociedade, que se originaria através da democracia e não pelas armas.

---

<sup>75</sup>GODOY, J.M.L. de CARREIRO COELHO, N.P. **Livro de leitura para adultos: Movimento de Cultura Popular**. Recife: Gráfica Editora do Recife, 1962.

Silke Weber, uma de nossas protagonistas e participante do MCP, nos relatou o ambiente do Recife e o que movia os participantes do movimento a agirem em prol das massas marginalizadas da cidade:

E tinham-se também grupos locais de teatro, de cinema, enfim, grupos locais de produção cultural nas várias áreas. Então se tinha uma efervescência cultural muito grande, tínhamos também um movimento estudantil muito ativo então, o MCP, de certa maneira, cristalizou, ou melhor, catalisou – para ser mais precisa – esse tipo de vivência, de efervescência cultural, mas por outro lado, tendo uma marca muito grande que era o compromisso com a maioria da população, quer dizer, justamente um momento que pretendeu fazer com que não somente aquilo que era produzido culturalmente pelo povo tivesse um espaço de apresentação e de visibilidade, mas também era o momento em que se tinha pretensão de socializar o que a humanidade produziu como cultura e como arte, por exemplo, a biblioteca da praça de cultura era um exemplo desses. Exatamente você tornar acessível Shakespeare, Jorge Amado, e assim sucessivamente, quer dizer, tornar acessível e discutir em grupos de leitura, círculos, fazer debates, conferências, fazer filmes associados. Então oferecer uma educação informal.<sup>76</sup>

E prossegue ratificando qual era o interesse e como se definia o papel do intelectual que deveria ser engajado e que, assim sendo, acreditava com cada fibra de seu ser que seria um instrumento da modificação:

Era possível de se fazer a transformação. Paulo Freire, em sua tese de docência, falou sobre uma sociedade de transição, como ele chamava. Então esse era o clima em que vivíamos, a gente acreditava que de fato a cultura poderia fazer transformações muito importantes.<sup>77</sup>

Abelardo, enquanto um dos fundadores do MCP idealizou e coordenou a construção dos Centros de Cultura Popular em cinco bairros operários do Recife: Várzea, Casa Amarela, Iputinga, Beberibe e Torre, cujos prédios ainda hoje estão de pé. São construções simples dotadas de um salão, praça com brinquedos infantis, quadra de esportes e sanitários. Os Centros levavam ao povo dos bairros expressões culturais sob as formas de peças de teatro, cinema, música, orientação pedagógica, jogos infantis e

---

<sup>76</sup> Depoimento colhido numa entrevista com a professora Dra. Silke Weber. Departamento de Sociologia da UFPE, Recife, 25 de junho de 2009.

<sup>77</sup> Idem.

educação física, além da biblioteca popular e de grupos de análise de programas de televisão, incentivando ainda a criação de grupos de vizinhos para lutar pela solução dos problemas locais.<sup>78</sup>

Contudo, essa prática, esse novo pensamento, essa nova proposta, voltados especificamente para o popular, suscitaram conflitos com os setores conservadores da época, que temiam as camadas populares. Organizando-se, elas adquiriam forças, sobretudo, através da conscientização política e do fortalecimento cultural, para suas reivindicações. Conseqüentemente, o MCP servia de “incômodo” para as elites conservadoras que passaram a classificar o movimento como “subversivo”, divulgador de idéias comunistas (chegando a chamá-lo de “Movimento Comunista Pernambucano”, ressaltando a sua ligação com o PCB) e, ainda, de “antro de perdição de meninas”.<sup>79</sup>

A imprensa escrita publicou vários artigos de políticos que criticavam o avanço do Movimento. E vale salientar que, naquele período, estava próxima a eleição dos novos candidatos ao governo do Estado. Em resposta às críticas que o Movimento vinha sofrendo, os membros dirigentes do MCP resolveram publicar nota ao “povo”:

“(…) todo o povo do Recife sabe que o MCP é antes e acima de tudo idealismo, abnegação, honestidade, competência técnica e espírito de voluntariado de populares, intelectuais e estudantes: são 201 escolas instaladas em menos de três anos, com 626 turmas, diurnas, vespertinas e noturnas; são 19.646 alunos, crianças, adolescentes e adultos recebendo educação primária, supletiva e de base. (...) ataques desta ordem, planejados, coordenados e desfechados, às vésperas de eleições, contra o MCP têm um só objetivo: amesquinhar, com propósitos escusos, obra administrativa séria, patriótica e apolítica que segundo o testemunho de alguns dos maiores educadores brasileiros honra as tradições culturais do Recife”<sup>80</sup>

O seu pioneirismo marcou a história educacional do Brasil e inspirou projetos semelhantes em outras regiões do país, como os CPC's da UNE (Centro de Cultura Popular) e a campanha de pé no chão se aprende a ler, no Rio Grande do Norte, entre outros. Era uma luta pela construção de uma cultura nacional, popular e democrática. Apesar de sua força, o golpe militar de 1964 interrompeu suas atividades.

---

<sup>78</sup> ROSAS, Paulo. O movimento de Cultura Popular – MCP. Rio de Janeiro. 1980. IN **MEMORIAL DO MCP**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade de. Coleção Recife, volume XLIX; Recife. 1986.

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> Jornal do Commercio, 02.09.1962. IN SILVA, Maria Betânia e. **Refletindo sobre o movimento de cultura popular: espaço para a arte?** Revista Digital Art&. Ano IV, número 06, out/2006.

O MCP é um exemplo da atmosfera de possibilidades que pairava sobre o Recife em um momento específico de sua história. Dentro desse movimento ocorreram várias ações que são o fruto da dedicação e envolvimento de vários personagens; portanto, este é mais um “palco” para a nossa análise acerca da participação feminina em discussões e ações efetivas na vida pública. As mulheres atuavam na educação – campo que lhes é recomendado – mas indo além, pois passaram a construir o conhecimento, a defender idéias e “promover” revisões e questionamentos da hierarquia política dominante. Apesar de a nossa representante no MCP não se identificar como uma intelectual na época, Silke Weber compartilhava dos ideais e agia de acordo com o que poderíamos definir como um intelectual.

Seria então uma não consciência do seu papel de intelectual? E quanto ao seu papel de mulher? Juntamente com as demais protagonistas dessa pesquisa é que partiremos, no capítulo a seguir, para a análise do que é/era ser mulher no Recife das décadas de 1950.

#### **2.1.4 O Movimento Teatral em Pernambuco**

O mundo artístico também era afetado pela atmosfera singular da cidade do Recife no período e se mobilizava em meio a uma consciência transformadora, e os artistas, muito sensíveis a esses sentimentos, procuraram dar a sua contribuição. O teatro pernambucano cedeu seus palcos para serem encenados atos desse momento histórico singular e importante da histórica cidade do Recife.

Várias foram as iniciativas teatrais que se desenvolveram na cidade nas primeiras décadas do século XX. Então, os artistas amadores, estudantes e profissionais se organizaram em movimentos teatrais, como o Teatro de Estudantes de Pernambuco (TEP), surgido dentro da Faculdade de Direito do Recife, e, com mais intensidade, o Teatro de Amadores de Pernambuco (TAP) que teve à sua frente Valdemar de Oliveira.

E foi assim, reunindo no palco médicos, comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais, junto a suas esposas e familiares, que Valdemar de Oliveira iniciou o que ele chamou de “um teatro de cultura, na verdadeira acepção da palavra”, investindo, principalmente, na dramaturgia internacional em vez das chanchadas tão em voga naquela época<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Reinaldo de Oliveira (filho de Valdemar e Diná de Oliveira) em entrevista concedida a Elaney Acioly, disponível em “Memória da cena pernambucana” In FERREIRA, Leidson. **Memórias da cena pernambucana**. (org.), Recife. FUDARPE, 2007.

Na década de 1940, a cena teatral pernambucana passava por um movimento que visava uma renovação dessa arte. É exatamente nesse momento que o TAP é criado, por Valdemar de Oliveira. Ele era seguidor e profundo admirador de Samuel Campelo, diretor do grupo Teatral Gente Nossa, que foi fundado no Teatro Santa Isabel <sup>82</sup>. Por esse motivo, considera-se o Gente Nossa, grupo do qual Valdemar fazia parte, como o lugar de origem do TAP.

O Grupo Gente Nossa estava sob a responsabilidade do Teatro Infantil, que teve como primeira peça encenada *A Princesa Rosalinda*, em 26 de março de 1939. Ela foi dirigida pelo seu próprio autor, Valdemar de Oliveira.

Aproximadamente dois anos depois do surgimento do Teatro Infantil, e devido à comemoração do centenário da Sociedade Pernambucana de Medicina, Otávio Freitas - o então presidente da entidade chamou o médico e amigo, Valdemar de Oliveira, para uma conversa reservada. E nessa, Freitas revelou o desejo de criar uma atividade cultural para comemorar a importante data. Valdemar, indo além, sugeriu a montagem de uma peça teatral. O presidente da entidade indagou, então, se ele não tinha se tornado insano. Valdemar de Oliveira, porém, não hesitou e reuniu a própria família e os amigos e encenou a peça *Dr. Knock*, escrita pelo francês Jules Romains.

Foi a partir do sucesso artístico e financeiro da peça *Dr. Knock* que se formou o Teatro de Amadores de Pernambuco. No entanto, a primeira plaqueta oficial do TAP datou de 4 de abril de 1941. Somente, então, o grupo ganhou status cultural no Recife: “O grupo Gente Nossa estava nos estertores quando nasceu o TAP, sob os mais favoráveis augúrios, empenhado em ocupar o lugar privilegiado de primeiro conjunto teatral do Recife.” <sup>83</sup>

Dessa maneira, o Teatro de Amadores começou a produção de peças de forma completamente independente de seu grupo de origem que já apresentava uma tentativa de manter um grupo fixo de atores com perspectivas a uma profissionalização, mas que se encontrava “preso” a um tipo de teatro mais comercial, afastando-se do “grande teatro” ou do “teatro cultural”.

Ainda no seu primeiro ano de fundação, após o estrondoso sucesso do grupo na época, e apenas trinta e dois dias antes da estréia de “Primerose”, foi a vez de o TAP encenar *Uma Mulher sem Importância*, de Oscar Wilde, e poucos dias depois “O

---

<sup>82</sup> PONTES, Joel. **O Teatro Moderno em Pernambuco**. Recife: FUNDARPE, 1990.

<sup>83</sup> Idem.

Processo de Mary Dugan”, de Bayard Weller. A repercussão no Nordeste foi tamanha que o grupo realizou sua primeira excursão às cidades de Natal e Fortaleza ainda naquele ano, levando as três últimas peças para uma vitoriosa temporada que teve o patrocínio do Governo dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.<sup>84</sup>

O TAP foi uma grande escola que projetou muitos atores e atrizes, diretores e diretoras que viriam a militar em prol da causa teatral nas décadas seguintes, extrapolando o plano local, chegando ao nacional, aonde vários desses vieram a trabalhar em outros estados do Nordeste.<sup>85</sup>

Segundo Flávio Weinstein, o TAP representou uma ruptura com a forma e o modelo do Gente Nossa. “De um lado, em vez das veleidades da profissionalização, uma inamovível opção pelo amadorismo; do outro lado, ao contrário do caráter de *divertissement*, uma devoção ao teatro ‘grande arte’”<sup>86</sup>.

Entretanto, as inovações e as rupturas que acontecem no teatro Pernambuco, nesse momento, refletem o que acontecia com o teatro brasileiro. Excetuando-se algumas raras iniciativas, de pouca repercussão, o que se via nos palcos brasileiros era divertimento ligeiro, marcado por paródias e burletas e que também recebiam as requintadas visitas de companhias estrangeiras. Nossas entrevistadas nos relataram o prestígio e a honra que era assistir a uma dessas peças vindas de fora.

Essa busca pela profissionalização exagerada impelia a uma “comercialização” do teatro brasileiro e, em Pernambuco, não era diferente. Uma vez que, para atingir o status de profissional, os artistas precisariam encenar o convencional e o que as platéias esperavam ver. Sobrando pouco ou quase nenhum espaço para experimentações. Mudar essa situação só foi possível diante do enfraquecimento desse modelo teatral perante um concorrente artístico violento, que trazia os fortes traços da modernidade: o cinema.

Dessa maneira, coube aos grupos amadores mudarem as perspectivas do teatro. Em Recife, o TAP promoveu tal renovação e não só no sentido artístico, pois a tradição teatral recifense dos grupos familiares e bairristas foi quebrada com o TAP.

Uma das características marcantes era o posicionamento do TAP de dirigir suas produções quase que exclusivamente para um público selecionado, e para tal público

---

<sup>84</sup> FERREIRA, Leidson. **Memórias da cena pernambucana**. (org.), Recife. FUDARPE, 2007

<sup>85</sup> Cf. in TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha**. Presença do teatro de estudante e do Gráfico Amador do Recife (1946 – 1964). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

<sup>86</sup> Idem. P 100.

apresentar com requinte e cuidado as suas peças. Para tanto a sua casa fora o principal teatro da cidade, o Santa Isabel.

Em uma época em que um dos maiores desafios era combater o preconceito em vários sentidos, a ação do TAP foi decisiva para desmistificar certos estigmas que perseguiram os artistas. Isto porque atores e atrizes não eram bem vistos pela sociedade. Os primeiros, não tinham classificação social e as segundas eram consideradas como possuidoras de comportamento suspeito. A participação de membros bem colocados socialmente, como médicos, exerceu forte influência contra a “suspeita de abastardamento social”.<sup>87</sup>

A nossa entrevistada Geninha da Rosa Borges nos relatou o respeito e o prestígio que o “Dr.” Valdemar de Oliveira tinha na cidade do Recife e de como ele era um homem preocupado com a boa cultura e em por fim em certos preconceitos e estigmas que cercavam a arte teatral.

É muito importante ressaltar que, naquela época, existia um preconceito tremendo com quem resolvesse abraçar a carreira de ator ou atriz. E o doutor Valdemar muitas vezes disse a mim: “as moças da sociedade podem vir ao palco para receber um diploma de datilografia, mas não podem vir fazer uma peça de teatro”. Eu tenho a impressão de que, como ele tinha certeza absoluta de que a arte não desonra ninguém, o seu grande objetivo de vida era acabar com esse tipo de preconceito.<sup>88</sup>

O TAP também apresentava um caráter altruísta e filantrópico, que deveriam ser características primordiais do amadorismo, e a partes expressivas das rendas das bilheterias eram doadas a entidades filantrópicas, tais como educandários, asilos, leprosários, cruzadas de ação social, institutos de proteção e assistência à infância, entre outras. No Recife, por exemplo, a renda do Teatro de Amadores vai para a Maternidade do Hospital Pedro II, a Sociedade de Medicina, o Abrigo Cristo Redentor, o Instituto dos Cegos e a Caixa Escolar da Escola Normal Pinto Júnior. (Segundo Joel Pontes, nos primeiros dez anos da existência do grupo (1941-1951) o TAP afirmava ter destinado algo em torno de 350 mil cruzeiros a instituições do Recife, Natal, Fortaleza, Maceió e Salvador.<sup>89</sup>

---

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Geninha da Rosa Borges em entrevista concedida a Elaney Acioly, disponível em “Memória da cena pernambucana” In FERREIRA, Leidson. **Memórias da cena pernambucana.** (org.), Recife. FUNDARPE, 2007

<sup>89</sup> PONTES, Joel. **O Teatro Moderno em Pernambuco.** Recife: FUNDARPE, 1990.

Para privilegiar a arte dramática, o TAP traria um repertório que buscava reunir o que de mais importante existia na dramaturgia mundial; contudo, em seus anos iniciais, apesar do ecletismo, seu repertório resumia-se a obras que fossem de fácil assimilação para o público, o que não deixa de marcar uma preocupação ainda com certo aspecto comercial. Mas Valdemar de Oliveira acreditava que, com a introdução de grandes clássicos da dramaturgia, o público poderia ir se preparando para que o grupo pudesse realizar a sua “missão” de “elevar” o teatro pernambucano ao nível da grande arte.

Todavia, o TAP ainda apresentava ares conservadores e que só foram abalados na década de 1950, mediante os anseios das novas gerações. Ainda que de forma titubeante, os novos nomes do teatro internacional e nacional começam a ser incorporados ao repertório do Teatro de Amadores, como é o caso de Garcia Lorca, Tennessee Williams ou Nelson Rodrigues. Essa “abertura” para o novo deu-se também diante de novos concorrentes sob a forma dos novos grupos teatrais que possuíam uma postura mais agressiva e ousada nas questões estéticas e de expressão teatral

Porém, os risos da platéia indicam que muitos dos espetáculos apresentados pelo TAP tendem a ser do tipo comédia, assim como regionalistas. Dessa forma, é importante registrar que a peça “Um sábado em trinta”, de Luiz Marinho, ficou vinte e nove anos em cartaz. E que a peça “Está lá fora um inspetor” de autoria do escritor inglês J. B. Priestley, obteve o maior número de apresentações.

O Teatro de Amadores de Pernambuco construiu, então, um teatro próprio, realizou cinquenta e quatro excursões, em mais de vinte e oito cidades do Brasil, encenou cento e dez originais, beneficiando mais de cem instituições sociais. Em 1953, levou para o Rio de Janeiro, dentre outras, as peças “A Casa de Bernarda Alba”, de Garcia Lorca, “Sangue Velho”, de Aristóteles Soares e Valdemar de Oliveira, e “Esquina Perigosa”, de J. B. Priestley.

Marcado por certo idealismo, o Teatro de Amadores de Pernambuco e o Teatro Valdemar de Oliveira, em consequência, representam marcos de grande importância para Pernambuco, sendo respeitados por todos aqueles que amam o teatro. O TAP, por um lado, foi engendrado através de um “caráter” revolucionário; e o Teatro Valdemar de Oliveira, por outro, é filho legítimo daquele.

Paralelo ao TAP, e sua proposta de certas inovações na dramaturgia pernambucana, existiu o TEP (Teatro de Estudantes de Pernambuco) que apresentava um caráter mais político, com claros objetivos de levar a arte teatral ao povo. Essa relação de teatro-povo é um “ponto delicado” na concepção do Teatro de Amadores. Isso fica fortemente evidente na postura de Valdemar de Oliveira, que afirma não ser possível tal relação, uma vez que o teatro é uma forma de arte e, como tal, só poderia estar acessível àqueles poucos dotados de certa sensibilidade e apurado senso para a cultura.

Valdemar de Oliveira critica a forma de fazer teatro do TEP, enfatizando que o modelo “ambulante” não tem eficiência sendo, portanto, de poucos resultados práticos. Ele chega a afirmar que os espaços, muitas vezes improvisados, das “barracas”: “limita toda a capacidade realizadora, corta as azas a criação artística, tudo reduz ao mínimo indispensável[...]. Tudo fica condicionado a sua estreiteza, a sua mesquinhez, a sua pobreza de recursos técnicos”<sup>90</sup> (WEINSTEIN, 2007: 11). Dá-se a entender que o povo não teria vez nas platéias do TAP e que, de uma maneira geral, o povo estaria desclassificado para “atuar” enquanto espectadores do teatro. Ou seja, o povo só estaria ligado ao TAP através da sua filantropia.

Porém, apesar dessa visão elitizada e conservadora do líder do TAP, são inegáveis as suas contribuições para a cena pernambucana ainda na primeira metade do século XX. E, dentro dessas contribuições, destaca-se a introdução de clássicos da literatura dramática (embora que ainda de forma parcial) e os extremos cuidados cênicos com vistas a conferir o máximo de realismo às suas produções.

Dentre os quadros do TAP, decidimos destacar a figura de Geninha da Rosa Borges, que posteriormente se tornaria a Primeira Dama do teatro pernambucano e que bem ilustra a vida no espaço público e para o público. A partir de suas experiências de vida como atriz e como esposa poderemos também analisar uma possível revisão do papel social das mulheres em meio a um Recife que vivia as constantes transformações trazidas com as tendências modernizantes.

---

<sup>90</sup>TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha**. Presença do teatro de estudante e do Gráfico Amador do Recife (1946 – 1964). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

## 2.2 Modernidades e modernizações no Recife da década de 1950

Desde o início do século XX, a busca por um perfil moderno do Recife levou a uma remodelação do cenário urbano, buscando o novo que, por vezes, contrastava com o antigo. Para que melhor possamos compreender o processo de modernização do Recife, vamos analisá-lo desde o final do século XIX quando a busca por uma civilização da sociedade passou a ser palavra de ordem.

Em conseqüência, a cidade foi se expandindo, e muito de seu aspecto tentacular, de “menina mal criada”<sup>91</sup>, foi dando espaço para um crescimento populacional vertiginoso; dessa maneira, a cidade parecia ansiar por uma “boa educação” importada e copiada dos moldes externos, criando novas formas de viver e de lazer e de ser indivíduo e cidadão.

Vale salientar que transformações como essas estavam ocorrendo desde o final do século XIX e, mais acentuadamente, a partir da década de 1920, com a construção de casas populares, a erradicação dos mocambos que feriam a face do moderno Recife onde mangues foram aterrados.

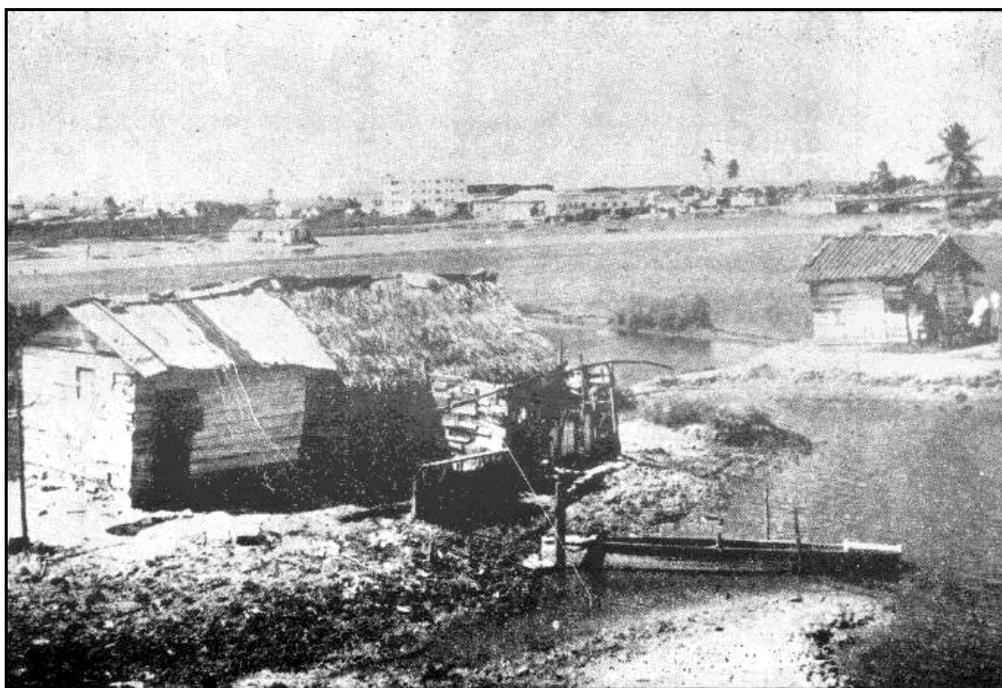


Figura 04 - Mocambos do início do século XX<sup>92</sup>

<sup>91</sup> PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950**. Recife. Ed. Da UFPE, 2001

<sup>92</sup> Fonte: Memorial do MCP

Outras modificações importantes foram a ampliação dos serviços de luz elétrica, a construção de novas ruas e avenidas, muitas vezes sobrepondo-se às nostálgicas ruelas que foram assim esquecidas, lugares de convívio e da prática da discussão do coletivo, cenário de uma intelectualidade que marcaria a história pernambucana. Denotando um persistente conflito entre o moderno e o antigo, muitas vezes tido como o tradicional:

Remodelar as cidades embelezá-las, destituí-las de suas feições coloniais, eram todas essas, palavras de ordem de grande aceitação e repercussão nos jornais, revistas, conversas em cafés, etc <sup>93</sup>.  
(TEIXEIRA: 1994, 22)

O caminho visto pelo poder público era o de urbanização dos espaços da cidade. E essa modernização, que é traduzida por fortes e velozes mudanças, muitas vezes causando rupturas com o passado, tem vários significados e vozes, refletindo de forma variada na vida das pessoas da cidade, agitando o seu cotidiano, trazendo inquietações e agitações as mais diversas.

Ruas repletas de automóveis misturadas com a gente que ainda assustava-se com a velocidade das mudanças, estradas asfaltadas ligavam as pessoas e diminuía as distâncias, tanto para o lazer quanto para os espaços de trabalho. Era a modernidade mais uma vez ditando novas regras de convivência na cidade: “Os tempos modernos ampliaram a diversidade, os projetos de dominação da natureza, as sutilezas que envolvem as relações de poder, as tramas sociais e políticas. Instauraram o culto, às vezes cego, ao progresso”<sup>94</sup>.

Na construção desse discurso, a imprensa, por sua vez, tinha o papel de veículo para a divulgação de tal processo e da perplexidade causada nas pessoas. As páginas dos jornais dedicavam anúncios às maravilhas das “máquinas modernas” que facilitariam a vida de homens e mulheres. Contudo, é evidente que nem todos usufruíam e aceitavam tais transformações da mesma maneira. Esses processos de modernização são conflituosos, pois não partem de projetos e discussões que atinjam uma grande parcela da população; esta continuava marginalizada das escolhas públicas, tendo negado o seu direito a cidadania.

---

<sup>93</sup>TEIXEIRA, Flávio. **As Cidades Enquanto Palco da Modernidade: O Recife de princípios do século.** Recife (Dissertação de Mestrado) UFPE/CEFICH, 1994.

<sup>94</sup>REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife.** Histórias de uma cidade. Recife: FCCR, 2002; p. 91

Os grupos que antes se encontravam afastados das decisões políticas começaram a tomar consciência e desejaram ter uma voz política ativa através, primeiramente, do discurso dos intelectuais e estudantes da Faculdade de Direito do Recife. Muitos deles engajaram-se em projetos e movimentos culturais que visavam, de alguma maneira, minimizar a carência social e o “déficit” cultural e político da grande maioria da população do Recife. Era a chamada redemocratização, que inflamava ainda mais os ânimos de “uma cidade que, com uma tradição secular, era cenário de polêmicas importantes.”<sup>95</sup> Nas artes plásticas, ocorreu a fundação, ainda em 1948, da Sociedade de Arte Moderna que contou com a atuação de artistas que mais tarde estariam bastante conhecidos e fazendo parte de outros movimentos culturais.<sup>96</sup>

Também foram organizadas as bibliotecas populares nos bairros da Encruzilhada, Santo Amaro, Casa Amarela e Afogados, e no centro da cidade destacou-se a discoteca pública, que teve grande aceitação popular e que indicava uma preocupação do governo municipal com a democratização da cultura e com a descentralização da modernização do Recife. Tudo isso demonstrou uma forte intervenção do poder público na vida da cidade simultaneamente com uma maior participação popular.



Figura 05 - Biblioteca Pública de Afogados em 1955<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> Idem p. 127

<sup>96</sup> Uma de nossas protagonistas, a artista plástica Tereza Costa Rêgo, que estudou na Escola de Belas artes e freqüentou a Sociedade de Arte Moderna, nos mencionou a experiência de conviver, aprender e trocar com os artistas e inspiradores de seu trabalho.

<sup>97</sup> Fonte: Diário de Pernambuco, 04/01/1955

É nesse cenário que nasceram movimentos como o TEP (Teatro de Estudantes de Pernambuco) e o Gráfico Amador que, segundo Flávio Weinstein, reflete bem a fértil atmosfera que então se processava na cidade e alimentava os anseios da população carente de cultura e cidadania.<sup>98</sup> Onde a suposta modernidade fazia-se presente no cotidiano das pessoas.

A preocupação com o social e uma construção de um projeto alternativo de cidadania é fortemente sentida nos trabalhos do TEP que busca quebrar a “barreira” entre o público que assiste as produções teatrais e os artistas. Diante da concorrência com os cinemas, a alternativa encontrada foi a de levar a arte, o teatro, para as ruas, calçadas e praças, ao encontro daqueles que geralmente estariam fora do contato com essa forma de cultura.

Seguindo os ares modernizantes, têm-se as “invenções modernas” chegando e modificando o ir e vir e as práticas sociais do Recife, como, por exemplo, as salas de cinema que se multiplicaram, dando a impressão que a produção cinematográfica da cidade tentava ganhar novo fôlego, após seu apogeu na década de 1920 com o Ciclo de Cinema do Recife. Embora a grande maioria dos títulos em cartaz, na época, serem de filmes estrangeiros e, em sua imensa maioria, norte-americanos. Os filmes traziam as mais atuais tendências, tanto de vestimentas quanto de atitudes e comportamento. Nossas entrevistadas relataram que a ida ao cinema era um “acontecimento”. Existindo todo um ritual, pois era um bom motivo e local para ver e ser visto(a).

A participação da sociedade civil também era algo constante nesse período onde entidades variadas passaram de uma forma ou de outra, a promover sessões especiais de filmes que raramente entravam no “circuito” das salas de exibição: eram os colégios, paróquias, clubes sociais, entidades profissionais e estudantis e os próprios cineclubes. No ano de 1954, contavam-se a existência de seis cineclubes no Recife (Cine Clube do Recife, Vigilante Cura, Cine Clube do Estudante Universitário, Cine Clube Universitário, Cine Clube do Náutico e o Cine Clube do Iate)<sup>99</sup>. Esses cineclubes não só exibiam as projeções, mas promoviam discussões e debates acerca do conteúdo do filme, suscitando a opinião dos espectadores e a interação com a opinião de outros.

---

<sup>98</sup> Segundo Weinstein, o cenário do Recife da década de 50 era extremamente propício ao surgimento de movimentos que tinham como projeto repensar e refazer a cultura, levando-a até os que pouco ou nenhum contato tinham com ela. Cf. in TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha**. Presença do teatro de estudante e do Gráfico Amador do Recife (1946 – 1964). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007

<sup>99</sup> ARAÚJO, Luciana. **A crônica de cinema no Recife dos anos 50**. Recife: FUNDARPE, 1997.

O cinema era pauta constante nas páginas dos jornais que circulavam na cidade com as crônicas cinematográficas que representavam a liberdade de expressão e opinião. E, nesse momento, o cinema era a forma de diversão e lazer que alcançava o maior número de pessoas, daí a preocupação dessas entidades de o utilizarem para promoção da vida em sociedade na busca da construção de uma consciência cidadã. A vida no cinema inspirava a vida fora dele.

### 2.3 A modernidade e a constituição de espaços para as mulheres

A modernidade era algo concreto e tátil, não poderia ser mais negada, principalmente, nos centros urbanos, afetando definitivamente as vidas de homens e mulheres. O convívio entre os sexos tornou-se ainda mais complexo, visto que os espaços para esses contatos multiplicavam-se e, embora ainda existisse uma divisão social de papéis entre homens e mulheres, a linha que os separava estava cada vez mais tênue. Pois tal divisão de papéis sociais, que historicamente reserva à mulher o espaço do privado e ao homem o do público passa a ser passível de questionamentos. E, não era diferente, pois a cidade passava por um processo modernizador, desde o início do século XX, adquirindo um perfil “civilizado”.

É esse o ambiente onde surgiram mais possibilidades de as mulheres transitarem nos espaços públicos e, nesse lugar, historicamente negados a elas, multiplicavam-se os locais de divertimento e sociabilidade onde homens e mulheres poderiam juntos, usufruir e se relacionar.

Os cinemas foram bons exemplos disso, representando também o lugar de paixões: “Ele não só irrigava a imaginação de cenas sedutoras, como, de antemão, era o lugar onde as cenas começavam a se ‘reificar’<sup>100</sup>”. Para muitos rapazes, o cinema servia de pretexto para a paquera (o *flirt*) com as moças. E, segundo Eduardo Duarte, havia até lições demonstrando as etapas no jogo da conquista a partir da sala escura:

(...) durante as três primeiras partes da fita, olhares, apenas olhares adocicados; depois um leve sorriso entre os dois e, ao se acabar a última parte da fita, o almofadinha cumprimenta a melindrosa, acompanha-a, depois à Bijou, tomam juntos o bonde, embora que aguardem ainda uma pequena distância. Afinal exma.. Sr., a melindrosa acompanhada da mãe, salta a porta da residência e acompanha com a vista, o fliteur impertinente, que olhando sempre para trás, desaparece numa curva<sup>101</sup>. (DUARTE, 2000: 92)

---

<sup>100</sup> DUARTE, Eduardo. **Sob a luz do projetor imaginário**. Recife: Editora da UFPE, 2000.

<sup>101</sup> FIGUEIREDO, 1924. IN DUARTE, Eduardo. **Sob a luz do projetor imaginário**. Recife: Editora da UFPE, 2000.



Figura 06 - Cinema Royal, situado na Rua Nova (década de 1950)<sup>102</sup>



Figura 07 - Cinema Boa Vista<sup>103</sup>

Era o cinema modificando valores e costumes sociais, servindo como exemplo das mudanças advindas com a modernidade. Diante de profundas transformações no cotidiano da cidade, as próprias relações de poder passam a ser repensadas e até mesmo criticadas, particularmente as relações de gênero que acabava por ressaltar ainda mais a divisão entre os sexos. Uma vez que, desde a Antigüidade, as relações de poder na vida em coletividade delimitavam os espaços onde homens e mulheres poderiam conviver, onde ser homem público era uma honra, enquanto ser uma mulher pública era uma vergonha. “Uma mulher em público está sempre deslocada”, diz Pitágoras. Para as

---

<sup>102</sup> Fonte: [www.memorialdepernambuco.com.br](http://www.memorialdepernambuco.com.br) acesso em 17/06/2008

<sup>103</sup> Idem.

mulheres cabia o privado e seu coração, a casa. Para os homens, o público e a política, seu santuário<sup>104</sup>. Entretanto, historicamente, teme-se a intrusão das mulheres na política, ou seja, na vida pública, pois simbolicamente sempre tiveram sua representação relacionada a subversão e revoluções. As mulheres representavam a imagem daquilo do qual não se tem controle e teme-me sua insurreição.

Essa divisão de papéis e espaços sociais e políticos que historicamente reserva à mulher o local do privado e ao homem o do público passa a ser questionada. A mulher fora criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, sendo essa a sua vocação, dentro desse espaço ela é benéfica para a sociedade inteira. E, nas sociedades ditas republicanas, a diferenciação entre os sexos se traduz por uma divisão racional de papéis, onde a mulher está relacionada aos sentimentos, à paixão, e o homem estaria ligado à razão. Esse também é caso da democracia ocidental moderna.

Esse papel de “rainha do lar” era enaltecido e até mesmo “louvado” através dos meios de comunicação que delimitavam os limites dos domínios das mulheres, como mostra tão evidentemente as colunas e suplementos de jornais dedicados exclusivamente para as mulheres onde lhe era indicado os modelos de comportamento adequados para se garantir o sucesso em sua empreitada social, ou seja, o casamento:



*Sua atitude de hoje em diante será inteiramente outra. De você partirá a iniciativa de uma vida diferente da que você tem vivido até aqui. Seu marido se afasta cada vez mais de você; está nervoso, irritado, brigando por qualquer motivo. Pois bem; você vai melhorar esse estado de coisas, vigiando severamente suas palavras, suas atitudes – entenda bem – as palavras que você diz, as atitudes que você assume diante dele.*

*Em primeiro lugar, não pergunte NUNCA ao seu marido onde esteve até o momento de voltar para perto de você nem porque não procurou chegar mais cedo. Deixe-o à vontade.*

Figura 08 – Recorte do Suplemento Feminino<sup>105</sup>

<sup>104</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

<sup>105</sup> Fonte: Diário de Pernambuco, 04/01/1955

Aqui, temos uma seção do suplemento feminino onde mulheres respondem às questões de outras mulheres, e, nesse caso específico, trata-se de uma esposa aflita com o distanciamento do marido. Fica evidente, a partir dos conselhos dados que, independente de qualquer coisa, a culpa recai inteiramente sobre a esposa, como se só coubesse a ela a responsabilidade de “salvar” o seu casamento. E é através do seu autocontrole, de sua quase que cega obediência ao seu marido, o caminho para a paz matrimonial: “Deixe-o à vontade!”

Contudo, desde o final do século XIX, e mais acentuadamente na primeira metade do século XX, as mulheres se mexiam e viajavam, migravam e saíam de seus lares para as praças e passeios públicos, para os largos e logo estavam sendo absorvidas pelo mercado de trabalho capitalista. As fronteiras entre os sexos vão se deslocando e já não cabe mais falar e identificar com extrema clareza e certeza os âmbitos dos espaços da discussão do público e do privado entre homens e mulheres. Os ditos espaços públicos são espaços sexuados e as cidades chamavam as mulheres sem realmente acolhê-las.

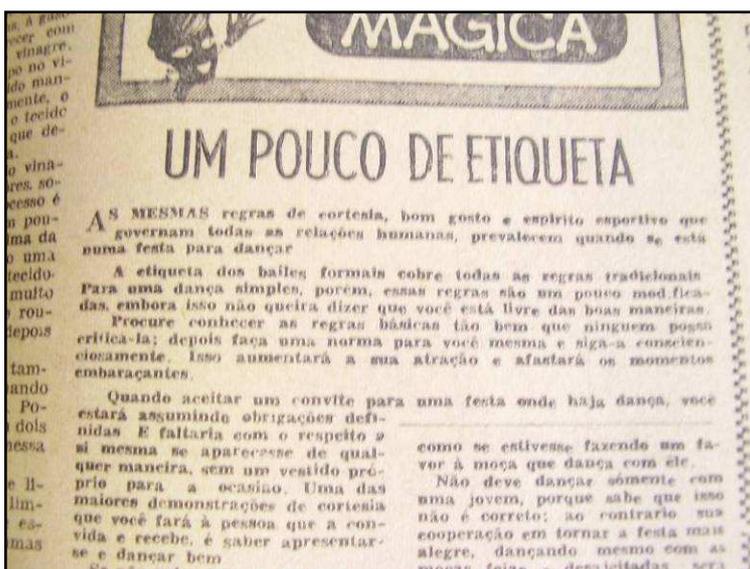
Se o Brasil acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e emancipação feminina – impulsionadas com a participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico -, também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade<sup>106</sup>. (DEL PRIORE, 2004: 608)

Embora nesse cenário as distinções entre papéis femininos e masculinos ainda perdurem nítidas, começam a se desintegrar sob a égide da moral sexual que ainda se fazia presente na sociedade do Recife da época. E o trabalho feminino, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e tido como inferior ao trabalho do homem, que seria o “chefe da casa”.

Portanto, as mulheres estavam, assim como os homens, circulando nas cidades, e eram presentes no cotidiano do Recife, mas também ali, regras as perseguiram, de como se portarem em público:

---

<sup>106</sup> BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. **IN História das Mulheres no Brasil**, (org) Mary Del Priore, Contexto, São Paulo 2004, p. 608



*[...] Quando aceitar um convite para uma festa onde haja dança, você estará assumindo obrigações definidas. E faltaria com o respeito a si mesma se aparecesse de qualquer maneira sem um vestido próprio para a ocasião. Uma das maiores demonstrações de cortesia a pessoa que à convida e recebe é saber apresentar-se e dançar bem.*

Figura 09– Recorte do Suplemento Feminino<sup>107</sup>

É certo que a modernidade veio a contribuir para as mudanças nas relações de convívio entre homens e mulheres, tanto dentro de suas casas, protegidas pela “cortina da privacidade”, quanto nas ruas; contudo, o século XX assistiu a um processo inusitado diante das inovações modernizantes onde, ao contrário do que se poderia imaginar, os espaços públicos adquiriram outra função perdendo o seu caráter de lugar das relações sociais e de trocas. “O espaço público é hoje mais um lugar de circulação do que de troca. Instáveis, os grupos neles se dissolvem rapidamente”<sup>108</sup>. Essa “instabilidade” ressaltada por Perrot e que bem define a fragilidade das relações de poder entre os sexos, reflete a atmosfera renovadora e repleta de possibilidades.

Multiplicavam-se os espaços de lazer e diversão nas cidades, ofertando cada vez mais possibilidades de contatos e relações e a vertiginosa velocidade da modernidade dava margens para que homens e mulheres se perdessem e se procurassem nas ruas, pontes, saguões de cinema, sorveterias e cafés na efervescente Recife da década de 1950.

Dessa maneira, as transformações modernas que modificavam a estética e os costumes cotidianos do Recife também atingiram diretamente os “caminhos” por onde homens e mulheres passavam e se relacionavam. A efervescência cultural da cidade

<sup>107</sup> Fonte: Diário de Pernambuco, 17/04/1955

<sup>108</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998; p.49.

também servia como “catalisadora” da diversificação dos espaços e alternativas de lazer para ambos os sexos. E as condições de vida nas cidades diminuíram muitas das distâncias entre homens e mulheres, práticas sociais do namoro à intimidade familiar também sofreram modificações. A urbanização, sem dúvida, modificou alguns padrões culturais.

(...) Distâncias maiores entre os locais de moradia, trabalho, estudo e lazer; os trajetos percorridos nos ônibus; a popularização do automóvel; as possibilidades de diversão diurnas e noturnas, como freqüentar (sic) piscinas ou praias, ir ao cinema, a festas bailes e brincadeiras dançantes, fazer o footing e excursionar propiciaram a rapazes e moças, a homens e mulheres uma convivência mais próxima<sup>109</sup>. (DEL PRIORE, 2004: 621)



Figura 10 - Praia de Boa Viagem na década de 1950<sup>110</sup>

<sup>109</sup> BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. IN **História das Mulheres no Brasil**, (org) Mary Del Priore, Contexto, São Paulo 2004.

<sup>110</sup> Fonte: FUNDAJ

E a permanência das mulheres na esfera pública passou a ter novas possibilidades e especificidades que iam de acordo com idade, estado civil e classe social. É certo que as mulheres de classes mais baixas, pela necessidade financeira, precisavam estar mais nas ruas, negociando o seu sustento e de sua família, circulando nos mercados ou nas ruelas. Transitando entre o lar e a rua, quando trabalhavam de domésticas, estando muitas vezes mais expostas que aquelas de uma classe social mais abastada. E até mesmo o espaço do privado para mulheres mais pobres estava diretamente ligado ao público, uma vez que as condições de moradia nos empilhados cortiços não lhes garantiam muita privacidade, fator indispensável para a esfera privada. E os horários de trabalho e circulação pública eram diferenciados, lhes permitindo “provar” novas experiências, embora ainda na década de 1950, a moral feminina estivesse diretamente relacionada com a sua sexualidade.

Também as senhoras casadas gozavam de mais “liberdade” que as moças solteiras e casadoiras, pois os valores sociais, as exigências da vida em coletividade já haviam lhe alcançado e, de alguma maneira elas já estavam “quites” com a sua “obrigação” social enquanto mulheres, a de constituir família e por ela zelar.

Para as moças solteiras e de “boa família” existiam até mesmo normas e manuais de boas maneiras que diziam como deveriam se portar em público e até mesmo para conquistarem o seu futuro marido. E as publicações femininas multiplicavam-se e disseminavam a diferenciação sexual predominante na sociedade da década de 50. *Jornal das moças, Querida, Vida Doméstica, Você, O Cruzeiro*, e tantas colunas femininas de jornais traziam imagens de mulheres e de homens e o modelo “ideal” de família.



Figura 11 – Matéria do Suplemento Feminino<sup>111</sup>

Em uma matéria destinada as mulheres e que trata de um caso de divórcio, as colunistas tentam exemplificar os erros cometidos por maridos e esposas que acabam culminando com o fim da felicidade conjugal e levam a falência do casamento.<sup>112</sup> Publicações como essas serviam como conselheiras e fontes importantes de informação e lazer – já que a TV ainda era incipiente na maioria dos lares -, e essas revistas influenciaram muitas mulheres e sua forma de pensar, servindo de instrumentos sociais reguladores, mas que também denunciavam as influências das mudanças sociais vividas – e algumas também promovidas – por essas mulheres.

[...] há brinquedos básicos que falam o idioma da humanidade inteira, e para estes não há possibilidade de passar da moda nem de época [...] uma menina é uma pequena mãe, e uma boneca sempre terá guarida em seus braços [...] um menino estará sempre por aquilo que atrai sua destreza desportiva [...] <sup>113</sup>.

Com essas “instruções” tais publicações procuravam ditar as regras de postura, atitude e comportamento que as mulheres, desde meninas, deveriam tomar para assegurar que a sua honra e a sua virtude lhes possibilitassem um bom casamento e uma cômoda aceitação social. Sendo assim, o cotidiano das cidades “modernamente”

<sup>111</sup> Fonte: Diário de Pernambuco, 10/04/1956

<sup>112</sup> Suplemento Feminino do Diário de Pernambuco, 10/04/1956

<sup>113</sup> Jornal das Moças, 08 jun. 1953. Circulação nacional disponível na Biblioteca Estadual Castello Branco

constituídas, estava sendo sacudido pelas transformações estéticas, culturais e sociais. E as modificações nas relações entre os sexos refletiam nitidamente esse momento tão singular da cidade.

Dessa maneira, o Recife moderno da década de 1950 e início da década de 1960 era plural e precursor de tendências, a intelectualidade estava preocupada com o social e a inclusão cidadã, o próprio Estado buscava oferecer alternativas de diversão e lazer para praticamente todas as classes sociais, inclusive aqueles excluídos das decisões e da vida pública. Nesse sentido, a mulher, tida como o sexo frágil, a dona do lar, cidadã de segunda classe passou a fazer parte desse processo em ambos os lados sendo “objeto” e agente dos projetos alternativos de uma cidadania para o povo. Promovendo, assim, uma possível releitura do seu papel enquanto mulher, mãe, artista e intelectual.

### 3- “NÃO SE NASCE MULHER, TORNA-SE MULHER”: (RE)PENSANDO OS PAPÉIS FEMININOS E AS RELAÇÕES DE PODER ATRAVÉS DO OLHAR DE MULHERES

#### Autoretrato de Mulher

De mim  
Vês o sorriso  
A cor do vestido  
E um ar de que se encontra  
Em permanente trânsito...  
Pensas, com isto, compor o meu retrato! (...)

Maria do Carmo B.C. de Melo

Compor o “retrato” da mulher no Recife dos anos 1950 e início da década de 1960 apresenta singularidades, uma vez que não devemos incorrer no erro das generalizações. Buscamos analisar o ser feminino de uma específica classe de mulheres que, dentro dessa mesma classe, apresentam multiplicidades. Isso torna a nossa tarefa ainda mais complexa, mas não menos interessante.

No nosso percurso, procuramos compreender o que era ser ou tornar-se mulher a partir da análise das vivências pessoais e profissionais das cinco protagonistas escolhidas para essa pesquisa. Entretanto, com isto, não procuramos compor um retrato das mulheres aqui escolhidas. Isto porque não podemos partir de pressuposições anacrônicas que poderiam nos levar a caminhos confusos e dispersar as nossas intenções.

O caminho escolhido para realizarmos esse objetivo é problematizar suas atuações e o seu trânsito entre os espaços públicos e privados e, a partir de suas falas, analisar a construção do papel feminino, como elas percebiam o ser mulher e como se davam as relações de poder entre os gêneros. Mas essas mesmas relações passaram a ser revistas, repensadas e, por elas mesmas, criticadas.

Não nos atemos apenas às suas atuações na vida pública, mas em suas vivências na vida privada. Na família e no lar. Suas prioridades, frustrações e paixões permearam suas falas, ora exaltadas, ora saudosas e reflexivas, e foram retomadas em nossa pesquisa. Emocionou-nos a “viagem” que pudemos presenciar através de suas memórias. Gratificante observar o fechar de olhos, por breves segundos, nos mergulhos em lembranças felizes, e outras nem tanto. Tornamo-nos cúmplices de suas aventuras,

certas peripécias e até mesmo de segredos que, a pedidos, serão preservados apenas em suas memórias.

Toda essa incursão se deu durante um período onde a atmosfera de possibilidades de mudanças pairava no ar da cidade do Recife. Essa sensação esteve presente nas falas de nossas cinco entrevistadas, pois elas percebiam a cidade como um pólo cultural no qual, apesar das dificuldades e desigualdades sociais, acreditava-se ser possível uma mudança.

Mudança essa que estava muito além das vistas e percebidas nas novas e arrojadas edificações, nos velozes automóveis ou nos sons e imagens do cinema. Eram mudanças de valores, de atitudes, de posturas sócio-culturais que refletiam as transformações que aconteciam no mundo contemporâneo.

“É tudo muito diferente!” “Mudou demais!” Frases repetidas em nossas entrevistas/conversas que, por vezes, refletiam certo ar de pesar, de quem ainda vivia os conflitos e privilégios de ter podido observar e viver as transformações pelas quais a nossa cidade do Recife passou.

(...) Há espaços vazios de mim;  
Construo-me, também, do que não sou.  
Nessa minha dubiedade  
Dilato-me  
Apreendo realidades  
E contraio-me toda,  
Entre meus medos.  
Sou dúvida quase sempre.  
Algumas vezes, certeza. (...)  
Idem.

Analisando suas experiências, sonhos, paixões, medos e aventuras, podemos pensar a concepção de gênero que hoje “delimita” o sujeito, pois cremos que as relações de gênero nos idos das décadas de 1950 e 1960 continuaram antecipando esse discurso da diversidade, essa representação de mulher e de homem plurais em suas práticas e escolhas.

É a partir da subjetividade e da percepção de uma identidade que se constrói ou até mesmo se adquire, que pautaremos a nossa análise acerca das (novas) relações de poder entre os gêneros com foco no papel/vocação da mulher, utilizando essas mulheres aqui escolhidas que atuaram ativamente em suas vidas e nos projetos/processos nos quais participaram.

Para além dessa percepção, tentamos entender a constituição do ser intelectual feminina, uma vez que todas elas aqui escolhidas, ocuparam funções, ou agiram de acordo com a intelectualidade da época. Percebemos, em seus discursos, que essa atuação existia, embora quase todas não tenham se reconhecido enquanto intelectuais. Começamos a problematizar esse não reconhecimento devido à própria sociedade e mentalidade da época. As nossas mulheres, por vezes, não se sentiam sendo intelectuais, pois tal atividade parecia estar diretamente ligada ao homem.

Sendo assim, um de nossos objetivos tornou-se fonte de contribuição para o nosso propósito maior, o de entender o ser mulher desse período, através da atuação de determinadas mulheres, de uma determinada classe social, que faziam parte de determinados movimentos e ou instituições. Mas por que essas mulheres em especial e não outras? Em nossa pesquisa inicial pensamos em abordar mulheres que, de alguma maneira, tivessem se destacado em suas profissões e ações. Decidimos por uma pluralidade de “individuas” para que pudéssemos abranger o máximo possível de possibilidades de análise. Dessa maneira, temos artistas, intelectuais, professoras, militantes políticas que em comum têm o gênero ao qual “pertencem” e as práticas sócio-culturais vivenciadas entre o público e o privado.

É certo que existem outras que poderiam figurar nessa lista, mas aqui, em um trabalho dissertativo, que nos impõe algumas limitações de tempo e aprofundamento, assumimos as escolhas feitas por acreditarmos que elas serão suficientes para a contribuição da análise acerca do papel feminino dentro das atuais discussões dos estudos de gênero e da história das mulheres.

É percebido que não assumimos posições políticas determinadas, pois esse não é o nosso objetivo, para tanto basta analisar a diversidade de instituições e movimentos abordados: a proeminente Faculdade de Direito do Recife, produtora de intelectuais das mais variadas linhas e posturas; o Teatro de Amadores de Pernambuco, que se preocupava com certa “elitização” da cultura e atingia classes sociais específicas da população da cidade; o Partido Comunista, mas apenas como “pano de fundo” para entendermos as vivências e práticas de uma de nossas protagonistas; e, por fim, o Movimento de Cultura Popular que tinha seus objetivos político/pedagógicos bem delimitados.

Aparentemente, tais instituições tão díspares entre si não poderiam figurar em um mesmo trabalho analítico, mas podem ser ligadas a partir da escolha de algumas de

suas integrantes que têm suas similaridades e singularidades enquanto artistas, ativistas, professoras, intelectuais e, acima de tudo, mulheres.

(...) Ouve ainda:  
Dura escrita é esta:  
(...) Pára!  
Estou exausta das sequências  
Diverso é meu ritmo:  
Meu tempo, meço por quilômetros de gerânios amarelos  
E sou dada, ainda, a ações inusitadas  
Construo receptáculos (selados)  
Para conceitos não definidos;  
E trago nas mãos, ramalhetes de palavras  
Ainda não germinadas. (...)  
Idem

As palavras serão agora germinadas com breves relatos de vivências de nossas protagonistas a fim de mergulharmos em seus universos para que possamos conhecer e analisar suas experiências enquanto mulheres, assim como a sua contribuição para a História da cidade do Recife e suas próprias.

### 3.1 Bernadette Pedrosa

(...) E Bernadette Pedrosa, a mais nova das docentes do GP, ambos impulsionaram os meus primeiros passos intelectuais. A Bernadete, até hoje nossa amiga, mestra e musa, agradeço meu modo crítico de pensar e de defender com convicção as liberdades.<sup>114</sup>

As palavras contidas nessas breves linhas podem sintetizar a ação e a representatividade da pessoa da Professora da Faculdade de Direito do Recife, Bernadette Pedrosa. A admiração e o carinho compartilhados por aqueles que foram seus alunos ilustram a sua importância e impulsionam ainda mais a nossa pesquisa acerca da sua história e de sua contribuição enquanto acadêmica, mulher e intelectual.

Maria Bernadette Neves Pedrosa, filha de Luis de Araújo Pedrosa e Auta Neves Pedrosa, nasceu em 16 de maio de 1931. Paraibana de nascimento e pernambucana de coração, veio para o Recife após uma passagem pelo Pará, devido à profissão de seu pai que era fiscal de posto de consumo (atual fiscal federal). Nem seu pai, nem sua mãe possuíam educação superior, mas ela orgulha-se do autodidatismo de Seu Luis Araújo, que sempre incentivou os filhos à leitura e aos estudos.

Passou pela Escola Normal e findou sua educação secundária no Instituto de Educação de Pernambuco - IEP (antigo Ginásio Pernambucano) e partiu para o bacharelado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife (atual UFPE). Formou-se em 1953. Em seguida licenciou-se também em Filosofia e tornou-se bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1959 onde também fez a pós-graduação (mestrado e doutorado incompleto).

Iniciou sua carreira como professora trabalhando na área de Educação, lecionando as matérias de História e Filosofia da educação; Sociologia educacional; Moral e Cívica, Ciências Políticas entre outras (vide currículo completo em anexo). Começou no Colégio Moderno, ainda em 1955, passando pelo IEP, entre outros, até chegar à docência na FDR. Nesta instituição, foi Instrutora de Teoria Geral do Estado, em 1963, tornando-se, assim, a primeira professora mulher da “Casa de Tobias Barreto”, como era carinhosamente conhecida e chamada a FDR por seus “filhos” e por aqueles que dela faziam parte. O pioneirismo acompanhou Barnadette não só na FDR, ainda no IEP também fora a primeira mulher a lecionar. Já na Faculdade de Direito do

---

<sup>114</sup> Antônio Falcão para artigo do Diário de Pernambuco de 22/12/2008.

Recife desafiou os paradigmas daquele “templo” quando, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Criação Judicial do Direito*, problematizou e defendeu a idéia de que os juizes criavam o direito ao qual faziam.

Bernadette voltou toda a sua vida para o trabalho e o seu aperfeiçoamento. Enquanto professora, sempre se pautou na moral e ética que constantemente ditaram a sua prática enquanto professora e advogada. Sempre chamou a atenção de seus mestres que a indicavam e convidavam para trabalhar com eles. Esses mesmos ‘eles’ que são tão enaltecidos por ela, em nossas conversas. Como foi o caso de Sizenando Silveira, um de seus primeiros e admirados mestres:

Eu tomava meu ônibus, uns ônibus horrorosos, ali na esquina da Ramiro Costa. Então, a partir daí eu ia com o Dr. Sizenando Silveira, que era pai de Pelópidas Silveira e foi meu professor na escola normal. Foi ele quem me introduziu lá e nós íamos – eu me lembro tanto, era um homem extraordinário – o fraco dele era literatura portuguesa, ele ensinava português na escola normal. Fui sua aluna e ele me convidou para lá (escola Normal) ele estava instalando o curso de formação de professores do colégio moderno. Quando nós pegávamos o ônibus juntos, na volta era uma coisa horrível, os homens caindo aos pedaços, e eu era bem magrinha e o Dr., Sizenando querendo me proteger. Eu dizia “Não se preocupe comigo Dr. o Sr não precisava vir nesse horror desse transporte. Seu filho é prefeito da cidade.” Ele dizia “Não Bernadete, o cargo de Pelópidas é oficial e não é para servir para assuntos particulares, mesmo que seja ao pai”. Era um homem muito sério.<sup>115</sup>

Podemos perceber a admiração estampada nas palavras, assim como no “ar”, de Bernadette ao lembrar-se da atitude de seu mestre, um cavalheirismo cuidadoso que, a nosso ver, lhe acompanharia também na FDR, onde o ‘cuidado’ para com as moças também nos foi relatado por Maud Perucci. Começamos a perceber a relação que permeou o convívio de Bernadette com o sexo oposto: Profissionalismo e respeito, além do reconhecimento por parte desses para com as habilidades e capacidades dela.

---

<sup>115</sup> Depoimento colhido numa entrevista com a professora Bernadette Pedrosa. Recife, 05/2009



Figura 12 - Bernadette Pedrosa<sup>116</sup>

Essa relação também se repete quando é convidada a lecionar na FDR:

Então quase na mesma época eu fui levada para escola normal, depois para o estadual de PE depois fui para a FDR, como auxiliar do Prof. Lorival Vila Nova e dei aula na pós-graduação em direito. E essas atividades todas eu conseguia coordenar ainda enquanto estava terminando o período de mestrado.<sup>117</sup>

Aqui se evidencia a sua total entrega e dedicação à sua profissão, o que lhe tomou, por escolha, o casamento e a maternidade. Sempre muito discreta e comedida em sua postura – sempre com o cigarro elegantemente em punho – ela nos relatou, mas não sem certo pesar que, na época de suas “multiatividades”, não sentia a necessidade do casamento ou tão pouco a presença de filhos. Mas hoje, beirando os 80 anos de idade, nos confessou que às vezes arrepende-se de não ter tido filhos, pois se sente só.

Cabe aqui um paralelo entre a sua função de professora e a maternidade não realizada, uma vez que essa atividade era muito bem vista e indicada para as mulheres, já que representava uma extensão do papel da mãe, que cuidava e educava os futuros cidadãos. Quando perguntada sobre a vocação da mulher e sua essa relação com a educação naquele período, ela não confirmou explicitamente, mas nos disse que “nessa época, até no interior já se admitia mulher professora. Minha vó teve uma escolinha em

---

<sup>116</sup> Fonte: Coleção particular de Bernadette Pedrosa

<sup>117</sup> Depoimento colhido numa entrevista com a professora Bernadette Pedrosa. Recife, 05/2009

minha cidade e todo mundo a respeitava.”<sup>118</sup> Uma mulher respeitada por que era professora e mestra. Essa transferência tornou-se ainda mais acentuada quando, orgulhosamente, Bernadette nos relatava suas experiências enquanto professora e falou de sua época lecionando no famoso Curso Torres de preparação para a faculdade de direito. Ela nos disse:

Da turma que eu ensinei e passaram 60 alunos. E então Torres me perguntou, na frente dos alunos, como é que eu me sentia. Eu disse: “Como é que pode se sentir uma mulher que concebeu e pariu 60 filhos em um dia?” Ai ele achou aquela fala fantástica e os meninos me aplaudiram, me abraçaram. Muitos deles são hoje grandes advogados.<sup>119</sup>

A fala da professora/mãe orgulhosa também veio à tona em vários outros momentos de nossas entrevistas:

(...) veja, eu só não tive ainda ex-aluno presidente da república, mas em todos os cargos eu tive ex-aluno, E alguns mantêm relação comigo muito afetuosa e eu gosto muito. Por exemplo, o deputado André de Paula, sempre se comunica comigo e é uma pessoa extraordinária de seriedade. Então eu tenho alunos espalhados em todas as funções, como eu disse uma vez quando recebi o título de Professora emérita da universidade.<sup>120</sup>

Seu orgulho não era nem pode ser considerado desmedido, pois sua ousadia percebida e assumida representou um marco na história da FDR e para a própria história das mulheres pernambucanas. Mas, tal ousadia, aparentemente, não lhe trouxe dificuldades de trabalho; bem como o seu gênero, mas lhe impeliu a demonstrar toda a sua capacidade:

Não sofri nenhum tipo de preconceito ou discriminação aparente, por estar atuando em um espaço masculino. Mas sentia que todos me observavam para ver e constatar se eu era capaz ou não de estar ali, dividindo aquele espaço com eles<sup>121</sup>.

---

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> Idem.

<sup>121</sup> Idem

Uma vez que aquele era um espaço de sociabilidade e convivência da intelectualidade masculina da cidade do Recife e do Nordeste. Nossa entrevistada reconhecia isso e sabia que, para alguns, poderia representar uma “afronta”. Já que o trabalho com o intelecto era coisa para homem. Como se acreditava na época.

A desconfiança poderia estar velada, mas era tática: um desconforto com a presença dessas mulheres em seus espaços. A professora nos conta que bastava adentrar ou aproximar-se de algum grupo de jovens estudantes ou mestres que o tom da conversa mudava. Uma forma de preservação? Ou uma indicação do estranhamento da presença delas nos espaços deles?



Figura 13 – Participação em mesa redonda FDR<sup>122</sup>

Bernadette, apesar de reconhecer o seu pioneirismo e admitir ousadias, em momento algum se referiu a si mesma enquanto uma intelectual. E quando perguntada se ela concordava com o fato de pouco existirem mulheres intelectuais, ou seja, que produzissem o conhecimento, ela nos disse que “havia mais na área de literatura, mais obras de mulheres na literatura, que publicavam contos, poemas.”<sup>123</sup> Mas, segundo ela, o que poderíamos chamar de intelectualidade feminina, só poderia ser identificada mais para frente, quando as primeiras partiram para estudar fora do país.

Hoje, olhando para o passado, reconhecemos a Professora Bernadette Pedrosa como uma importante intelectual do Recife, mas essa idéia não lhe cabia à época. Fruto

---

<sup>122</sup> Fonte: Coleção particular de Bernadette Pedrosa

<sup>123</sup> Idem.

da mentalidade do período? Das relações de poder existentes nos corredores da Faculdade de Direito do Recife?

Mas até esse “recinto” da masculinidade teve de se render à feminilidade e à inteligência de mulheres como Bernadette Pedrosa e Maud Perucci, a nossa próxima protagonista.

(...) Digo-te:  
As coisas eram  
Mas eu fiz serem mais,  
Quando foram elas em mim. (...)  
Idem.

### 3.2 Maud Perruci

- Quando você nasceu?  
- Eu não nasci já caí pronta no mundo.<sup>124</sup>

Essa frase emblemática e cheia de subjetividades é a epígrafe do livro de Maud Perruci, adaptado de sua tese de doutorado sobre a dura realidade e as implicações da criminalidade feminina em Pernambuco. Com esse trabalho, publicado bem depois de nosso período de estudo, podemos começar a conhecer essa outra mulher singular, escolhida para fazer parte de nossa pesquisa. Vale salientar que muito da produção acadêmica e intelectual de Maud é posterior a 1964, mas decidimos tomá-la como referência, pois suas contribuições teriam origem na jovem entusiasmada que não temia trabalho algum e que figurava no corpo discente da FDR durante o nosso período de pesquisa.



Figura 14 Maud Perruci <sup>125</sup>

Sempre tentei ganhar uns trocados e eu dava aulas particulares; apesar de não ter muita paciência, eu tentava fazer isso. Quando entro na faculdade, já começo a trabalhar logo no segundo ano, porque eu me candidato com minhas notas na parte de direito penal.<sup>126</sup>

A sua formação se deu com o bacharelado em Direito pela FDR, além de ter estudado Ciências Políticas na Universidade de Paris VIII. Foi mestre e doutora em Direito, tendo se tornado professora da Faculdade de Direito do Recife atuando

---

<sup>124</sup> Frase de uma condenada da Colônia Penal Feminina. PERRUCI, Maud Fragoso de Albuquerque. **Mulheres encarceradas**. São Paulo. Editora Global. 1983.

<sup>125</sup> Fonte: Coleção particular de Maud Perruci

<sup>126</sup> Depoimento colhido em uma entrevista com a professora Maud Perruci, Recife. 05/ 2009

principalmente nas cadeiras relacionadas ao direito penal, a sua paixão. E foi nessa área que começou atuando, ainda enquanto estudante, marcando uma postura pioneira ao trabalhar em um departamento antes nunca experimentado por mulheres:

Fui selecionada e só tinha eu de mulher trabalhando com outros rapazes. Agente trabalhava no sistema penitenciário. (...) Quando entro na faculdade eu começo logo em seguida a trabalhar no “Patronato dos Liberados” Um órgão junto ao sistema penitenciário de PE e que tinha por objetivo uma assistência dos liberados. Eu ficava com a parte das mulheres. As mulheres que tinham um livramento condicional, ou que tinham direito de ir para casa. Eu sempre estava acompanhando.<sup>127</sup>

Essa sua experiência prática com os casos das detentas inspirou-a a pesquisar cada vez mais a fundo suas realidades e a sua tese de doutorado foi um marco pioneiro na instituição, pois aliava a vivência prática à teoria academicista e formalista da FDR – que foi criticada por Maud em nossas conversas:

Nas aulas de introdução com J.J. Almeida – depois com seu filho – não era admitido rapazes sem paletó e gravata. Por isso que as moças também se apresentavam bem arrumadas. Um formalismo. Que também tinha um lado negativo, pois saímos muito ignorantes na prática, na coisa processual. Principalmente quem não fizesse uma atividade paralela, de fórum.  
(...) Era teoria e mais teoria. Basta dizer que eu fui a primeira a entrar com essa coisa da pesquisa, e não fui bem aceita no princípio.<sup>128</sup>

Quanto a esse problema da aceitação de sua abordagem, não conseguimos perceber nada relacionado às questões de gênero, uma vez que Maud sempre nos relatou que não via ou percebia nenhum tratamento diferenciado para com as mulheres da época. Pelo menos nada que pudesse pôr em prova a capacidade feminina de atuar nos mesmo espaços que os homens. Embora, em alguns momentos, tenha trazido um pouco do ranço da desigualdade entre os sexos, quando disse que “você vê que a mulher tem que fazer “x” e mais “Y” para poder galgar algo... ainda vejo isso. Uma sociedade patriarcal.”<sup>129</sup> Essa sua percepção do patriarcalismo foi de extrema importância para nos ajudar a perceber e enxergar o período de 1955 a 1960 pelos olhos de uma mulher que viveu e experimentou aquela época.

---

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> Idem.

Uma mulher que percebia a sociedade na qual vivia. Uma pioneira em suas atividades e uma profissional de extrema inteligência que conseguiu aliar às suas atividades profissionais com o casamento e a maternidade. Ainda enquanto estudante da FDR conhece o seu marido, Gadiel Perruci, notado intelectual pernambucano que fora integrante do Gráfico Amador e com quem teve dois filhos, Artur e Marília.



Figura 15: Maud e seus filhos

Mãe e esposa devotada, ela acompanhava seu marido e cuidava de seus filhos, mas não deixava de aproveitar sua vida e suas viagens. Não deixando de trabalhar e contribuir. Maud define-se como uma mulher prática e objetiva e esse seu discurso influi curiosamente na sua percepção dos papéis de homens e mulheres a partir da sua análise do que eram os intelectuais, tanto masculinos como femininos. Começamos com a sua percepção do universo da FDR e as relações entre homens e mulheres quando perguntada se havia ou não diferença no tratamento das mulheres:

Não, eu acho que, para se comparar com os dias atuais, havia mais assim – eu acho – cavalheirismo. Aquela coisa do rapaz que deixa a moça passar, que abria a porta e certos gestos da educação formal, se via mais. Hoje em dia, não. Quer dizer, há muito tempo não se vê. Havia até uma certa coisa de proteção entendeu? As mulheres eram “conhecidas”. Sabia-se a “fulana” de onde era. Então, eu achava um círculo de proteção em torno das moças. Digamos umas 10, 12 numa turma de 50, então isso fazia uma diferença muito grande.<sup>130</sup>

---

<sup>130</sup> Idem.

Não existia menosprezo ou dúvida da capacidade intelectual, segundo ela, mas reproduzia-se a idéia da fragilidade feminina que suscitava um constante cuidado e denotava uma afirmação, mesmo que velada, da “superioridade” masculina que não poderia ser explicitada, mas que estava imbricada nas práticas do chamado “cavalheirismo” masculino.

Porém, Maud, ao sair da FDR, passou a freqüentar outros espaços de socialização, inclusive levada por seu companheiro Gadiel. Como é o caso das reuniões do Gráfico Amador:

Era um pessoal muito intelectualizado, esse lado. Que era o lado do Gráfico Amador: Gastão de Holanda, Orlando Ferreira, Sebastião Uchôa Leite, muito próximo a nós. (...) João Alexandre, Ariano Suassuna que já ia pouco à época que eu comecei a freqüentar, mas também a casa dele.<sup>131</sup>

Aqui pudemos observar a leitura feita por Maud do que era ser um intelectual e do quanto ela se sentia bem ao frequentar esse espaço. Contudo, ela também procurou nos ressaltar que, além de admirar o lado “contemplativo” desses espaços intelectualizados, ela – por ser uma mulher prática – também gostava de freqüentar reunião de mulheres para discutir assuntos de culinária, coisas da casa.

E quando perguntada se ela se considerava uma intelectual, sua resposta não poderia ser menos original:

Ai é que está! Às vezes eu achava que era, mas também poderia ser um meio termo, já que eu tinha amigos bem diferentes. Convivia bem com os dois lados. O pessoal de medicina, que é bem politizado, e eram bastante práticos. Então isso me puxava mais para esse lado prático. Minha afetividade por gente que eu tinha desse lado que preservei.<sup>132</sup>

E continua, além, quando questionada se não considerava o papel do intelectual uma coisa prática, fazendo assim uma rica analogia de gênero:

Se bem que as mulheres também eram práticas. Mas assim sempre se deu esse papel para a mulher. Porque naquele tempo o homem poderia fazer ainda – pelo menos os mais velhos – se deleitarem no pensamento. E quanto às mulheres, alguém tem que assumir o “feijão

---

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> Idem.

com arroz”. O que eu quero fazer entender é que, eu não menosprezo – em nenhum momento – as coisas práticas que uma mulher faz.<sup>133</sup>

Em seguida, ela parte para uma brilhante conclusão do seu papel social de mulher e de intelectual:

Não sei o que é um intelectual. Um intelectual o que é? É aquele que gosta de ler? Isso eu gosto! É o que gosta de escrever? Isso eu gosto. O que cultiva o espírito. Que gosta de estar com as coisas atualizadas. Então você me diz: “Você é intelectual!” Mas também gosto da coisa de ir a uma cozinha, ver um prato, prestar atenção em uma receita. Eu gosto. Eu não menosprezo. Porque tem uma intelectual – claro – “chata” que acha que as outras mulheres que são donas de casa – tenho amigas que são exclusivamente donas de casa e eu convivo maravilhosamente com elas – Então o que é isso? Até outras que eu conheço que são intelectuais me perguntam “Como é que você agüenta o papo de ‘não sei de quem’”. Eu digo “eu gosto!” Eu transito bem quer dizer, não tenho problema.<sup>134</sup>

Com sua perspicácia ímpar, conclui com uma definição inusitada, mas que muito bem a define e, por que não, às demais aqui escolhidas?

Mas me sinto assim. Então, sou uma meia intelectual (sic) híbrida!

Híbrida! Misturando o intelecto com a praticidade. Síntese da sua vivência profissional e pessoal, o que, mais uma vez, a legitima a ilustrar o que era ser mulher, e não nascer mulher, como resumiu a detenta entrevistada por Maud.

Maud Perruci e Bernadete Pedrosa! O que as diferencia e possibilita uma análise de seus papéis enquanto mulheres foram suas escolhas pessoais/privadas. A professora Bernadette não se casou, nem tão pouco teve filhos, dedicando toda a sua energia ao trabalho. Já Maud casou-se cedo, com um jovem intelectual, e teve de dividir seu tempo e sua atenção entre os desafios da vida pública e das “obrigações” do espaço do privado. Mas, ambas, tão bem representaram a feminilidade e a intelectualidade femininas da época.

---

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> Idem.

### 3.3 Silke Weber – MCP

Como eu lhe disse, em minha família éramos muito incentivados a alargar o universo cultural e intelectual e o Recife também apresentava isso.<sup>135</sup>

Engajamento e intelectualidade! Essas palavras podem bem descrever a pessoa de Silke Weber, que vem aqui somar à nossa análise a respeito do ser mulher no Recife das décadas de 1950 e 1960, embora ela não percebesse um tratamento diferenciado por parte de seus colegas pelo fato de ser mulher. Contudo, sua postura e atuação foram de suma importância, até como um contraponto, para os nossos objetivos.

Filha de pai alemão e mãe brasileira, Silke, segundo sua própria perspectiva, “escapou” de ter uma educação mais limitada, pois seu pai pensou na possibilidade de ser usineiro o que proporcionaria a Silke e a seus irmãos uma educação menos a intelectualizada. Mas, sua mãe livrou-a desse destino:

Daí minha mãe quando percebeu o que seria viver em uma usina disse “não, não teremos nossos filhos num mundo inteiramente “rural”. Eu não quero que meus filhos fiquem a vida toda em um internato.” Com isso, eles vieram para Recife, quer dizer, eu já era nascida. Com isso, tivemos uma socialização muito rica, do ponto de vista cultural e artístico, em casa.<sup>136</sup>

A presença forte de sua mãe nos indica um pouco da personalidade ativa de nossa entrevistada e mostra a importância que sua família dava à educação voltada mais para o lado intelectual e cultural. Dessa maneira, percebemos os caminhos que levaram a jovem Silke a se engajar primeiramente no movimento estudantil e, depois, seguir seus caminhos de engajamento no Movimento de Cultura Popular.

Percebemos, ao longo da fala de nossa entrevistada, que a presença masculina foi forte em sua vida acadêmica e profissional, onde homens importantes tinham papel de destaque e de influência sobre Silke ao longo de sua trajetória.

---

<sup>135</sup> Depoimento colhido numa entrevista com a professora Dra. Silke Weber. Departamento de Sociologia da UFPE, Recife, 06/ 2009

<sup>136</sup> Idem.

Fiz meu curso na FAFIRE e entrei na JUC e no movimento estudantil e aí, bom, fui fazendo o meu caminho, tanto pelo lado estudantil quanto pelo lado profissional. Então, entrei em contato com professores como Cláudio Rocha, da área de psicologia, com quem estagiei por três anos e também com Paulo Rosas e Paulo Freire. Quer dizer, Paulo Rosas foi meu professor e terminou sendo um pouco aquele com quem eu me identificava mais porque ele ensinava psicologia social e mais adiante no MCP, eu encontrei com Paulo Freire, com quem eu estabeleci uma relação muito próxima, tanto de trabalho como pessoal, então eu acompanhei muitas coisas que ele produziu, eu, ainda enquanto estudante, metida à sabida (risos).<sup>137</sup>

“Estudante metida à sabida” essa auto-avaliação denota a percepção dela de sua diferenciada condição; condição esta que ela – em momento algum – relacionava com o gênero, mas sim com a sua educação diferenciada, proporcionada por seus pais com forte influência européia que, segundo nossa entrevistada, não diferenciava os sexos quanto às questões de educação. Logo em seguida, partiu para contribuir com o Movimento de Cultura Popular e a traçar seus caminhos enquanto uma intelectual engajada:

Paulo Rosas me convidou para trabalhar com ele no projeto de meios informais de educação, quer dizer, a minha tarefa era fundamentalmente fazer uma espécie de catálogo de livros para crianças, jovens e adultos. Quer dizer, adultos nem tanto, pois era mais para jovens e eram justamente os livros que estavam disponíveis e que haviam sido doados ou que seriam comprados e que poderiam enriquecer o universo cultural dos jovens, que seriam o principal público das praças de cultura. Então, eu inventei uma forma de catalogar esses livros, com uma resenha etc. E que se tornou uma experiência muita rica, pois alguns livros eu estava lendo, mas outros tantos eu passava a conhecer naquele instante, então foi um momento de enriquecimento muito grande. Ai Paulo Rosas foi para a universidade e eu fiquei coordenando o projeto meios informais de educação e mais adiante, então, quando terminei a faculdade, ele me convidou para participar também, no caso, no Instituto de Ciências do Homem, que ele havia criado para fazer cursos de especialização em psicologia, sociologia, história e direito.<sup>138</sup>

Aqui podemos perceber a sua consciência e definição do(a) intelectual que deveria ser responsável em proporcionar uma educação de qualidade para os menos desprovidos. Ratificando a idéia de missão da intelectualidade daquele período. Seu papel era o de claramente indicar as melhores leituras a fim de erigir o nível cultural dos jovens, que seriam o principal público das atividades de Silke no MCP. Ela também

---

<sup>137</sup> Idem.

<sup>138</sup> Idem.

percebia claramente que a atmosfera da cidade possibilitava o surgimento e a difusão de idéias e iniciativas como as do MCP.

A sua percepção do Recife é riquíssima para a nossa compreensão da atmosfera da cidade naquela época:

Recife era a parada obrigatória de grandes companhias de teatro de todo país e de concertos internacionais, uma diversidade de cultura musical, enfim, você tinha balé, tinha cinema, tinha concertos das mais diversas obras, orquestras (...) Nós assistimos a várias peças do teatro brasileiro de comédia, então... Tinha-se um clima cultural. Você tinha também o cinema, quer dizer, nessa época foi inaugurado o São Luis, mais adiante o Coliseu que tinha muitos filmes de arte. E tinham-se também grupos locais de teatro, de cinema, enfim, grupos locais de produção cultural nas várias áreas. Então, se tinha uma efervescência cultural muito grande. Tínhamos também um movimento estudantil muito ativo. O MCP, de certa maneira, cristalizou, ou melhor, catalisou – para ser mais precisa – esse tipo de vivência, de efervescência cultural.<sup>139</sup>

Mais uma vez, vemos a sua percepção do papel do intelectual, uma forma de ser intelectual que era vivenciada na época, não só pelos membros do MCP, mas por muitos outros movimentos que proliferavam nessa efervescente Recife. Havia um cenário de inovações político-culturais no tocante às iniciativas para a inclusão do povo no processo democrático, através de suas próprias vivências e experiências da cultura popular, da organização popular. Silke nos confirmou isso quando ressaltou a intenção concreta dessa intelectualidade para com o povo:

[...] mas por outro lado, tendo uma marca muito grande que era o compromisso com a maioria da população, quer dizer, justamente um momento que pretendeu fazer com que não somente aquilo que era produzido culturalmente pelo povo tivesse um espaço de apresentação e de visibilidade, mas também era o momento em que se tinha pretensão de socializar o que a humanidade produziu como cultura e como arte, por exemplo, a biblioteca da praça de cultura era um exemplo desses. Exatamente você tornar acessível Shakespeare, Jorge Amado, e assim sucessivamente, quer dizer, tornar acessível e discutir em grupos de leitura, círculos, fazer debates, conferências, fazer filmes associados. Então oferecer uma educação informal...<sup>140</sup>

---

<sup>139</sup> Idem.

<sup>140</sup> Idem.

Era uma defesa da quase obrigação que os intelectuais teriam para como o povo. Silke vai além, ao dizer que o MCP promovia um trabalho que visava certa elevação cultural desse mesmo “povo”, pois estavam:

Fazendo um trabalho que fizesse com que a cultura popular tivesse visibilidade, mas ao mesmo tempo – mediante toda uma visão dominada de que ela (cultura) seria um instrumento de tomada de consciência da história do Brasil, da história da dominação, da história da exploração e, por conseguinte, um veículo de tomada de consciência. Se acreditou muito nisso também.<sup>141</sup>

Mas não podemos deixar de ressaltar que essa é a leitura feita por nossa entrevistada, hoje, olhando para o passado e destacando de forma crítica e consciente, qual era o seu papel e o de seus colegas. Uma forma crítica, pois ela apontou questões que, na época, não foram problematizadas, mas que atualmente tornaram-se pauta de discussões e pesquisas acerca do MCP. Ela questiona-se a respeito dos reais objetivos do MCP para com a instrução e educação cultural de seu público alvo. Até mesmo sobre a metodologia de promoção da educação crítica objetivada pelo movimento: seria uma educação imposta?

Não sei se é só de forma crítica ou doutrinária. É bom também não esquecer, pois tem os dois lados da moeda. Crítica é uma coisa, doutrinária é outra. Então agente acreditava nisso, era a coisa do momento, então se tinha muito isso.<sup>142</sup>

Era uma fé quase inabalável quanto ao papel do intelectual que respirava e vivenciava de forma latente esse clima onde havia um compromisso de “fazer algo”, não de ficar inerte. Isso era vivenciado em todos os momentos, ou seja, as ações e as iniciativas tomadas demonstram justamente aquilo que se pode chamar de “espírito da época”. Havia os partidos políticos – particularmente o Partido Comunista, bem como o partido socialista, mas, para além dos partidos, havia uma mobilização civil até mesmo daqueles que se colocavam como católicos progressistas. Isso denotava uma prulalidade de pensamentos e idéias que “irmanava todas as iniciativas para fazer com que o país se tornasse um país justo.”<sup>143</sup>

Percebemos bem claramente qual a idéia que Silke tinha construído do papel do intelectual; suas narrativas só vêm a corroborar com o que já se tem escrito e pesquisado

---

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> Idem.

<sup>143</sup> Idem.

sobre a intelectualidade recifense da época. Já quanto à percepção do papel da mulher, em nenhum momento Silke nos indicou perceber uma diferenciação entre os gêneros nem tão pouco ter a consciência de que estaria modificando as convenções sociais para a mulher da época.

Contudo, ela não deixa de reconhecer que a sua realidade era diferente da maioria das mulheres de então. Admitindo que o grande questionamento da época era se as mulheres que queriam trabalhar fora de casa – ou seja, nos espaços públicos – conseguiriam conciliar essa atividade com as funções de mãe e esposa.

De fato, apesar de Silke nos dizer que não enfrentou disputas em relação ao poder e aos gêneros, ela convivia e pertencia a uma geração que preconizava e vivia a transição sócio/cultural que era experimentada no mundo ocidental. Não se questionava a capacidade da mulher, mas sim o seu “lugar” social, ou seja, onde ela deveria ser mais útil. As experiências eram singulares, mas existia um senso comum regido pela sociedade que ditava certas regras. E Silke nos confirma isso:

Agora isso, de fato, não era igual para todo mundo. Minhas amigas, minhas colegas não tinham essa, digamos, liberdade de andar no mundo público, mas eu sempre tive, aliás, agente era incentivado a fazer isso.<sup>144</sup>

Ela tinha claro que o “ser mulher” passava por certo papel educacional, ratificando a “construção” do status da mulher. Ela nos defendeu o papel da socialização, primeiro da família e depois da sociedade como um todo, que servia de reguladora dos modos e comportamentos esperados e estabelecidos.

Por fim, apesar de Silke Weber ser claramente uma intelectual, ela não enxergava uma diferenciação entre os gêneros quanto a essa função:

Agente não colocava essa questão de ser ou não mulher, agente atuava como estudante e como cidadão. Pelo menos é assim que eu vejo. Significava que tinha o papel, claro, de intelectual e de crítica, de participar de um debate. Quer dizer, nas várias áreas, na própria cultura de uma maneira geral. Mas era um debate que mexia e não por que se era ou não mulher. Eu não vejo por ai de jeito nenhum. Não era para mim, de jeito nenhum. Tanto que eu me lembro que fiz parte de uma pesquisa na França e a pergunta era “Quem sou eu?” E eu dizia sou humana!<sup>145</sup>

---

<sup>144</sup> Idem.

<sup>145</sup> Idem.

Ela não problematizou as relações de gênero em sua trajetória. Esse é nosso objetivo aqui, com essa pesquisa. E a participação de Silke Weber vem a enriquecer de forma singular a nossa análise, trazendo outra perspectiva da atuação feminina nos espaços de trabalho (públicos). Ou seja, uma jovem mulher engajada e intelectualizada, oriunda de uma família alemã, que incentivou sua formação profissional e que não lhe impunha limite para o ser mulher.



Figura 16 - Professora Silke Weber<sup>146</sup>

---

<sup>146</sup> Fonte: <http://lattes.cnpq.br/>

### 3.4 Geninha da Rosa Borges

(...) Dr. Waldemar (de Oliveira) tinha uma frase que dizia assim: “Elas sobem no palco para receber o diploma de datilografia, mas não pisam nele para fazer teatro!”<sup>147</sup>

Tal afirmação de um dos nomes mais importantes do teatro pernambucano, Valdemar de Oliveira, acerca da participação das mulheres em peças teatrais, serve-nos para abriremos as apresentações à Geninha da Rosa Borges, a nossa Dama do Teatro Pernambucano e uma referência enquanto artista profissional e amadora e, acima de tudo, como mulher.

A mulher, Maria Eugênia da Rosa Borges, nasceu no bairro da Boa Vista, Recife, em 21 de junho de 1922. Filha de um amazonense e uma carioca, ainda na infância teve seus primeiros contatos com atividades culturais no Colégio São José, onde estudou. Geninha formou-se em Letras Anglo-germânicas e em Pedagogia, ambas pela Faculdade de Filosofia do Recife e fez cursos de pós-graduação em Tele-educação, nos Estados Unidos e no Japão, o que denota a sua diversificação de talentos e o seu ecletismo profissional.

A atriz estreou em 1941, com um grupo de moças da sociedade recifense que encenou a peça “Noite de Estrelas”, para ajudar um hospital. Nesse tipo de teatro “beneficente”, ou seja, amador e ocasional, a participação feminina era aceita, como nos informou Geninha. Aqui, já podemos analisar a perspectiva que a sociedade da época tinha acerca das mulheres enquanto atrizes. De uma forma delicada, a “informalidade” das peças beneficentes, geralmente com homens e mulheres que não tinha a atuação como ofício, denotava certo conservadorismo quanto ao papel de mulher pública: aquelas que subiam ao palco e se apresentavam para o público. Uma vez que “Só se fazia teatro aquelas mulheres de revista para homens”!<sup>148</sup> Daí, certamente, provinha o receio da participação feminina atuando de ofício:

---

<sup>147</sup> Depoimento colhido em uma entrevista com Geninha da Rosa Borges, Recife.05/2009

<sup>148</sup> Idem.

Quando era um show beneficente as mocinhas poderiam participar. Fui levada por minha madrinha, Anita Guimarães, uma mulher muito influente na sociedade. (...) Eu não tinha namorado nem nada, mas sempre tive “jeito”, desde a escola de freiras.<sup>149</sup>

Na platéia de Noite de Estrelas estava Valdemar de Oliveira que se encantou com o seu desempenho e a levou para integrar o grupo fundador do Teatro de Amadores de Pernambuco (TAP). Sua estréia se deu devido à sagacidade de Oliveira. Era a peça “Dr. Knock”, que fora encomendada pela sociedade de medicina pernambucana a fim de comemorar o seu centenário:

E ele disse: “Vamos fazer uma peça de teatro só com mulheres, filhas e irmãs de médicos.” Claro que a platéia seria composta por médicos (risos) E o sucesso foi tão grande, que serviu de estopim para criar o TAP.<sup>150</sup>

Valdemar de Oliveira usou as mulheres da sociedade pernambucana para desmistificar os receios e preconceitos construídos por ela. Dessa maneira, passava-se a ver com outros olhos a atuação das mulheres nos palcos. Trazendo certa ruptura com paradigmas da mulher pública, “rapariga do povo”.

Geninha era totalmente dedicada às atividades artísticas da cidade do Recife, e é atualmente considerada uma das maiores atrizes do teatro brasileiro, não só pela crônica do Recife, como também pelos inúmeros artigos de cronistas das mais diversas cidades, onde o TAP excursionou:

A grande dama do teatro pernambucano! Esse título era de Diná e toda vez que a chamavam ao palco: “A Grande Dama” ela dizia assim: “Como é que eu posso receber esse título com Geninha do meu lado?” Nós éramos muito ligadas, muito próximas. Quando ela morreu, passaram para mim o título, mas, graças a Deus, que tiraram o “grande”. A mim chamam “a dama do teatro pernambucano”. E eu, naquela hora, quando ela morreu lhe prometi que toda vez que me chamassem assim eu deveria contar essa história.<sup>151</sup>

---

<sup>149</sup> Idem.

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> Idem.



Figura 17 Geninha e Diná em premiação do TAP<sup>152</sup>

Estreou no TAP - de onde jamais se desligou - com o papel principal da peça *Primerose* (Robert de Flers e Gaston Arman de Caillavet). A crônica teatral foi unânime em elogios à nova atriz e, desde então, ela não pararia de atuar no teatro pernambucano: como atriz, diretora e agitadora cultural.<sup>153</sup>

Sempre muito elogiada no Recife por desempenhos marcantes e vibrantes e nas excursões do grupo pelo Brasil, seu talento é confirmado pela crítica, que destaca o alto nível de convencimento cênico que imprime às suas personagens. Décio de Almeida Prado analisa a trajetória do TAP, durante a excursão por São Paulo, em 1955, e diz “que o grupo segue uma lenta e segura ascensão, que acompanha a renovação do teatro brasileiro” e que Geninha representa “talvez não a atriz mais experimentada, porém seguramente a de linha de interpretação mais sóbria e profunda e de espírito mais moderno”.<sup>154</sup>

Os elogios a essa nossa ilustre artista não cessam. Na criação do papel de Adela (Casa de Bernarda Alba, de Federico García Lorca, em 1948, sob direção de Valdemar de Oliveira), Hermilo Borba Filho elogia o comedimento da atriz e o “[...] grande poder

---

<sup>152</sup> Fonte: FUNDAJ

<sup>153</sup> OLIVEIRA, Valdemar. **Teatro de Amadores de Pernambuco**. Disponível em <http://www.tap.org.br>. Acesso em 05/2007.

<sup>154</sup> PRADO, Décio de Almeida [artigo sem título, sem data, transcrito de **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Apud TAP -- Excursões Porto Alegre/São Paulo. Acervo Teatro de Amadores de Pernambuco.

de convicção, isto provindo talvez da crença da intérprete no personagem que encarnou”.<sup>155</sup> No papel de Alaíde, de *Vestido de Noiva* (Nelson Rodrigues), o crítico Medeiros Cavalcanti, do *Jornal do Commercio*, comenta: "No todo [...] Geninha registra continuamente uma ‘performance admirável’, tanto mais se [...] levarmos em conta a imensa dificuldade do seu papel, ora explosivo, ora calmo, ora sonhador, ora vingativo, toda uma gama, de emoções e sentimentos alternativamente expressos e rapidamente substituídos”.<sup>156</sup> Valdemar de Oliveira, seu diretor, amigo e mentor com quem a atriz mais trabalhou em toda sua carreira, afirma:

"Integrada nas maiores realizações artísticas do TAP, ora em papéis consoantes com a sua idade, ora em papéis genéricos, ora em papéis de velha, ora em papéis de vamp, a Sra. Geninha da Rosa Borges trabalhou sob as ordens dos melhores ensaiadores que vieram ao Recife contratados pelo TAP, como sejam Ziembinski, Graça Mello, Zigmunt Turkow e Flaminio Bollini Cerri, tendo feito um curso de caracterização com José Jansen. Igualmente trabalhou, no Recife, sob a direção de Hermilo Borba Filho e do signatário, que pode atestar o seu alto grau de maturidade artística, após 24 anos de palco amadorista, enfrentando, mercê de sua extrema versatilidade, as interpretações mais difíceis e os públicos mais exigentes. A sua maleabilidade às mais variadas concepções de vivência artística é, a meu ver, absolutamente notável”<sup>157</sup>



Figura 18 Geninha da Rosa Borges em “Yerma”<sup>158</sup>

<sup>155</sup> BORBA FILHO, Hermilo. *A casa de Bernarda Alba*. Folha da Manhã, Recife, P. 5,9/12/1949.

<sup>156</sup> CAVALCANTI, Medeiros. *Vestido de noiva -- VIII*. *Jornal do Commercio*, Recife, P. 6, 29/10/1955.

<sup>157</sup> OLIVEIRA, Valdemar. *No TAP desde o início*. Recife, 26 jul. 1965. (Acervo Geninha Sá da Rosa Borges).

<sup>158</sup> Fonte acervo pessoal de Geninha da Rosa Borges

Seu talento e seu trabalho não foram – segundo ela – afetados pelo casamento e pela maternidade. Foi no TAP que conheceu seu marido, Otávio da Rosa Borges, a quem Geninha carinhosamente chamava de “Baby”:

Já tinha dado o primeiro tiro na macaca. Antigamente as moças deveriam se casar até os 20 anos. Casei com 23. Casei-me no aniversário dele. Dia 21 de abril de 1946, com ele fazendo 30 anos. Eu não queria me casar antes de me formar. Terminei a FAFIRE em 1945. E tive meu primeiro filho ainda em 1946.<sup>159</sup>

Nesse momento, Geninha nos relatou um fato curioso acerca da sociedade da época:

As famílias tinham um grande orgulho de quando casavam os filhos homens e as mulheres engravidavam logo. Eu passei 3 meses sem engravidar. Mandaram-me para uma casa de praia para engravidar.

O que nos chamou atenção posteriormente a entrevista foram as datas informadas por Geninha, uma vez que ela nos disse que se casou em 1946 e teve seu primeiro filho no mesmo ano, embora tenha sido mandada em reclusão com seu marido para engravidar devido a demora dessa consumação. Uma falha de memória? De certo não podemos responder tal questão, mas fica clara a mentalidade da sociedade da época

Aqui fica atestada a importância e a divisão social construída até então. Da virilidade masculina ameaçada pela não gravidez imediata e certa “obrigatoriedade” sobre ambos de proverem a família com filhos. O que nos chama atenção aqui é a ênfase quase desesperada dessa gravidez, ao ponto de serem “isolados” em uma casa de praia para cumprirem com as suas obrigações. Ou seja, casou tem que ter filhos. Aqui a maternidade mais uma vez enaltecida como a vocação da mulher. Apesar de Geninha ter nos dito que seus filhos pouco tenham lhe atrapalhado a carreira de atriz, ao mesmo tempo nos confessou que “esse foi um dos meus grandes pecados. Outro dia escrevi uma carta pedindo perdão, porque minha mãe era quem cuidava deles, eu nunca fui uma mãe de ficar “puxando” os filhos. Nunca!”<sup>160</sup>

Sentimos certo pesar em seu semblante ao nos fazer tal confissão e a culpa intrínseca no seu pedido de desculpas aos filhos nos traz mais afirmações de que, apesar das rupturas e conquistas de espaços, a maternidade ainda era tida como a grande

---

<sup>159</sup> Depoimento colhido em uma entrevista com Geninha da Rosa Borges, Recife. 05/2009

<sup>160</sup> Idem.

“função” das mulheres da época. E a família era algo de primordial importância também dentro do TAP. Geninha, por vezes, nos relatou que, nas excursões que a companhia fazia fora do Recife, as esposas, os maridos, os filhos e até os pais (das moças solteiras) acompanhavam a equipe de atores, ao ponto de que os pais de Geninha tornaram-se funcionários da “família TAP”, seu pai como tesoureiro do teatro e sua mãe tornou-se tesoureira.

A própria família Oliveira era um bom exemplo dessa preocupação com a família e seus valores, pois Valdemar e sua esposa, Diná, estavam sempre cercados por seus filhos que também trabalhavam no teatro e em outras atividades artísticas. Dessa maneira, os laços do privado (família e do lar) misturavam-se com as experiências e os espaços públicos (os palcos). Sendo assim, podemos perceber que essa transição não se dava de forma tão clara e simples como se pode superficialmente presumir. Uma fala que metaforicamente ilustra essa intrincada relação do privado com o público no teatro foi que: “Quando o TAP preparava uma montagem, minha casa ficava sem nada! Iam todos os móveis.”<sup>161</sup>

Geninha também seguiu os caminhos da educação, chegando a lecionar português e inglês no Colégio São José, entre outros, e a ocupar importantes cargos na Secretaria de Educação do Estado, como a diretoria do Departamento de Recursos Tecnológicos para a Educação. Ocupou, ainda, os cargos de diretora de Eventos do Museu da Cidade do Recife e de Supervisora de Artes Cênicas no Instituto de Assuntos Culturais da Fundação Joaquim Nabuco. Além de todo esse percurso artístico, ainda lançou o CD – “Uma Voz em Cena Aberta”, com direção de Renato Phaelante, (que é pesquisador da FUNDAJ – tendo desenvolvido trabalhos sobre a cena musical e radiofônica do Recife), recebeu várias vezes os prêmios de “Melhor Atriz” e “Melhor Diretora” e ficou conhecida como a “Grande Dama do Teatro Pernambucano”.

Essa admirável mulher contribuiu de forma ímpar para a nossa análise e percepção acerca do “ser mulher”, pois, quando perguntada se ela concordava com a frase de Simone de Beauvoir que intitula esse capítulo tão feminino, ela nos disse que chegava a não entender, o que ela quer dizer com isso: “O tornar-se mulher é fisicamente? No menstruar, na possibilidade de ser mãe?”<sup>162</sup> Quando, enquanto pesquisadora, acreditamos que o tornar-se mulher passa por uma construção social e

---

<sup>161</sup> Idem.

<sup>162</sup> Idem.

cultural. Contudo, a maternidade mais uma vez aparece como vocação, quase missão nas palavras de Geninha:

Outro dia eu peguei um poema de mulher agradecendo a Deus por ser mulher. Por ter nascido mulher! Repare, é muito bom você poder ser mãe. Quer dizer, o pai tem o dom de poder ser pai, claro. Mas o de criar um ser dentro da gente é uma maravilha. É muito grande!<sup>163</sup>

A grande graça aqui mencionada era a possibilidade de conceber e educar um filho, acima de qualquer outra questão profissional ou de valores. Algo praticamente inquestionável e quase naturalmente aceito. Basta vermos a imediata associação entre os termos mulher e mãe, ressaltados na fala acima.

Não questionamos ou condenamos a vontade e o desejo da maternidade, apenas procuramos compreender a construção dessa mentalidade das mulheres de meados do século XX. Dessa maneira, a pessoa de Geninha da Rosa Borges – mulher, atriz e mãe - nos serviu para ampliar ainda mais essa complexa relação da vocação da mulher.

---

<sup>163</sup> Idem.

### 3.5 Tereza Costa Rêgo

Uma amiga me disse que ela havia escolhido o ninho, ou seja, a casa e os cuidados dos filhos e do marido, quanto a mim, eu havia escolhido o vô e as aventuras e desventuras que a vida me reservou<sup>164</sup>.

Terezinha! Tereza e Joana! Três identidades para uma mesma pessoa que muito bem poderia resumir e, ao mesmo tempo, ampliar a definição do que é e do que foi ‘ser mulher’. Suas experiências e vivências nos mostraram um pouco de uma personalidade inquieta e vibrante. Que não se acomodou aos ditos e mandos sociais e ousou experimentar “as aventuras e desventuras” que a vida lhe reservou. “Tudo que é humano pra mim é normal”.<sup>165</sup>

Muito já foi escrito sobre a artista e a mulher Tereza Costa Rêgo, mas o que buscamos aqui é mergulhar um pouco mais em sua história para aproveitarmos ainda mais da sua humanidade e completar a nossa breve análise sobre o que era ser mulher nas décadas de 1950 e início da década de 1960, no Recife. Mas temos a consciência de que essa será apenas uma pequena abordagem de tal tema, mas esperamos que algumas questões possam ser melhor elaboradas ao seu final.



Figura 19 Tereza Costa Rêgo<sup>166</sup>

---

<sup>164</sup> Depoimento colhido numa entrevista com a artista plástica Tereza Costa Rêgo. Olinda, 06/2009

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> Fonte: Diário de Pernambuco 26/04/2009

Terezinha Barros Costa Rêgo era a caçula de uma família aristocrática do açúcar pernambucano, ela cresceu cercada de luxos e regalias, com todos os mimos que uma menina com quatro irmãos mais velhos poderia ter. Aqui, já começamos a perceber uma idéia pré-concebida do ser mulher de então. Mas um tipo de mulher específico, oriundo da elite decadente pernambucana.

Ser mulher na minha época era ser uma boneca pra enfeitar o piano da sala, era um enfeite como outro qualquer, um sofá, uma cadeira, um jarro e a moça da casa - no caso era eu - filha única, era a bonitinha que não podia trabalhar porque mulher rica não trabalha! Coisas de uma mentalidade mesmo muito atrasada e como eu era filha única então a repressão foi aquela repressão judaico-cristã - irmão padre - então foi uma educação muito rígida, daí eu fui preparada para isso. Eu casei cedo justamente porque eu queria sair daquelas amarras. O amor veio tão secundário que o principal era sair de casa e então me casei. <sup>167</sup>

Segundo a mesma, ela fugiu de uma “prisão” tão somente para entrar em outra. Mas, até então, ela seguia o “recomendado” para as mulheres de sua classe. Recebeu a melhor educação para ser “um bibelô, um enfeite de piano, a ornamentar a sala da família” e, posteriormente, posar como belo ‘prêmio’ de seu marido.

Sua rotina era a da alta sociedade pernambucana e era figura certa nas colunas sociais dos jornais e nas listas das mulheres mais elegantes. Ela nos confessou isso ao dizer que:

O meu vestido de casa era feito por Narciso Campos que era o maior costureiro daqui, então, era uma vida muito fictícia. Eu era uma das 10 mais elegantes, todo ano saía uma lista nos jornais as mulheres mais elegantes daqui, a mulher de Artur Lima Maria, de Peçanha Queiroz, só aquelas famílias tradicionais, só aquelas mulheres bonecas, não é?. Eu não me envergonho disso não, porque acho que foi um período que eu vivi e é até bom saber que você foi rica e isso não significa coisa nenhuma, nunca fui tão infeliz como quando eu era rica e para mim foi uma experiência de vida que eu mudei conscientemente. <sup>168</sup>

Era uma vida superficial onde a mulher servia apenas como um objeto de ostentação do seu marido. Com poucas chances de ter opinião e muito menos de expressá-la. Para Tereza, primeiro fora regulada em casa por seus cinco irmãos homens

---

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> Idem.

intelectualizados e convivia – mesmo que sem interação – com personagens da política e das artes pernambucanas.

Ainda criança, começou a pintar e, como filha da aristocracia, foi para a Escola de Belas Artes, incentivada por sua família. Contudo, era terminantemente proibida de pintar os nus. Mas, essa repressão ficou tão guardada em Tereza, ao ponto de, apenas após seus 50 anos de idade, ter vindo a pintar um nu. A tela “Mulher nua com gatos” (1983) foi a primeira de muitas. Sempre mulheres e, muitas vezes, as mais comuns delas. “A nudez é a coisa mais pura em uma pessoa.”<sup>169</sup>

Ainda criança, Terezinha encontrava artifícios para ultrapassar, mesmo que na sua imaginação, as barreiras da repressão na qual vivia. Um desses artifícios possibilitou a sua “primeira visita a um bordel”:

Gostava de deitar no colo de meus irmãos, aparentemente para cochilar, ficava escutando as histórias. Eu sabia os nomes das mulheres, das donas das pensões: Alzira, Djanira, Edite, Maria Maga... O Chantecler, o Bar do Grego, a Festa da Mocidade...<sup>170</sup>

Ou seja, Tereza visitava os espaços imaginários onde se convivia a boemia e a intelectualidade pernambucana, apenas ao escutar os relatos de seus irmãos. Uma vez que não poderia – na época – freqüentar tais locais públicos, onde as únicas mulheres permitidas eram aquelas que ali estavam para ‘servir’ aos desejos dos homens, as Alziras, as Edites, entre outras. E Tereza conclui que começou a “achar que todas as coisas importantes só poderiam acontecer em um puteiro”<sup>171</sup>

Mas, a sua fuga da família para o casamento, de fato, se mostrou como uma nova prisão, na qual Tereza mais uma vez estava anulada e vítima das regras e imposições da sociedade. E logo vieram as filhas. Mas isso mudou radicalmente quando ela conheceu Diógenes Arruda, um dos fundadores do Partido Comunista Pernambucano, em 1962. Arruda era irmão de uma amiga de Tereza, que os apresentou. Segundo a artista, tratou-se de uma paixão avassaladora e imediata que viria a contrariar todas as regras às quais Tereza sempre fora criada. Tal paixão culminou em seu divórcio:

---

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> Idem.

<sup>171</sup> Idem.

Foi uma coisa terrível! Inimaginável. Para se ter uma idéia de como a situação era difícil para mim eu fiquei na casa da minha mãe, e ela estava numa situação difícil, pois papai já tinha falecido, então quem mantinha a minha mãe eram meus irmãos. E, como eu estava lá, eles suspenderam a mesada dela e eu ficava tão angustiada sabendo que estava pesando. (...) A minha mãe de certa forma sofreu. Ela nunca aceitou, mas ela, dentro da situação que eu estava vivendo, talvez até ela teve certa coragem de me assumir em casa.<sup>172</sup>

Esse relato nos indica um pouco da represália sofrida por Tereza. Uma mulher que decidira largar um casamento onde era infeliz e onde se sentia presa, para experimentar o verdadeiro sabor do amor. Mas essa atitude teve muitas conseqüências, pois a sociedade da época não aceitava uma mulher desquitada provinda da alta sociedade:

Acho que fui a primeira mulher que teve coragem de se divorciar assim de um cara importante, meu marido era presidente do tribunal do trabalho, era juiz, ele era pobre quando casou comigo, mas eu era rica e ele assumiu muita coisa que minha família ajudou. Hoje ele é rico e eu sou pobre. Muito engraçada a vida.<sup>173</sup>

Seu amor por Diógenes colocou toda a sua família contra ela, pois ficaram a favor de seu ex-marido e até a sua relação com suas filhas foi abalada, pois foi descoberto o seu relacionamento proibido ainda enquanto casada e isso fez com que ela perdesse todos os seus direitos, inclusive a guarda de suas filhas.

Partiu para São Paulo, deixando para trás toda uma vida de luxo e riquezas, mas que, segundo a mesma, era vazia e quase sempre sem significado e lá passou a viver na clandestinidade com o seu companheiro. Passou a experimentar, de forma brusca, uma ruptura em sua concepção de mundo e crescer com isso. Passou a incorporar o recém formado PCdoB, do qual Diógenes era o segundo no “comando” e caiu de pára-quadras no partido:

(...) então eu cheguei dentro do birô político do partido comunista muito verde então fui amadurecida no carbureto. (...) para poder chegar diante daquelas reuniões do partido comunista da alta cúpula.<sup>174</sup>

---

<sup>172</sup> Idem.

<sup>173</sup> Idem.

<sup>174</sup> Idem.

Era o nascimento da camarada Joana, que entrara para o partido seguindo o seu amor e que dentro desse universo se redescobriu e encontrou o prazer de viver e ser quem ela era: “Eu sai de uma vida completamente inútil para viver do meu próprio trabalho! Para mim é a coisa mais importante da minha vida é eu ser capaz de pagar minha conta de água e de luz.”<sup>175</sup>

Tereza vivenciou as atuações dos comunistas nos mais variados países. Viveu no exílio, suportou a prisão de seu companheiro e iniciou uma nova fase em sua vida, quando voltou a estudar e se graduou e pós-graduou em História e, por tempos, exerceu a função de professora. Sofreu bastante após a morte de Diógenes e passou a viver de sua arte e da cultura, já de volta à Pernambuco, e à cidade que adotou como seu lar, Olinda.

Tereza também nos trouxe a questão da vocação da mulher para ser professora, mas nos indicou um diferencial quanto à classe social. As mulheres de classe alta até deveriam ter a formação de professoras normais, mas não deveriam exercer. Essa tarefa caberia as mulheres mais pobres. Aqui fica ratificado mais uma vez o caminho imaginado e recomendado para as mulheres. Mesmo que não seja seguido. E a presença das mulheres nos espaços tidos como públicos também estava, muitas vezes, atrelada aos espaços da mulher que transgredia as normas e até aos valores até então impostos. E assim Tereza se considerava:

Eu fui uma mulher que saiu de casa e deixou uma família rica. Fui apontada e repudiada e essas mesmas pessoas que fizeram isso, hoje me bajulam.<sup>176</sup>

A representatividade da ‘mulher pública’ aqui passou por uma significativa transição. Já quanto à questão da intelectualidade feminina, a postura de Tereza não ficou tão clara, uma vez que ela reconhece e valoriza o papel do intelectual, mas, quando questionada se ela era uma intelectual, ela nos disse que não, e reafirmou isso em sua biografia:

---

<sup>175</sup> Idem.

<sup>176</sup> Idem.

Apesar de ter feito curso superior de História na USP, mestrado no Recife e defendido tese na Sorbone, não me considero uma historiadora, nem tampouco uma intelectual. Sou apenas uma pessoa que gosta de trabalhar com as mãos, de trabalhar sua pintura, como um operário dedicado qualquer executa seu ofício com muito amor.<sup>177</sup>

Ela nos informou sobre isso com certo tom de constrangimento, como se aquilo não lhe fosse merecido e isso nos leva mais uma vez a questão da relação da praticidade x o intelecto que já nos fora mencionado por Maud Perruci. Para Tereza, o seu trabalho era manual e não requeria um processo de formação do conhecimento. Porém, acreditamos que exista a possibilidade dessa percepção de Tereza acerca dos intelectuais tenha sido fortemente influenciada pela ideologia do próprio Partido Comunista que não valorizava o papel do(a) intelectual, uma vez que acreditavam que os verdadeiros agentes da revolução deveriam ser os operários. Com tudo isso, não podemos negar que se trata de uma artista, formadora de opinião e produtora do conhecimento, mas que, de fato, não tinha essa noção da mulher intelectual tanto quanto o homem.

Foi dessa maneira, a partir da história visceralmente humana da artista e mulher e, como a própria se intitula, o ‘bicho’ Tereza, que continuamos a analisar as frustrações e os dilemas do ser mulher, diante do que a sociedade esperava e cobrava enquanto reguladora da moral e dos costumes. Sua história de vida nos diz sobre qual o papel da artista (e intelectual?) em um período que antecedeu o golpe militar de 1964.

Pois, as escolhas existiam para todas as mulheres aqui entrevistadas e abordadas. Caminhos foram trilhados e histórias vividas. Cada uma, ao seu modo, pôde nos privilegiar com suas experiências riquíssimas e repletas de emoções, frustrações, sonhos e realizações. Não se privaram ou se lamentaram por seus caminhos. Transitaram onde era e onde não lhes era indicado e, com tudo isso, experimentaram e vivenciaram o que era e é ser mulher.

---

<sup>177</sup> CÓRDULA, Raul. **Tereza Costa Rêgo**. Publikimagem. Recife, 2009. P. 62

## CHÁ COM AS 'MENINAS' OU CONSIDERAÇÕES EM CONSTRUÇÃO

### REDEFINIÇÃO

Tempo: Mais que perfeito

Espaço: a conjuntura

Bem sei  
a hora é de perplexidades e de ferrugens.  
Sinto, amigo, o cansaço dos inícios.  
Os sapatos movem as ruas  
as mãos, cotidianos gestos de adeus.  
Recolho em outros  
fragmentos de mim:  
recomponho-me/reescrevo-me no espaço  
que ocupo.  
Assim, redefino meu território: a família – a casa – os  
circunstantes – os muros – a praça.  
Sobe  
de dentro de mim  
uma ternura vinda de antes  
que se elabora da rosa onde pousas a mão  
(com ela amarras o nó da solidão)  
É ela que te descerra os olhos  
para a manhã que se inicia  
pairando sobre varais onde secam roupas entre  
sombrias antigas.  
Sentes que alguma coisa definitiva arranhou o vidro da vida  
e que só nos resta esperar

AO MENOS PARA VER O QUE ACONTECE.

Maria do Carmo B.C. de Melo

Após terminar de analisar as falas de nossas protagonistas, de situá-las dentro do nosso arcabouço teórico e de imaginá-las inseridas em uma Recife das décadas de 1950 e início dos anos 1960 – um período repleto de possibilidades e onde a aura de transformação pairava no ar -, surgiu a curiosa vontade de tê-las, de alguma forma, unidas para além das páginas desse trabalho. Surgiu a vontade de imaginá-las juntas, no mesmo lugar e ao mesmo tempo. E é utilizando a imaginação que desenhamos o cenário desse encontro. Quem sabe um chá da tarde para se discutir amenidades e se somar as histórias de vida? Delírio? Talvez sim. Mas, ao supor tal possibilidade, de termos unidas essas cinco especialíssimas pessoas, imaginamos tantas perspectivas de assuntos, que soam quase impossíveis de se mensurar.

É fato que algumas delas se conhecem, pois compartilharam os mesmos espaços e nos mesmos períodos, como é o caso das nossas duas professoras da Faculdade de Direito do Recife. E também é certo que todas sabem quem são suas companheiras (ao menos em imaginação) de idéias e de vivências.

O cenário, como sabido, é o Recife dos chamados anos dourados chegando a adentrar na década de 1960. Onde essa cidade se mostrava repleta de um sentimento de esperança diante das transformações nas seculares estruturas sociais e nas relações de poder que ditavam as regras de convívio e de socialização. As mudanças eram significativas na Recife que já respirava vívidos ares modernos.

Em um período no qual o país vivia um clima de busca frenética pelo desenvolvimento e pelo progresso, onde a preocupação com o tecnicismo moderno atendia tão somente a “burguesia brasileira”, que era a classe que realmente conseguia usufruir os confortos da modernidade. Enquanto o povo, historicamente marginalizado das decisões políticas e do poder, continuava esquecido ou, se muito, assistido por políticas paternalistas. Apesar do anseio público de elevar o país a um status de desenvolvimento, as políticas públicas voltadas para o povo não atenuavam seu sofrimento.

Essas eram as discussões que impeliam a intelectualidade pernambucana a buscar alternativas para transformar essa dura realidade de marginalização dos menos favorecidos. Com esse intuito é que vários movimentos políticos e culturais surgiram e procuraram, cada qual em sua especificidade, contribuir com essa transformação que estava prestes a acontecer no Recife. Sendo assim, as nossas protagonistas, em seu encontro imaginário, não estariam apenas a discutir banalidades, mas também a questionar a sociedade em que viviam.

Dentro desses movimentos nascedouros, e ao redor deles, é que estavam se constituindo as novas relações de poder e, também, as relações de gênero, que determinavam os espaços onde os homens e mulheres poderiam ou não se relacionar. As mulheres são destinadas à exclusividade do lar e da família, da paixão e do sentimento, da delicadeza e da feminilidade; enquanto aos homens cabe todo o resto, ou seja, a vida pública, o poder e a razão, a política. Pelo menos assim era o indicado. Mas, nossas protagonistas ousaram ultrapassar esses limites e não se deixaram impedir por repressões sociais e convenções tradicionais.

Certamente, um assunto seria riquíssimo se proposto a todas: qual o papel da mulher dentro das relações de gênero? Pois, dentre nossas cinco entrevistadas, três

vivenciaram a maternidade e conciliaram suas vidas profissionais (pública) com a família (o privado). Enquanto as outras duas seguiram suas carreiras não menos brilhantes, mas sem os chamados “laços maternos”. Seria interessante presenciar uma discussão entre Maud Perruci, mãe dedica e amorosa, e Silke Weber, que não queria “ninguém a puxar”, ou a prendê-la.

Seria a rígida Gaiola metaforizada por Maria do Carlo Barreto Campelo de Melo? Aqui, certamente, as escolhas de Tereza responderiam a essa questão, pois, ao contrário de Silke, ela viveu na pele todas as repressões impostas devido ao seu gênero, repressões estas catalisadas devido à sua condição social. Mas, certamente, uma questão que acreditamos ser consonante era em relação à educação e à formação cultural em seus ofícios. Seja em sala de aula, seja em praças de leituras ou sobre os palcos e com as tintas.

Elas eram (e são) mulheres, artistas e intelectuais, cada uma ao seu modo. Seja de forma híbrida, atentando para uma curiosa relação com a praticidade, seja de forma tímida e modesta ao não assumir que a arte também produz o conhecimento e, certamente, é um instrumento transformador.

Mas, em um período da história do Recife, que não está descolado do que acontece no mundo, não só nossas protagonistas, mas inúmeras mulheres pernambucanas estavam circulando também pelas ruas, bares e cafês. Assumindo posturas que lhes conferiam poder e visibilidade. Subindo aos palcos, se engajando e entrando em contato com o povo que, assim como elas próprias, compartilhavam do sentimento de marginalização social. Dessa maneira, quando essas mulheres atuavam para uma mudança na conjuntura social, estavam indiretamente (ou seria diretamente?) agindo em suas próprias realidades.

A historiografia mundial e brasileira apresenta uma carência de estudos acerca dessas mulheres, que ainda são encobertas pelo nevoeiro do pré-conceito acadêmico e que só começam a ter suas trajetórias vistas e percebidas com o advento da Nova História Cultural, mas que, ainda assim, são cercadas de estigmas e dogmas que refletem uma sociedade ainda patriarcal. Entretanto, já se apresentam perspectivas ou brechas para uma história das mulheres não mais apenas em seus ambientes “naturais”, mas ousando sair dele.

Rachel Soihet defende que, com vistas a superar tal situação, é preciso buscar uma forma de tornar a mulher parte integrante e significativa da disciplina histórica. É preciso escrever uma “História no Feminino” e do ser feminino não mais descolada da

história dos homens e é por isso que a combinação da abordagem de gênero vem a somar nessa difícil tarefa de se escrever a história das mulheres.

Muitas das pesquisas acerca das mulheres acentuam a importância de se refinar conceitos, dirigindo um olhar crítico para a produção realizada. Com este objetivo, Soihet aponta uma série de fragilidades: a) a predileção pelo estudo do corpo, da sexualidade, da maternidade, da fisiologia feminina e das profissões próximas de uma “natureza” feminina; b) a presença constante nesses estudos da dialética da dominação e da opressão, não indo além do enunciado tautológico, já que não contém a tentativa de análise das mediações específicas pelas quais esta dominação é exercida, no tempo e no espaço; c) a inflação de estudos sobre os discursos normativos que pouco levam em conta as práticas sociais e os modos de resistência a estes discursos, e que, algumas vezes, induz a uma espécie de fascínio pela infelicidade; d) o desconhecimento da história do feminismo e de sua articulação com a história política e social e a falta de reflexão metodológica e sobretudo teórica.<sup>178</sup>

Portanto, faz-se necessária uma análise da história das mulheres que passam a transitar e agir em espaços que historicamente lhes são negados ou não recomendados e de como, a partir dessas novas “incurções”, criam-se rupturas com a ordem que é secularmente estabelecida e faz repensar as rígidas limitações das relações de poder.

E a percepção da formação de uma categoria, como a da intelectualidade feminina, vem a contribuir para uma melhor elucidação das relações sociais e de gênero vivenciadas na época, pois ultrapassa a abordagem dicotômica e limitada de homem x mulher. Uma vez que pudemos observar que essas relações muitas vezes se processavam entre as próprias mulheres e a construção da vocação e do papel da mulher, pudemos também questionar essa relação de opressão e tornar as histórias dessas mulheres muito mais ricas e repletas de possibilidades de interpretações e leituras. Suas sensibilidades, seus amores, dores e vitórias nos indicam que o transpor barreiras, e ultrapassar imposições, está nos pequenos atos cotidianos e privados e não só nas grandes reivindicações ou manifestos.

É nesse sentido que buscamos abordar aqui algumas mulheres em particular que participaram ativamente de movimentos e instituições que buscaram, de alguma forma, caminhos alternativos às configurações sociais tradicionais. Caminhos que,

---

<sup>178</sup> Ver em SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. IN: MATOS, Maria Izilda. **Gênero em Debate:** trajetórias e perspectivas da historiografia contemporânea. São Paulo, PUC, 1997

conseqüentemente, provocaram uma releitura de seus próprios papéis na sociedade do Recife, em um período onde o mundo preparava-se para possíveis revoluções morais – e a primeira revolução foi sexual, que marcavam a liberação das mulheres para fazerem o que quisessem com os seus corpos. Contudo, o Recife, que sempre foi uma cidade dividida entre o tradicional e o moderno, e passou a ser dividida entre o moderno e o moderno - deixando a tradição para os "velhos" e “conservadores” - permanecia coexistindo com o conflito entre o novo e o antigo, mediante as transformações culturais e sociais que chegavam às praças e aos lares pernambucanos.

Tais transformações não ocorreram de forma tão brusca quanto em outras partes do mundo, mas foram duramente refreadas com o golpe de 1964. As protagonistas desse texto ousaram, sim, partir para a vida pública, mas muitas vezes sem abandonar os seus laços com o privado. Engajaram-se em campos que não eram bem-vistos para elas. Ultrapassando as “fronteiras” dos seus espaços privados e vivendo seus desejos, contudo não romperam com esses laços, uma vez que passaram a dividir a sua atenção e dedicação entre o lar e a profissão que escolheram.

A possível “consciência” de que estavam promovendo releituras dos seus papéis sociais não foi verbalizada por elas, mas seus atos e trajetórias nos indicam que promoveram transformações em suas vidas cotidianas e fica claro que, mesmo em meio a uma sociedade que ainda enxergava-as como mantenedoras do lar, essas mulheres, aqui citadas, subiram aos palcos pernambucanos, foram pioneiras em seus ofícios e seguiram o que acreditavam e amavam, assumindo, de certo, posturas inovadoras. Elas são fortes exemplos da ousadia, da inquietude, das insatisfações femininas que refletiam translucidamente o sentimento que permeava os ares do Recife no prelúdio do golpe militar, quando a idéia de revolução parecia cada vez mais tátil, e o (re)ver, o (re)pensar e o (re)agir dessas mulheres alimentava ainda mais o sentido de uma mudança possível.

## BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. 2ª Ed. São Paulo, Boitempo, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920 – 1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.
- AMARAL, A.A. **Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira 1930 –1970**. São Paulo: Nobel, 1984.
- ARAÚJO, Luciana. **A crônica de cinema no Recife dos anos 50**. Recife: FUNDARPE, 1997.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª Ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1960.
- BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos Anos Dourados. In História das Mulheres no Brasil**, (org) Mary Del Priore, Contexto, São Paulo 2004.
- BIRMAN, Joel. **Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2001.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BRAYNER, Flávio H. B. **Partido Comunista em Pernambuco**. Recife, FUNDAJ/Massangana, 1989.
- BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico**. 10ª ED. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- \_\_\_\_\_. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- BUITONI, Dulcília Helena Schoeder. **Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. Edições Loyola, São Paulo, 1981.
- CAUFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra**. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918 – 1940). Campinas, SP: Editora da Inicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.
- CALVINO, Italo. **Cidades Invisíveis**. Biblioteca Folha. 2003.
- COELHO, G. **Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular. In ROSAS, Paulo (org.). Paulo Freire. Educação e transformação social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

COLLING, Ana. A Construção Histórica do Feminino e do Masculino. **IN Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre EDPUCRS, 2004.

CÓRDULA, Raul. **Tereza Costa Rêgo**. Publikimagem. Recife, 2009

DE CERTEAU, Michel. **A Cultural no Plural**. Campinas, SP: Papius, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

DUARTE, Eduardo. **Sob a luz do projetor imaginário**. Recife: Editora da UFPE, 2000.

FALCÃO, Lúcia Barbosa. **O Castelo de Alecrim: Intelectuais do Recife em 21 de abril de 1960**. Recife. Tese (Doutorado em História) UFPE/CFCH, 2005.

FERREIRA, Leidson. **Memórias da cena pernambucana**. (org.), Recife. FUDARPE, 2007.

GODOY, J.M.L. de; CARREIRO COELHO, N.P. **Livro de leitura para adultos: Movimento de Cultura Popular**. Recife: Gráfica Editora do Recife, 1962.

GORENDER, J. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1980.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do Outro: estudos de teoria política**. 2ª Ed. São Paulo, Edições Loyola, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, n. 5. P. 07 – 41, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos feministas**. CIC/ECO/UFRJ, v. 1, nº 1, p.8-31, 1993.

HARDT, Michel e NEGRI, Antônio. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro, Record, 2005.

HARRIS-KESSLER, Alice. Que é história de Gênero hoje? **IN Que é a História Hoje**. Cord. David Cannadine. Lisboa, Gradiva, 2006.

JACOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco**. FUNDAJ Ed. Massangana, Recife, 1990.

LAVALLE, Adrian Gurza. **Vida Pública e Identidade Nacional**. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

LINS, Osman. **O visitante**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1955.

LOSURDO, Domenico. Os Intelectuais e o Conflito: responsabilidade e consciência histórica. BASTOS, Elide Rugai e RÊGO, Walquiria D. Leão (orgs.). **Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Ed. Olho Dagua, 1999.

LÖWY, Michel. **Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários: a evolução política de Lucacs (1909 – 1929)**. São Paulo: Ed. LECH Livraria, 1979.

MICHEL, Andrée. **O Feminismo – Uma abordagem Histórica**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Revista Estudos Feministas. CIC/ECO/UFRJ, v. 8, nº 2, p.8-31, 2000.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a História e Outros Ensaio**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

OLIVEIRA, Valdemar. **Teatro de Amadores de Pernambuco**. Disponível em <http://www.tap.org.br>. Acesso em 05/2007.

PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife (1927 a 1977): ensaio biográfico**. Vol. 1 Ed. Universitária, Recife, 1977.

PERREIRA, Verbena Laranjeira. Gênero: Dilemas de um Conceito. IN **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PERRUCCI, Maud Fragoso de Albuquerque. **Mulheres encarceradas**. São Paulo. Editora Global. 1983.

PONTES, Joel. **O Teatro Moderno em Pernambuco**. Recife: FUNDARPE, 1990.

PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950**. Recife. Ed. Da UFPE, 2001.

\_\_\_\_\_. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. In Espaços da Política. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 21, n.º 42, 2001.

REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife. Histórias de uma cidade**. Recife: FCCR, 2002.

\_\_\_\_\_. **(Dês)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RODRIGUES, Marly. **A Década de 50.** Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil, Ática, 1986.

ROSAS, Paulo. O movimento de Cultura Popular – MCP. Rio de Janeiro. 1980. IN **Memorial do MCP.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade de. Coleção Recife, volume XLIX; Recife. 1986.

SAID, Edward W. **Representações do Intelectual:** As conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. IN Peter Burke (org.), **A Escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo do Arraes:** nacionalismo em crise 1955-1964. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. IN: MATOS, Maria Izilda. **Gênero em Debate:** trajetórias e perspectivas da historiografia contemporânea. São Paulo, PUC, 1997.

SWAIN, Tânia. Meu Corpo é um Útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade. STEVENS, Cristina. (org.). **Maternidade e Feminismo.** Diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. P. 201 – 246.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha.** Presença do teatro de estudante e do Gráfico Amador do Recife (1946 – 1964). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. **As Cidades Enquanto Palco da Modernidade:** O Recife de princípios do século. Recife (Dissertação de Mestrado) UFPE/CEFICH, 1994.

ZAIDAN, Michel. Tradição Oligárquica e Mudança. IN **Revista Eletrônica Tempo Histórico** - Ano I Número I - Jun-Dez/2005.

### **SITES CONSULTADOS:**

IBGE (1990). **Estatísticas Históricas do Brasil**. IBGE, Rio de Janeiro. Disponível em [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/) Acesso em 17/07/2008

[http://www.casadehistoria.com.br/ind\\_31B.htm](http://www.casadehistoria.com.br/ind_31B.htm) acesso em 11/2008

[www.memorialdepernambuco.com.br](http://www.memorialdepernambuco.com.br) acesso em 17/06/2008

### **PERIÓDICOS CONSULTADOS:**

Diário de Pernambuco

Jornal do Comércio

Folha do Recife

Jornal das Moças